



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)  
FACULDADE UNB PLANALTINA (FUP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

LINDALVA SANTOS SANTANA

**Resistências no campo agrário: Mulheres do Assentamento  
Pequeno Willian e Mulheres do Núcleo Feminino do  
Agronegócio**

Orientadora: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz  
Co-orientadora: Joelma Rodrigues da Silva

BRASÍLIA - DF

2016

LINDALVA SANTOS SANTANA

RESISTÊNCIAS NO CAMPO AGRÁRIO: MULHERES DO ASSENTAMENTO  
PEQUENO WILLIAM E MULHERES DO NÚCLEO FEMININO DO AGRONEGÓCIO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP).

BRASÍLIA - DF

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSA232  
r Santana, Lindalva Santos  
Resistências no campo agrário: Mulheres do Assentamento Pequeno Willian e Mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio / Lindalva Santos Santana; orientador Janaína Deane de Abreu Sá Diniz; co orientador Joelma Rodrigues da Silva. -- Brasília, 2016.  
158 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. patriarcado. 2. questão racial. 3. questão agrária. 4. mulheres assentadas. 5. mulheres do agronegócio. I. Deane de Abreu Sá Diniz, Janaína, orient. II. Rodrigues da Silva, Joelma, co-orient. III. Título.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

---

Lindalva Santos Santana

Aprovado em 28 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Janaína Deane de Abreu Sá Diniz – Orientadora  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

---

Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva – Membro Interno Efetivo  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

---

Professor Doutor Djiby Mané – Membro Externo  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

---

Professora Doutora Laura Maria Goulart Duarte – Membro Interno Suplente  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

Dedico esse trabalho a todas as mulheres negras assentadas, da reforma agrária, que asseguram a luta pela terra com o seu capital cultural, seus sistemas simbólicos, com sua ancestralidade cultura que resistiu as tristezas e alegrias da diáspora.

## **AGRADECIMENTOS**

São muitas pessoas para agradecer. Mas, para que este trabalho fosse concretizado, foi formada uma rede de solidariedade pelas mulheres, fez parte dessa rede Bea que estava comigo no início de tudo, a Professora Joelma Rodrigues que proporcionou asilo intelectual na sua casa, a sua biblioteca e todo apoio para realização social e político desse trabalho.

A minha mãe Valdenice Antônio dos Santos e minha irmã Nega que me substituíram como mãe, às mulheres do APW que me contaram suas histórias, a Adriana Fernandez que mostrou o que eu poderia ser, as amigas Adriana Gomes, Lauana, Charlote e Suely por emprestar seus ouvidos. A Dona Sete Saia pelo apoio psicológico e espiritual. Ao De Paula pela acolhida em seu Ilê, meu porto seguro. Da mesma forma e da mesma família Luanda e Cesar pela solidariedade em um difícil momento de transição, gratidão a casa de Oxum.

A amiga Eliana pela força e colo em todos os momentos e a toda família pelo apoio financeiro e sofá da sala que foi meu quarto e minha biblioteca, à Professora Tânia Cruz que não permitiu que eu desistisse dos meus objetos de pesquisa e a minha orientadora Janaina Diniz que mostrou o caminho das regras acadêmicas.

Aos meninos e as meninas do Levante Popular da Juventude, pelo apoio político, emocional e pelas trocas de conhecimento: Tobias, Fábio, Mateus, Serafim, Raí e Roberta estamos juntos e misturados.

Ao CNPq, pela bolsa sem a qual minha formação em mestra não seria possível, a bolsa para nós mulheres assentadas da reforma agrária contribui para a nossa permanência na universidade, porém de acordo com a minha experiência quanto usuária dessa política pública avalio que se devem rever os seus indicadores. As mulheres pretas assentadas representam uma elevada parcela das mulheres chefes de família. Agradecer também ao MADER por ter acreditado no meu projeto de pesquisa.

*Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime. Mas nossos críticos se esquecem que essa cor é a origem da riqueza de milhares de ladrões que nos insultam; que essa cor convencional da escravidão, tão semelhante à da terra, abriga sob sua superfície escura, vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.*

*Luiz Gama*

## RESUMO

O espaço agrário é considerado essencialmente masculino. Em 2006, cerca de 87% dos titulares dos lotes de reforma agrária eram homens, e 94% do agronegócio controlado por homens. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é compreender o papel das mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio (gestoras de complexos agroindustriais de suas famílias) e das mulheres (todas titulares de lotes) no Assentamento Pequeno Willian (APW) localizado em Planaltina- DF no setor agrícola e analisar as suas estratégias de resistência às relações patriarcais. As pesquisas sobre as mulheres que atuam no campo agrário têm destacado as diversas formas de dominação e exploração a que são submetidas as mulheres pobres, enquanto que no caso das mulheres abastadas, evidencia-se um vazio teórico significativo. A pesquisa é conduzida para enfatizar as resistências dos dois grupos. Metodologicamente operou-se com o estilo etnográfico com complementariedade da história oral, que permite a reconstituição histórica das estratégias das mulheres ao situá-las através do tempo. Recorremos a duas técnicas do referido método: a pesquisa de campo realizada com as mulheres no APW durante um ano, e as textualidades virtuais para reconstituir as estratégias do NFA. Duas questões ficam evidentes quanto às estratégias de enfrentamento às relações patriarcais das mulheres do agronegócio. Aquelas com maior capital repassado pelo patriarca da família acumulam capital científico em diferentes áreas e buscam reconhecimento por suas habilidades na gestão dos empreendimentos da família, enquanto as estratégias das mulheres do APW apresentam conexão com o conhecimento ancestral da sua ascendência africana na relação com a sociobiodiversidade.

**Palavras-chave:** patriarcado, questão racial, questão agrária, mulheres assentadas, mulheres do agronegócio.



## ABSTRACT

The agrarian space is considered essentially male. In 2016, about 87% of the holders of plots of agrarian reform were men and 94% of agribusiness was controlled by men. In this sense, the purpose of the research is to understand the role of women in the Female Agribusiness Nucleus (managers of agro industrial complexes of their families) and women (all holders of their plots) in the Little William Settlement (LWS), located in Planaltina/Federal District in the agricultural sector and analyze their strategies of resistance to patriarchal relations. Research on women working in the agricultural field have highlighted the various forms of domination and exploitation to which poor women are subjected, while in the case of wealthy women shows a significant theoretical vacuum. The research is conducted to emphasize the resistances of the two groups. In methodological terms the ethnographic style was operated and complemented with oral history, which allows the historical reconstitution of the women's strategies to situate them through time. Two techniques of this method were used: a field survey of women in LWS for a year, and virtual texts to reconstruct the strategies of the two groups. Two issues are evident concerning the coping strategies to patriarchal relations of women in agribusiness. Those with higher capital transferred by the family patriarch accumulate scientific capital in different areas and seek recognition for their skills in the management of family enterprises, while the strategies of LWS women have connection with the ancestral knowledge of their African origin in relation to sociobiodiversity.

**Keywords:** patriarchy, racial question, the agrarian question, settled women, agribusiness women.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração de senzala organizada por grupo familiar ampliado, com quintais complexos no período colonial.....	64
Figura 2 - Cultivo em larga escala.....	115
Figura 3 - Mulheres da primeira formação do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA). ....	119
Figura 4 - Mulheres do Assentamento Pequeno Willian.....	130
Figura 5 - Localização do Assentamento Pequeno Willian.....	133

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de alimentos e ingredientes das receitas vendidas nas ruas de Salvador no XIX. ....	65
Tabela 2 - Ocupações das mulheres negras escravas em Salvador entre 1811 e 1888.....	76
Tabela 3 - Especialização das mulheres no séc. XIX.....	146

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APW - Assentamento Pequeno William

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

NFA - Núcleo Feminino do Agronegócio

PDA - Projeto de Desenvolvimento do Assentamento

IFB - Instituto de Federal de Brasília

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

BEA - Bem-estar animal

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo

ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ABCM - Associação dos Criadores de Zebu

ABCZ - Associação dos Criadores de Machigiana

UNICA - União das Indústrias de Cana de Açúcar

BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel

ABRAPA - Associação Brasileira dos produtores de Algodão

APROJA - Associação dos Produtores de Soja

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1. PATRIARCADO: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS .....	30
1.1 O patriarcado sistema econômico organizador da questão agrária .....	32
1.2 Cadê as mulheres?.....	37
1.3. As origens do patriarcado.....	41
2. A TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS MULHERES .....	49
2.1 A questão agrária e questão racial .....	53
2.2 Transição das relações de trabalho do ponto de vista feminista.....	56
2.3 O papel das mulheres negras agricultoras .....	60
2.4 E as mulheres brancas abastadas? .....	69
2.5 Similaridades .....	73
3. A QUESTÃO AGRÁRIA E A MULHER .....	78
3.1 A luta pela defesa do território: mulher indígena .....	86
3.2 A resistência: das mulheres aquilombadas .....	87
3.3 A luta pela terra: mulheres de Canudos.....	90
4. MARX, CAPRA E BOURDIEU: ANALISANDO O MUNDO .....	93
4.1 A reprodução em Marx .....	95
4.2 O Patriarcado em Capra .....	97
4.3 Bourdieu a transmissão do capital social .....	103
4.4 A conexão entre Bourdieu, Capra, Marx: e o papel das mulheres? .....	104
5. ANALISANDO O CAMPO AGRÁRIO: ESPAÇO DE LUTA .....	109
5.1 Mulheres pecuaristas do período colonial ao agronegócio .....	117
5.2 Estratégias do Núcleo Feminino do Agronegócio.....	118
5.3 Estratégias de resistência das mulheres afrodescendentes do APW .....	130
5.4. As transformações do grupo familiar .....	140
CONCLUSÃO .....	146
REFERÊNCIAS .....	150

## MEU LUGAR DE FALA

Primeiramente gostaria de apresentar o meu “lugar de fala”. Minhas avós paterna e materna eram agricultoras que não tinham terra, enquanto minha mãe transitou do trabalho livre para o trabalho rural assalariado e depois para o serviço público (gari). Eu sou agricultora, assentada da reforma agrária, ativista nos movimentos sociais do campo e engenheira agrônoma, minha condição racial é negra. Se aqui descrevo essa trajetória é para elucidar que houveram transformações no campo, mas que também há permanências na vida do campo, principalmente das mulheres pobres.

O sociólogo Pierre Bourdieu, que também tinha ascendência camponesa, afirma que os agentes possuem uma experiência social e conhecem primeiro um mundo que não é um mundo intelectual, já que esse só surge anos depois da socialização bastante internalizada, e que aquela experiência será redobrada com o conhecimento do mundo acadêmico. O desafio é converter em problema científico essas experiências “primeiras” para enfim constituir o que o autor chama de socioanálise. Este será meu esforço nesta pesquisa<sup>1</sup>.

Neste sentido, a socioanálise se inicia com a observação da posição e a partir da condição de classe, raça e gênero dos agentes nas estruturas. No caso das sociedades patriarcais escravistas, como é o caso do Brasil, a clivagem racial e de gênero são categorias que devem ser articuladas para, em seguida, ser possível se determinar uma visão de mundo e das heranças históricas estruturais/estruturantes.

A minha ascendência é do campo (sou da roça), vou usar este conceito porque não faz parte da pesquisa entrar na celeuma sobre a existência ou não de uma dita classe camponesa no Brasil. E o meu capital social, valores e significações, é de um mundo dominado. No documentário de Pierre Carle “A sociologia é um esporte de combate”, Bourdieu (2001) afirma que quando o agente vem de um

---

<sup>1</sup> “Nesse esforço para explicar-me e compreender-me, poderei doravante apoiar-me nos cacos de objetivação de mim mesmo que fui deixando pelo caminho, ao longo de minha pesquisa, e tentarei aqui aprofundar e ainda sistematizar” (Esboço de auto-análise – BOURDIEU, 2005, p.39).

mundo cultural dominado, ele sente vergonha cultural, à maneira de estigmas desvalorizados, caracterizada pelos gestuais, sotaques e que identificam a sua condição e posição de classe.

Neste sentido, o meu capital social além da vergonha cultural, que carrega a sua posição por vezes no campo acadêmico, é frágil e negado. Esse quadro tende a ter uma capacidade maior de “refração” com a introdução no campo agrário e acadêmico do paradigma agroecológico, o qual defende a importância do capital social dos povos do campo, das águas e das florestas para a transição de uma agricultura dependente de insumos externos para uma agricultura autossustentável.

Contudo, a ascendência negra brasileira transmite um capital social que não se encontra com os agentes sociais dominantes brancos, nem é transmitido pelos livros, mas de forma oral: é o conhecimento ancestral, resultado da diáspora. O povo negro é um povo predominantemente da oralidade, como podemos constatar através das culturas do samba, do *rapp*, do repente: nós, negros, temos o capital cultural da resistência. Nossas mães nos prepararam para a vida, pois, elas sabem que vamos ter que lutar o dobro para termos um espaço de sobrevivência na estrutura.

O meu capital científico é fruto da luta dos movimentos sociais do campo pelo direito à educação que se concretizou com a conquista do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma. Segundo relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária:

O programa vem garantindo acesso à escolarização a milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária que, até então, não haviam tido o direito de se alfabetizar, tampouco o direito de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino (INCRA, 2016).

Sempre estudei em escola pública, tendo concluído em 2008 a graduação na área das Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará no campus de Marabá, estado do Pará<sup>2</sup>. O curso foi fruto de uma parceria entre a Superintendência

---

<sup>2</sup> Atualmente é um campus independente denominado UNIFESSPA- Universidade do Sul e Sudeste do Pará. Os eixos norteadores do Curso de Agronomia da UNIFESSPA diferem dos cursos que são ofertados por outras instituições do país, fato que pode ser observado pelos eixos norteadores e

do INCRA em Marabá, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Concluída essa definição do meu “lugar de fala”, devo esclarecer que sempre atuei no MST, especificamente nas áreas de cultura e das relações sociais, mas participei também de atividades ligadas ao setor econômico, transitando, assim, pelas duas estruturas, nos campos cultural e econômico. As minhas observações são de uma pessoa de dentro.

---

pelos objetivos do *Projeto pedagógico (2003)*: 1. Meio natural amazônico e o homem; 2. Sistemas de produção com enfoque agroecológico e 3. Meio socioeconômico e desenvolvimento rural sustentável.



## INTRODUÇÃO

Desde a matriz grega a mulher foi considerada incapaz, assim a história ocidental foi construída pela narrativa do grande homem e pela negação do sujeito feminino. Certamente essa visão ainda orienta relações de poder em diversas estruturas sociais, tanto que no campo agrário predomina o paradigma da invisibilidade em relação ao trabalho das mulheres. Além da negação do mesmo enquanto uma estratégia de resistência ao patriarcado.

O movimento feminista, a partir de 1970, questionou os pressupostos epistemológicos que norteavam o mundo do saber, esse posicionamento provocou mudanças na noção de ciência. A denúncia disso é fundada, pois é possível reconhecer esse entrelaçamento de uma prática cultural, o silenciar das mulheres, com o que é produzido pela teoria, como por exemplo, na França, berço da Escola dos Annales. Segundo Peter Burke (1992) houve uma transição, um importante movimento historiográfico que redirecionou as pesquisas nessa disciplina.

Os historiadores anteriores dos Annales haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-la à história de maneira mais integral, já que haviam obviamente mencionado as mulheres de tempo em tempo (BURKE, 1992, p. 56).

A confluência da história cultural e política nos anos de 1970, determinou um novo campo de pesquisa, eventualmente superando a hegemonia da matriz epistemológica positivista. A história cultural provocou uma reviravolta no campo da pesquisa teórica positivista e econômica, ao incluir os grupos marginalizados, excluídos do interesse da pesquisa, e foi fator decisivo para inclusão e desenvolvimento de estudos sobre a história das mulheres, que são alavancadas ao status de objeto e sujeito de investigação.

Assim é necessário admitir que mesmo tendo mantido as mulheres fora das preocupações centrais, a Escola dos Annales, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento, a sexualidade etc. Temas que permitiram a inclusão das mulheres na história (SILVA, 2008, p. 224).

Não podemos negar as transformações causadas pela Escola dos Annales, por certo, a mudança na noção de ciência e a contribuição do movimento feminista certamente determinou a inclusão das mulheres na história. Os temas alavancados pela terceira geração dos Annales, tais como vida privada, sexualidade, a família, o cotidiano e outros, foram fundamentais para a inclusão das vidas das mulheres como tema de importância para a história.

Esse movimento despertou a atenção dos pesquisadores no Brasil a partir dos anos de 1970. Heleieth Saffioti (1969) é considerada a pioneira nos “estudos sobre a mulher” com *A mulher na sociedade de classe: Mito e Realidade*. Nesse clássico predomina a influência marxista na referência teórico metodológica da opressão versus dominação que oculta a dimensão do sujeito político e as estratégias de resistência são secundarizadas. A pesquisa de Saffioti visava:

[...] apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino. Visa, ainda, a desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento (SAFFIOTI, 1997, p. 39)

Nos anos de 1980, a história das mulheres se define como um campo de pesquisa, a atuação das mulheres como a de sujeitos políticos e a sua capacidade de luta, participação pela transformação social, ou seja, as resistências a dominação masculina e classistas são descritas.

Destaca-se June E. Hahner (1981), *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, que investiga as resistências das mulheres da elite, por direitos a educação, contratuais, ao voto e destaca a emergência da imprensa feminina no Brasil, como novo espaço de luta.

Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) em *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, tenta romper com o paradigma da incapacidade feminina, afirmando a plenitude feminina na construção da história, qual verdadeiras heroínas. “As pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 1970, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras” (RAGO, 1995, p. 81).

Eventualmente que essas transformações ocorreram articuladas com a organização dos movimentos sociais de mulheres, isso revela a capacidade de luta e participação na transformação social, somam-se também os questionamentos dos movimentos intelectuais feministas às ciências, que se jactam dos feitos masculinos, e transferem esse machismo para sua base epistemológica. Todos estes acontecimentos confluíram para uma crítica a história única.

A descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou, assim, dos próprios questionamentos que elas, num determinado momento de suas vidas, fizeram acerca de si próprias, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a idéia clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas, começou a parecer incômodo viver num mundo em que estivessem diluídas dentro da idéia de um sujeito universal (SILVA, 2008, p. 224).

A origem da história das mulheres é a negação da via única para história narrada pelos homens. Assim, emerge uma organização social e política das mulheres que se incomoda e ao ver negada a sua posição e condição de sujeito histórico. Com efeito a única história seria, segundo Chimamanda Adichie (2009), a criação de estereótipos, entretanto eles não são o problema, o limite é que eles criam estereótipos incompletos, contribuem para tornar-se uma única história. E acrescenta que ao se insistir nas histórias negativas que apenas arranham a superfície das experiências se negligencia as muitas outras histórias que formaram as mulheres.

A historiografia de uma história da mulher para se constituir enquanto campo de pesquisa, primeiro desconstruiu o paradigma da história única, que começou a ser elaborada após a Vitória da Revolução Francesa. Nessa visão, agora superada de história, o princípio filosófico norteador considerava o conhecimento científico guardião da verdade absoluta, cuja matriz sustentava que o discurso para ser válido deveria estar calcado na Razão.

Na verdade, se esta tendência historiográfica se forja na crítica aos estudos que silenciavam a presença dos "vencidos", produzindo seus "silêncios" ou vitimizand-os demais, afirma-se então na tentativa de construir a identidade destes grupos, respondendo a seu modo aos movimentos sociais que ganham visibilidade fora da academia, seu tom romântico evoca em alguns momentos a construção de antigos mitos e heroizações da história positivista (RAGO, 1995 p. 85).

Este novo fazer histórico, desvestido do cabresto positivista, também enfrenta críticas, em relação a abordagem teórico metodológico que se preocupa exageradamente com as resistências e por vezes pode repetir antigos mitos e heroínas da visão positivista. Segundo Tilly (1994), o desafio é analisar e discutir o que os fatos e fontes da história das mulheres permite no sentido de modificar outros domínios da História, do mesmo modo uma história analítica das mulheres, que dê conta de vincular seu problema ao problema das outras tratativas históricas, criando assim uma abordagem interdisciplinar. E conclui pela utilização da categoria gênero enquanto fundamental para a análise histórica.

Tânia Maria Gomes da Silva (2008) referencia-se em Scott (1994), considera que a história das mulheres deve avançar da denúncia para a transformação da vida das mulheres, e acrescenta que da mesma forma que emerge uma nova mulher, de maneira simultânea é preciso que os homens aceitem participar da consolidação de uma nova masculinidade.

Eventualmente esses avanços são necessários em relação à historiografia das mulheres, quanto a história das mulheres agricultoras que norteia os movimentos sociais das mulheres camponesas, predomina a abordagem analítica, visto que as análises sobre este grupo é marcadamente pela história social.

A produção historiográfica do tipo social é fortemente influenciada pelo pensamento marxista, que vê a opressão feminina em função do capitalismo, e a perspectiva de análise é o mundo do trabalho, essa matriz contribuiu para uma história analítica e de denúncia, porém essa vertente pode ocultar certas resistências e estratégias, e apresenta um estereótipo das mulheres como oprimidas e com baixa capacidade de reação, tornando-as uma espécie de sujeito histórico pela metade.

Parte significativa da história das mulheres que viviam no campo foi descrita no período colonial, destacaram-se temas ligados a sexualidade, resistência, o trabalho, as estratégias de sobrevivências, destaca-se pesquisas de mulheres migrantes até 1950, depois desse período veio o silêncio histórico sobre as mulheres agricultoras, que só vão retornar como sujeitos históricos nos anos de 1980. Lutando para ter o mesmos direitos que os homens, como aposentadoria, participar de sindicatos e de ser reconhecida enquanto trabalhadora.

As resistências desse grupo podem indicar novas possibilidades de aplicação de políticas públicas. O alinhamento dessas com as estratégias de resistência das mulheres podem contribuir para reduzir a pobreza no campo, na floresta e nas águas. Consoante que para o avanço da história das mulheres que vivem no campo, deve-se articular as duas matrizes: a da história social com a da história cultural. Com isso tornar possível descrever as suas origens ancestrais, sendo que a maioria é preta, parda e pobre e, por outro lado, relacionar essas descobertas com a sua capacidade de resistência e com a compreensão da real situação de exploração. E a bibliografia a esse respeito já existe.

No livro *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina* (2002), Carmem Deere e Magdalena Leon, apresentam reflexões sobre os fatores que impedem o acesso e o controle da terra às mulheres latino-americanas, ressaltando que a desigualdade de gênero na propriedade resulta de tradições da família, do Estado e do mercado.

As pesquisas da organização feminista Sempre Viva Organização Feminista - SOF têm construído uma abordagem que reflete sobre a articulação entre as relações econômicas, a cultura patriarcal e a violência contra as mulheres como um elemento estruturante das relações de gênero.

O livro *Retratos dos assentamentos* (2013), em um artigo intitulado “*Mulheres Assentadas: da invisibilidade ao protagonismo*”, das autoras Daniele Torres Brosler e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, é traçado o objetivo de acompanhar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos de reforma agrária, onde a ênfase recaiu sobre os lugares ocupados pelas mulheres assentadas, as atividades de autoconsumo, atividades agroindustriais familiares e a segurança alimentar. As autoras constataram que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam na criação de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento familiar.

A pesquisa sobre nós mulheres assentadas da reforma agrária, tem realizado uma análise que transforma o lote de terra em nosso espaço privado, antes era a casa, hoje o campo institucional de pesquisa ampliou para o lote. Mas ainda estão em dúvida se somos produtoras ou reprodutoras. Considero um equívoco separar os dois campos de organização social. Em nenhum momento da pesquisa nós,

mulheres assentadas, aparecemos como trabalhadoras, relegam-nos ao papel de meras cuidadoras, participantes das atividades agrícolas de pequeno porte (nós não trabalhamos, somente “participamos”) para abastecer a família.

É necessário ampliar a pesquisa em relação a nós mulheres assentadas. Como uma mulher assentada da reforma agrária posso afirmar, pela minha vivência, que o lugar de protagonismo de nós mulheres assentadas está além do lote familiar. Organizamos os nossos assentamentos, participamos do processo de luta e conquistas, estudamos, comercializamos, negociamos, fazemos artesanato, arte e cultura e consideramos todas essas atividades e tantas outras, todas que envolvem o trabalho das mulheres como produtivas - nós “trabalhamos”.

Quando separamos as duas categorias, reafirmamos a dicotomia do sistema capitalista entre trabalho produtivo e reprodutivo, o primeiro tem importância e o segundo não; perdemos a dimensão de que uma sociedade deve ter a sustentabilidade da vida no centro.

Para compreender as mulheres assentadas, é necessária a reconstituição das relações, tensões, e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho das mulheres. Quais são essas relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho das mulheres assentadas? O controle da terra pode ser uma determinação? São as relações patriarcais?

Ao desvendar as formas assumidas pelo trabalho das mulheres assentadas, é possível ampliar o protagonismo das mulheres para além do lote familiar. As mulheres da reforma agrária que estão na universidade, devem se debruçar sobre as relações de trabalho que são estabelecidas no lote familiar e rever o conceito de unidades de produção familiar. As mulheres assentadas estão trabalhando uma média de 12 horas por dia, estão sobrecarregadas pelas relações de trabalho que são constituídas sob a forma da supremacia do homem branco.

Para os pensadores da Antiguidade, as atividades relacionadas à reprodução e ao trabalho doméstico eram inferiores porque estavam relacionadas a afazeres práticos que dificultam a vida contemplativa, retórica pregada para não só justificar a escravidão, mas também como autoproclamação desmerecedora da maioria, mulheres, estrangeiros e etc.

Mas, se formos analisar as mulheres assentadas partindo deles, o trabalho reprodutivo e produtivo está dificultando a vida, não necessariamente contemplativa, mas, a capacidade de crescer enquanto ser humano autônomo. Uma mulher, para quem toda a sua vida se resume ao trabalho reprodutivo, tem sérios limites em analisar a sua realidade e conseqüentemente considera sua exploração como algo natural, à vontade divina.

Considero que a academia precisa superar o paradigma da visibilidade do trabalho das mulheres e começar a reconstituir historicamente o sujeito-mulher nas relações sociais e de trabalho dentro dos modos de produção. Como trabalhamos em média 12 horas por dia, é preciso constranger simbolicamente o sistema patriarcal para avançarmos rumo à novas relações de gênero.

As mulheres assentadas não dispõem de tempo para ler um livro, sentar e ouvir uma música, nem assistir um bom filme, estudar, cuidar do próprio corpo, de desfrutar a sensação de serem donas de seus ritmos. Muitas são alijadas do acesso à educação. Uma das primeiras reivindicações das lutas dos movimentos feministas foi a garantia do direito à educação, porque sem educação as condições de emancipação das mulheres ficam gravemente limitadas.

Portanto, é urgente que nós mulheres assentadas questionemos o modelo de reforma agrária que dá primazia à família, porque não pode ser um grupo de amigos, um grupo de pesquisadores, de estudantes, de afinidade. O conceito de unidade familiar reproduz relações de produção baseadas no poder e no domínio do homem sobre a mulher. Por que um lote de reforma agrária só pode ser de uma família? E as mulheres não têm direito à terra como uma possibilidade de construção de sua autonomia.

O trabalho realizado nessa pequena unidade de produção, a família, não tem reconhecido seu valor social e econômico, do mesmo modo que o trabalho doméstico realizado pelas mulheres trabalhadoras urbanas também não é valorado. Além das análises da história social e da cultura ter contribuído, cada uma ao seu modo, para a visibilidade das mulheres em cada época, outros autores também se atreveram a analisar as mulheres, desvendando a sua atuação na estrutura e o seu papel para a transformação. Temos paradigmas como diriam os pós-modernos, ou

contradições como diriam os marxistas, ou as veias abertas como diriam os poetas, que temos que ter coragem para questionar.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa é compreender o papel das mulheres do NFA (gestoras dos seus estabelecimentos da família) e das mulheres no Assentamento Pequeno Willian localizado em Planaltina, no Distrito Federal (são as titulares dos lotes) no setor agrícola e analisar suas estratégias de resistência às relações patriarcais.

Com recorte em torno do Núcleo Feminino do Agronegócio – NFA, formado em 2011 por 24 mulheres que fazem parte da terceira geração da pecuária brasileira o seu ponto zero é a Região de Ribeirão Preto, São Paulo, as quais possuem propriedade em outras regiões do Brasil. Juntamente com as Mulheres do Assentamento Pequeno Willian, localizado em Planaltina, Distrito Federal, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupação que ocorreu no ano de 2004 e se institucionalizou em 2014.

O conceito de capital cultural forjado por Pierre Bourdieu pode contribuir para a compreensão das estratégias das mulheres assentadas e do agronegócio, assim como a educação o campo agrário é fortemente organizado com base em uma segregação econômica.

Bourdieu (1999) define o capital cultural como o *habitus*, ou seja, um sistema de organizações duráveis e transponíveis, que tornam integradas todas as experiências passadas, que funcionam a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas.

As transferências analógicas que Bourdieu observa não são constatadas nos sistemas simbólicos ou capital cultural das mulheres no APW, entretanto, a afirmação foi encontrada nas mulheres do NFA, primeiramente a sua herança cultural é a transferência é realizada pelo pai, os seus sistemas de produção.

Em um primeiro momento, Bourdieu apropria-se explicitamente da herança neokantiana e durkheimiana e conceitua a cultura – ou os “sistemas simbólicos” como mito, língua, arte, ciência – como instrumento de construção do mundo, dando inteligibilidade aos objetos e definindo aquilo



que é bom ou ruim, aceitável ou inaceitável etc. (CUNHA, 2007, p.505 apud ALMEIDA, 2007, p. 45-46).

Os sistemas simbólicos das mulheres assentadas são fortemente marcados pela matriz africana. Quando questionadas em seus saberes, sobre com quem aprenderam a trabalhar na roça todas responderam que foi com suas mães, por certo que a sua herança cultural é materna o que pode ser observado pelos seus sistemas produtivos, os seus conhecimentos estão fundamentados no conhecimento etnobotânico que surpreendentemente apresenta permanências, mesmo após a diáspora africana; inclusive “é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa” (BOURDIEU, 1999, p. 73). Na medida em que pode representar uma ciência que permite gerar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção agrícola.

Eduardo Oliveira (2011) afirma que “cada cultura produz seu próprio regime de signo, e que eles podem ser mais ou menos desterritorializados de acordo com o contexto em que surgiram e multiplicaram-se”.

Eventualmente que os instrumentos de construção do mundo das mulheres do NFA, constituem-se da cultura dominante, porque são construídos e operados pelos agentes que estão em posição dominante no campo agrário. A sua relação com a natureza, da mesma forma, aporta o modelo da agricultura moderna, de homogeneização de cultivos de plantas e empobrecimento dos ciclos biogeoquímicos, herança cultural que repete “transferências analógicas de esquemas”.

Por conseguinte, o capital cultural dos dois grupos gesta projetos sócio-políticos que estão em disputa no campo agrário. De um lado, o das mulheres do agronegócio tem por padrão a monocultura e com alto impacto ambiental e representação simbólica do agronegócio; por outro, o das mulheres agricultoras que tem por base a matriz etnobotânica africana.

...a noção de “capital cultural” não se dissocia dos efeitos da dominação. Isto porque o “espaço social” para Bourdieu é um espaço de lutas, por isso a importância das estruturas simbólicas (como a cultura) como exercício da legitimação de um grupo sobre os outros (CUNHA, 2007, p. 20)

O capital cultural das mulheres agricultoras negras pode contribuir para a consolidação de uma matriz agroecológica e demonstrar uma nova forma de organização familiar baseada na matrifocalidade, onde o campo cultural, inverte o sentido e, passa a determinar o campo econômico. Porém a sua capacidade de refração depende da superação do paradigma da invisibilidade das mulheres do campo, das águas e da floresta, pelo campo acadêmico.

A historiografia das mulheres articulou uma gama de técnicas e métodos de outras ciências, principalmente da história cultural, como a biografia coletiva, agrupamento de descrições individuais, além dos arquivos individuais e os testemunhos orais. Por exemplo, as produções do período colonial estão fortemente marcadas pelos relatos dos diários dos viajantes, processos civis e criminais e em iconografias.

Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos – mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização dos arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) – foi possível ampliar as balizas temporais das pesquisas e abarcar períodos mais próximos. (SILVA, 2008, p 228)

A defesa da história oral, eventualmente contribui para questionar a primazia da abordagem da “mulher invisível no campo”, e sua valorização pode completar e enriquecer a história das mulheres.

A metodologia utilizada nesta pesquisa de cunho etnográfica está embasada em três princípios: ver, ouvir e escrever; o primeiro passo foi o exercício reflexivo de me ver, enquanto mulher na reforma agrária (processo doloroso), na sequência realizar essa metodologia com as mulheres assentadas do APW e com as mulheres NFA, um dos princípios fundamentais da etnografia é de que o conhecimento se constrói na experiência e na relação com o outro.

Eram objetos que faziam parte da minha experiência de vida, porém havia uma diferença importante, o meu olhar, estava “disciplinado” como afirma o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000), neste sentido os atos cognitivos que geralmente são subestimados nos trabalhos acadêmicos de pesquisa, na etnografia são fundamentais.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualiza-lo (OLIVEIRA, 2000, p.19).

Outro sentido convocado na pesquisa etnográfica é a audição, “portanto, se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade” (OLIVEIRA, 2000, p.19). O ouvir contribui para eliminar padrões sociais que são constituídos pelos paradigmas hegemônicos.

A segunda etapa seria a escrita, distante do campo de pesquisa, “nesses termos, o olhar e o ouvir seriam parte da primeira etapa, enquanto o escrever seria parte da segunda” (OLIVEIRA, 2000, p.25)

Considero o ato de escrever para nós mulheres assentadas na reforma agrária o exercício mais doloroso, nós temos que parar (só quem é da roça sabe o significa parar), nós do campo somos muito ativas, temos que ver as tarefas do cotidiano se acumulando e fazer de conta que não estamos vendo.

Segundo Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2008), a etapa da escrita “define a capacidade de recriar as formas culturais que tais fenômenos adotam e permite exercitar a habilidade de lhes dar vida novamente, agora na forma escrita, com base em uma estrutura narrativa”. (ROCHA, ECKERT, 2008, p.9). A escrita não pode ser considerada apenas uma descrição objetiva da realidade vivenciada, ela é decisivamente uma interpretação do que foi vivido pelo pesquisador em campo.

Foram dois anos olhando e escutando as mulheres do NFA, de maneira virtual. Neste sentido, a pesquisa apresenta limites, dentre eles a escassez de trabalhos acadêmicos sobre as mulheres da classe dominante que administram os estabelecimentos agrícolas e a invisibilidade por opção. Essas mulheres afirmam não fazer parte da sua natureza a exposição e se comportar como celebridades.

Tentei contato através da página de Internet do NFA, mas não obtive resposta. Neste sentido, o procedimento adotado foi olhar e escutar o mundo virtual que pode ser considerado um mundo social, observei as imagens, atividades realizadas,

participação em eventos, palestras, entrevistas, os laços familiares, os sistemas produtivos, de maneira a conhecê-las, ao mesmo tempo me conhecia melhor.

A pesquisa de campo em espaços virtuais já faz parte da prática da antropologia. “Vale ressaltar que uma das últimas fronteiras, hoje, é a produção de novas escritas etnográficas com base no contexto enunciativo que constituem as novas textualidades eletrônicas e digitais” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 19).

A etnografia com fontes virtuais (ROCHA; ECKERT, 2008), pode ser uma das formas de trabalho de campo em que o texto não segue uma estrutura hierárquica e linear; o que “tem gerado uma reflexão cada vez maior em torno do processo de desterritorialização da representação etnográfica e a desmaterialização do texto etnográfico no âmbito das ciências sociais” (ROCHA; ECKERT, 2008, p.8).

Em relação às mulheres do APW, fui a campo, convivi durante um ano no assentamento o seu universo social e cultural. Segundo Rocha e Eckert (2008), a observação direta é uma das técnicas mais importantes para investigar os saberes e o fazer na vida social afim de reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. Neste contexto, o conhecimento se constrói na relação e na experiência com o outro, sendo que a observação não é tudo, outras técnicas podem e devem ser acrescentadas. Neste sentido, foi incluído também o procedimento da entrevista da pesquisa oral, para suprir lacunas deixadas pela interação.

O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento (a) as regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder (ROCHA; ECKERT, 2008, p.4).

Assim, a pesquisa etnográfica possibilita reconhecer através da interação as relações patriarcais para além das “formas institucionais” e dos conceitos dos “discursos legitimados por estruturas de poder”. Logo, no olhar, ouvir e escrever, a capacidade de refração dos dois grupos sociais “pode ser melhor compreendida”. (OLIVEIRA, 2000).

Para mim foi um exercício, como descreve Velho (1978), de estranhar o familiar e familiarizar o estranho, para refletir sobre a minha experiência enquanto mulher assentada da reforma agrária.

Para iniciar a descrição do processo histórico da formação social e patriarcal do Brasil, suas implicações com a questão agrária, presumindo que eu encontraria o patriarcado nos estudiosos da questão agrária, iniciei com livro *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*, da editora Expressão Popular, 2011 organizado por João Pedro Stédile.

Curiosamente, há um vazio ou silêncio teórico em relação a categoria patriarcado nas referências que compõem essa coletânea, o patriarcado eventualmente não é considerado um inimigo da classe, apenas das mulheres.

O primeiro capítulo descreve o patriarcado do ponto de vista da sociologia (Gilberto Freyre), do judiciário (Oliveira Viana), e do ponto de vista das mulheres (Heleieth Saffioti, Neuma Aguiar e Rose Mari Muraro) - todas as três autoras têm influências marxistas. Objetiva compreender como as quatro categorias - patriarcado, latifúndio, sistema de produção e escravismo - se articulam na formação social do Brasil, através de um esboço da origem do patriarcado e da sociedade, partindo da visão de mundo evolucionista de Engels. E pelos trabalhos de Rose Mari Muraro delinear a formação da sociedade do ponto de vista das mulheres até chegar à condição da mulher no terceiro milênio e à posição do movimento feminista em relação ao tratamento de certas noções.

No segundo capítulo, figura a transição das relações de trabalho pelas mulheres após a abolição da escravatura. A análise do ponto de vista dos modos de produção apresenta limites teóricos e obscurece a participação das mulheres negras, na estrutura agrária. Traçamos um perfil das mulheres brancas e ricas e das mulheres negras que se dedicavam à atividade agrícola. O objetivo do capítulo é identificar a participação e a inserção das mulheres na esfera agropecuária, após a abolição.

O objetivo do terceiro capítulo é reconhecer as bases teóricas da questão agrária no Brasil, para traçar o lugar das mulheres nesta esfera. Desta forma, a questão agrária é delineada nesse capítulo, identificando as influências teóricas da

construção do conceito no Brasil, demonstrando que estrutura coage a ação das mulheres e como os agentes constroem socialmente a estrutura de forma a reforçar invisibilidade participação das mulheres.

No quarto capítulo, estabelecemos um diálogo com Karl Marx (2012), *Elementos fundantes de uma concepção materialistas da história*, e Fritjof Capra (1982) em *Ponto de Mutação* e Bourdieu com o documentário *A Sociologia é um esporte de combate* (2001), e *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (2004), para observar as condições e posições de classe, abstraindo a visão de mundo dos autores e como esta determina o ponto de vista dos autores sobre o papel das mulheres nas estruturas sociais. Este capítulo tem por objetivo, compreender como o marxismo, a teoria dos campos e a teoria dos sistemas entendem o patriarcado e o papel da mulher na estrutura econômica e cultural.

No último capítulo são traçadas as permanências na estrutura agrária das relações patriarcais e as estratégias das mulheres do NFA e das mulheres do Assentamento Pequeno Willian. Com objetivo de verificar as estratégias, os avanços e limites das organizações sociais às quais estão integradas essas mulheres e seu potencial de enfrentamento das relações patriarcais.

A consideração final aprofunda as estratégias de resistências dos dois grupos demonstrando que as permanências dos sistemas de produção não são independentes, mas sim estão vinculadas aos elementos culturais e dialoga com as redes de conceitos e controles operadas pelo patriarcado quando questiona a supremacia dos masculina no controle da propriedade da terra, umas mulheres mais e outras menos.

## 1. PATRIARCADO: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

A escrita tem uma íntima relação com a vivência, nenhum pesquisador parte do nada, Gilberto Freyre é descendente dos primeiros colonizadores portugueses, costumava passar temporadas no engenho de parentes. Daí sua visão do patriarcado ser de afirmação da supremacia masculina, branca, do filho do senhor de engenho, tanto que chega a considerá-lo como a base social da sociedade brasileira.

O patriarcado, segundo o mesmo autor, é considerado o sistema mais importante na formação da nação Brasil. Sem o controle dos corpos das mulheres, o latifúndio não teria a família para controlar a terra, o sistema agrícola não produz sem gente, ou melhor, sem a força de trabalho. Pode-se constatar que o modelo produtivo foi possível através da articulação dos quatro elementos: o patriarcado, a escravidão, o latifúndio e o sistema plantation.

Oliveira Vianna (1999), desvenda o patriarcado nas duas esferas pública e privada (o autor foi duramente criticado por ser membro do campo eugênico). Ele descreve as relações de poder exercidas pelo patriarca para manter o controle do território, no período republicano. Para o mesmo autor, o patriarcado é sinônimo de feudalismo, modelo que se estende nas esferas público e privada; crítica o liberalismo e propõe uma proposta normativa de um corporativismo como sistema político para combater o patriarcado.

Como bom jurista, apresenta uma visão do judiciário e tenta propor normas corporativas para combater o patriarcado. Até os dias atuais o Judiciário tenta impor normas ao patriarcado sem muito sucesso (Lei Maria da Penha, pagamento de pensão alimentícia).

O mérito de Oliveira Vianna encontra-se em desvendar as relações de poder exercida pelas famílias oligárquicas, novamente a família, para a manutenção e controle econômico e político do Estado e do Judiciário, durante a transição social do Império para a República.

Saffioti (2013) em *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*, descreve o lugar da mulher na sociedade escravocrata patriarcal, que era

encaminhada desde criança para a aceitação completa da supremacia do homem na família e na sociedade. Então, ela analisa o patriarcado no período colonial como o sistema que domina e explora as mulheres brancas e negras, porém com mais intensidade estas. O patriarcado é tão poderoso que controla o destino e os corpos das mulheres, que não têm muitas possibilidades de reação.

Essa submissão feminina, segundo a autora, recaía, sobretudo, em fazer de conta que não sabia dos desregramentos sexuais do marido. Como afirma, por sua vez, Freyre (2003), a sexualidade masculina foi utilizada como estratégia de povoamento e fornecimento de mão-de-obra escrava para gerar riqueza. Os homens tinham a autonomia de abusar de toda escravaria e das mulheres indígenas como direito de macho reprodutor.

Seguindo Saffioti (2013), o patriarcado é um sistema de dominação e exploração da mulher, porque ele opera mesmo sem a presença do homem, como se independente da vontade das mulheres ele comandasse arbitrariamente suas vidas, é como se funcionasse maquinalmente. A autora apresenta uma visão trágica da vida das mulheres do campo, principalmente no período colonial, abstraindo-se da ideia que as mulheres apenas começaram a lutar pelos seus direitos quando tiveram acesso à educação.

Aguiar (1997) analisa o patriarcado como sistema de dominação acrescido da exploração, regido pelo medo e pela desigualdade, considerando-o um sistema que funciona independentemente da presença dos homens, mesmo entre as mulheres, enraizado como coisa nas relações sociais.

Aguiar (1997) assim como Saffioti (2013) veem o patriarcado como um ser onipotente e onipresente, semelhante a um Deus mais moderno e maquiavélico, onde, diante ele, as mulheres são seres impotentes.

O objetivo deste capítulo é responder como as categorias patriarcado, latifúndio, escravidão e monocultura se articulam no processo de formação social do Brasil e desvelar o lugar da mulher nesta estrutura.



## 1.1 O patriarcado sistema econômico organizador da questão agrária

No livro *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*, o organizador João Pedro Stedile (2011); os autores: SODRÉ, (2011); RANGEL, (2011); PASSOS, (2011); GUIMARÃES, (2011); STÉDILE, (2011), argumentam que o escravismo, o latifúndio, a monocultura denominados de sistema *plantation*, foram as bases da organização do Brasil.

O que caracteriza a plantation? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., com o emprego de mão de obra escrava (STÉDILE, 2011, p. 21).

A organização social do Brasil, nessa visão, está fundamentada no latifúndio, na escravidão, na monocultura. O patriarcado não aparece como elemento organizador da empresa Brasil.

Martins (2010) defende que a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje, foi o cativo da terra, e acrescenta que o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. Dessa forma, o cativo do homem e da terra foi a matriz organizativa da sociedade brasileira.

O sistema patriarcal não figura como um elemento da base da formação social do Brasil. Nos estudos ligados à história econômica, o conceito terá relevância nas análises das ciências sociais. Na perspectiva dos ioiôs (filhos dos senhores de engenho), a obra mais importante do gênero é *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

Aguiar (2000), uma das pesquisadoras do patriarcado na atualidade, afirma que são vários os estudiosos do patriarcado: Raimundo Faoro (1958), Nestor Duarte (1966), Fernando de Azevedo (1949), Oliveira Vianna (1949), Gilberto Freyre (1973), Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Antônio Cândido (1945) entre outros.

Aguiar (2000) analisa o patriarcado como o sistema de dominação concebendo-o de forma ampla, incorporando as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto do sistema escravista brasileiro. No tocante ao gênero, a autora acrescenta ainda que as relações eram patriarcais.

E ela ainda reitera que o patriarcado no pensamento social brasileiro é a base inicial da organização social, interpretação considerada por Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, apesar de algumas diferenciações. Freyre (2003) defende que o patriarcado no Brasil foi utilizado como uma estratégia de colonização e povoamento e de reprodução de mão-de-obra escrava para gerar lucro, sendo o grupo doméstico sua base institucional.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou o nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia (FREIRE, 2003, p.85).

Dentro os vários autores listados acima citados por Aguiar (1997), dois constituem um diálogo fértil: Gilberto Freyre e Oliveira Viana, apesar de várias críticas que tenho, são os que melhor analisam o patriarcado, dentro do enquadramento do objetivo desta pesquisa.

A crítica à eles fundamenta-se na análise feminista negra, que denuncia a contribuição dos dois autores, para a disseminação da tese do branqueamento e da democracia racial, que tem provocado a estigmatização do povo negro e principalmente das mulheres negras. Essa análise pode ser melhor compreendida no artigo de Lélia Gonzalez (1984) em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*.

Enquanto Vianna (1999) dá continuidade ao tempo histórico, descrevendo o patriarcado no período republicano, com funções públicas, Freyre descreve o patriarcado no período colonial com funções econômicas.

Em Freyre (2003), o sistema patriarcal tem função econômica, social e política, sendo considerado um sistema que organizou a vida da colônia. O mesmo autor acrescenta que houveram choques com a Igreja.

Conquanto a família patriarcal foi o principal fator colonizador; o patriarcado representado na supremacia do homem branco estrangeiro foi utilizado como estratégia de acumulação, já o controle da terra se impunha pelo uso da sexualidade para aumentar a população e a mão de obra trabalhadora a fim de garantir a ampliação do patrimônio.

Os casamentos por interesse, inclusive, eram uma estratégia adotada por essas famílias que Vianna denomina de clã-patriarcal. No tocante à menção de Freyre (2003) sobre os conflitos com a Igreja, discordo do autor, pois a Igreja foi contribuinte da supremacia masculina, sua disseminação de ideologia misógina remota à Idade Média.

A Igreja que controlava os casamentos negociava união entre meninas de 14 anos com senhores de engenho de 60 anos, tudo com consentimento da família. Os casamentos por interesses econômico, político, social e territorial, eventualmente definiu a sociedade que somos hoje.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, e desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que desbrava em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela, o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senadores de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes (FREYRE, 2003, p.81).

A contribuição de Freyre em desvendar o patriarcado enquanto sistema econômico, social e político organizador da empresa Brasil, não o exime de sua cumplicidade em romancear a miscigenação do povo brasileiro. Os corpos das mulheres negras e nativas suportaram torturas de guerras, onde o vencedor estupra as mulheres para afirmar a sua supremacia sobre os dominados.

Em *Casa grande e senzala*, o autor apresenta a colonização brasileira com tons de Claude Monet, porém um Monet com tons mais escuros por causa da presença negra em todos os lugares. Freyre cria a imagem da mulher negra trabalhadora, sua única função no sistema *plantation*, fazendo parecer que a

miscigenação foi um processo harmonioso. Este processo pode ter sido harmonioso para os homens brancos, porém para as mulheres sabemos que não foi.

O homem branco é descrito por Freyre no auge da sua supremacia e potência masculina. O senhor de engenho controlava os corpos das mulheres brancas, negras e indígenas. A não ser que o patriarcado foi utilizado como estratégia de colonização pelos portugueses.

O mesmo autor reafirma o mito da mulata para o sexo, a mulata sensual seria o melhoramento genético da negra, dado seus traços afinados, pele morena, bunda grande, boa para transar, se divertir. Enquanto a mulher branca representa o ideário da madona, pura e casta, as moças de casar, que deveriam manter-se puras.

O nosso imaginário recebe arquétipos de pretas criadeiras, de negra para criar o sinhozinho ou a sinhazinha, porque a mulher negra, diferentemente das brancas, era forçada à não maternidade, enquanto que a mulher branca a negligenciava.

Pode ser que o termo “mãe-preta” utilizado pela “gente da casa grande”, nada mais foi que um mecanismo psicológico da compensação. No entanto, parece que não foi somente o critério da “corpulência dos seios fartos” que fez com que o racista, por mais bestial que fosse, fizesse da mulher negra a ama-de-leite dos seus filhos. Ele certamente percebeu que naquela mulher havia sentimentos que fariam muito bem à sua prole (BERNARDO, 2003, p. 53).

O referido autor lembra com saudade da sua ama preta que tinha a função de servi-lo a qualquer hora do dia ou da noite, e assim crescem crendo que eles os homens brancos nasceram para serem servidos e obedecidos, guardando, assim, boas recordações das suas amas de leite.

Quanto às adolescentes virgens negras, elas teriam a função de iniciação sexual dos jovens brancos, acrescentando-se aí outra função importante depurativa para o sangue sífilítico dos filhos e dos senhores brancos. Freyre e Oliveira Viana conforme seus escritos, contribuíram para a representação e divulgação supostamente científica dos arquétipos das mulheres negras, do povo afrodescendente e indígenas pelo mundo afora.

Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdaram, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somático da raça nobre. Da matiz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana (VIANNA, 2000, p. 1007).

A descrição anterior explicita qual a raça hegemônica. Os negros para ascenderem socialmente deveriam “herdar” (era como se negro estivesse ganhando uma herança os genótipos da raça superior), além das mudanças no fenótipo, era importante também receber o legado das funções e os elementos psicológicos do branco acrescentado dos valores e da inteligência, aliás, o sonho dos negros era o de serem brancos.

Neste contexto, a questão racial e da mesma forma as relações de gênero e de classe, podem ser um tema transversal nas análises da questão agrária porque guarda relação com a organização social e patriarcal do Brasil.

Por seu turno, Vianna (1999) analisa o patriarcado como sinônimo de feudalismo e como modelo que se estende nas duas esferas: pública e privada. Assim, o poderio das famílias patriarcais havia ultrapassado as cercas dos engenhos, das fazendas de café e dos currais da pecuária, paralelamente governava o campo político, o governo era dos patriarcas e suas famílias.

O autor critica o liberalismo que exalta a liberdade individual com igualdade de direitos políticos e jurídicos para os homens que não eram nem servos nem escravos, em fim para os homens livres. Como bom jurista apresenta uma proposta normativa de um corporativismo que propunha um modelo de colaboração entre as classes e o poder legislativo seria gestado pelas corporações representativas dos interesses econômicos, industriais ou profissionais, esse seria o sistema político para combater o patriarcado. Por certo que essas corporações seriam representadas pelos homens que administravam as organizações parentais, os mesmos que o autor queria combater.

Como se vê, na vida pública, na vida privada, na vida administrativa, estas organizações parentais – poderosamente apoiadas sobre a massa dos seus clãs feudais – atravessaram os três séculos coloniais ostentando prestígio e poderio e influem perturbadamente na administração pública, na atividade dos partidos, no êxito das leis, mesmo nas revoluções quando é caso disto (VIANNA, 1999, p. 250).

Vianna (1999) analisa o patriarcado como um sistema jurídico, talvez pela sua formação acadêmica e pelo momento histórico da formação do Estado Republicano e rompe a barreira privada das relações patriarcais. Acresce que uma das manifestações da família patriarcal é a sua função do ponto de vista jurídico, onde os clãs feudais, formados por famílias extensas e de compadrio chegam a dominar a política, a economia e o judiciário de um município inteiro. Essa forma de organização social contribui para a concentração e centralização da posse da terra e dos bens.

As características relevantes do patriarcado, segundo Freyre e Vianna, são as relações de dominação e mando político, econômico e social exercidas pela família patriarcal e o latifúndio como estratégia de dominação territorial, que serão determinantes nas origens da organização social brasileira.

(...) em síntese, qualquer que seja a preferência política do autor, todos concordam que o patriarcado é a base inicial da organização social brasileira. Em situações de descentralização política esta seria a unidade sociológica de análise (AGUIAR, 2000, p.179).

A empresa Brasil não se viabilizaria sem o apoio do sistema patriarcal para regular e controlar os corpos das mulheres, era necessário gente para formar a nova nação. As posses e a família garantiam ao homem branco, o acesso à terra e à formação de um patrimônio, além de poder participar da vida política. Neste sentido, a mulher branca era uma moeda de troca importante, para ascensão social daqueles que se aventuravam no novo mundo.

## **1.2 Cadê as mulheres?**

Nas análises de Vianna (1999), a mulher não aparece como sujeito político, o patriarca tem poder de decisão, não apenas na vida da mulher, mas de todos os elementos que compõem seu complexo familiar senhorial (patriarcal). É importante, portanto, colocar as lentes feministas para entender de qual mulher fala o autor.

Descreve ainda Vianna (1999) que estas famílias tinham como costume a indivisibilidade do domínio, mas em caso de morte do patriarca o filho primogênito era quem assumia o comando. Eram assegurados também os pertences pessoais, o gibão de couro e o relógio de ouro de fabricação suíça. Segundo o autor, o uso destes pertences assegurava ao herdeiro a legítima ocupação do seu lugar ao que foi do patriarca. De modo que o período republicano, as mulheres brancas e ricas, cabeças de família, deixavam como heranças joias antigas e a almofada de bilros para o feitiço da renda, em outras palavras esses eram os bens acumulados por elas.

Dessa forma, os patriarcas mantinham a propriedade da terra intacta. As mulheres somente tinham direito à terra, quando os maridos morriam e o filho mais velho não tinha condições de assumir o lugar do pai, demonstração clara do controle masculino da propriedade.

As descrições de Saffioti (2013) no tocante às mulheres na sociedade colonial não são a priori diferenciadas daquelas feitas por Vianna. As mulheres brancas abastadas na sociedade escravocrata patriarcal eram treinadas desde criança a serem sóbrias, pudicas, a evitarem a ociosidade, respeitadoras e obedientes do silêncio e do marido.

E continua afirmando que as mulheres na sociedade escravista brasileira, dada a posição inferior que ocupavam na família patriarcal, desempenhavam dois papéis as preguiçosas e as trabalhadoras. Uma parcela considerável levava vida ociosa, indolente com a aparência, entregue à rede e ao cafuné das negras, sem domínio de mando algum sobre a escravaria e assistindo passivamente aos abusos sexuais do seu marido com as escravas.

Esse tipo de comportamento não era regra, havia também, segundo a mesma autora, aquelas que desempenhavam importante papel no comando e supervisão das atividades no lar, como na cozinha, fiação, tecelagem, costura, confecção de bordado e rendas, a feitura da comida dos escravos, nos serviços no pomar e jardim, cuidavam das crianças e dos animais domésticos e das festas que reuniam os parentes, porém o seu espaço de mando não poderia ultrapassar o terreiro da casa grande.

A propriedade da terra, nesse período, era a única forma de se constituir um patrimônio. Como as mulheres eram excluídas desse privilégio, a partir deste ponto de vista, sua condição política era similar aos escravizados. A autora inclusive aponta como consta na citação abaixo, uma pista sobre as mulheres que tomaram posse das suas propriedades.

Por herança, entretanto, inúmeras mulheres tiveram acesso à propriedade e revelaram iniciativa e qualidades suficientes para o desempenho da tarefa. Diante de um marido capaz, todavia, sua capacidade se anulava porque ao homem cabia a administração dos bens da família (SAFFIOTI, 2013, p.250).

As mulheres alcançavam a emancipação jurídica mediante a ausência do homem, a competência masculina anulava a feminina, em suma as mulheres consideradas seres incapazes juridicamente, o que sem dúvida era uma forma de controle patriarcal que negava igualdade meramente formal e sob concepção material.

Ainda de acordo com Saffioti (2013), sendo essa realidade das mulheres brancas que viviam na casa grande, pode-se afirmar que já havia uma jornada de trabalho estafante e uma série de direitos negados. E reitera que em situação maior de exploração a que estava condenada a mulher negra que vivia em um regime de exploração econômica, maior que a do escravo, visto que desempenhava várias funções: de trabalhadora, reprodutora da força de trabalho, objeto de aluguel sexual e serviços sexuais ao senhor.

Mesmo após a libertação dos escravos, as mulheres negras livres e as filhas de brancos pobres sobreviveram recorrendo ao comércio do próprio corpo. Segundo Saffioti (2013), era este o destino de grande parte daquele contingente populacional economicamente instável, vivendo da economia de subsistência e/ou de expediente.

As mulheres tiveram seus corpos violados, foram usados como máquina de produzir gente para viabilizar o sistema produtivo. Neste sentido, há um movimento sincrônico com a literatura de Gilberto Freyre (2003), quando este descreve a miscigenação como algo aceito passivamente por parte das mulheres negras e indígenas.



Minha avó paterna, Maria Augustinho de Jesus, dizia que sua avó foi capturada no mato a dente de cachorro. Que intercurso gostoso era esse que descreve Freyre, quando as mulheres resistiam a ponto de precisar de um cachorro para caçá-las no mato. No álbum ilustrado *Viagem Pitoresca E Histórica Ao Brasil* de Jean-Baptiste Debret (1972), uma pintura intitulada “Índios soldados escoltando selvagens”, duas mulheres indígenas estão amarradas com os filhos em volta dos seus corpos sendo escoltadas por três homens.

Mas, por que estavam utilizando cordas, cachorros e armas se o intercurso era prazeroso? A miscigenação exaltada pelo autor não passou de uma regulação hierárquica da relação entre os sexos onde o corpo da mulher era submetido ao prazer, ao desejo e aos objetivos políticos do patriarca.

Para entender o patriarcado na formação social do país, é necessário um exame minucioso do cotidiano, procurando pistas entre os grupos marginais do poder, cruzando a história social e a história política. O desenvolvimento dos estudos históricos sobre as mulheres foi facilitado em grande parte pela ascensão da história social, pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas (HAHNER, 1981, p. 15).

Visibilizar as mulheres nos espaços da economia agrária exige da/o pesquisadora/a atenção redobrada. A maioria dos pesquisadores da questão agrária são homens, o que justifica um olhar em uma perspectiva feminista. A visão material e cultural sobre a formação social do Brasil apresenta concepções teóricas diferenciadas. A primeira exclui os fatos cotidianos que garantiram as resistências das mulheres, a segunda exalta a supremacia e os grandes feitos do homem branco.

A priori, o patriarcado exerce o seu controle através da estrutura econômica, na concepção materialista, enquanto que a concepção culturalista reconstitui o patriarcado no cotidiano, do ponto de vista do homem. Mediante o exposto, é necessário buscar as origens do patriarcado em outros autores para reconstituir historicamente o tema.

### 1.3. As origens do patriarcado

A supremacia do homem sobre a mulher foi possível, segundo Engels (2013), com a origem da propriedade privada, do Estado e da família. O homem alcançou tal objetivo pelo controle do meio ambiente e dos recursos naturais. Em um processo lento de evolução, o homem foi desenvolvendo tecnologias que lhe permitiam controlar a natureza, sendo que a produção que era apenas para consumo começou a gerar excedente.

O providenciar a alimentação fora sempre assunto do homem: e os instrumentos necessários para isso eram produzidos por ele e de sua propriedade ficava sendo. Os rebanhos constituíam nova fonte de alimentos e utilidades; sua domesticação e sua ulterior criação competiam ao homem. Por isso, o gado lhe pertencia, assim como as mercadorias e os escravos que obtinha em troca dele. Todo excedente deixado pela produção pertencia ao homem; a mulher tinha participação no consumo não na propriedade. (ENGELS, 2013, p. 203).

Anteriormente, havia a divisão sexual do trabalho. As mulheres eram responsáveis pela reprodução, maternidade e coleta de frutos, e o homem pela caça. Como caçar leva menos tempo que cuidar, o homem tinha maior tempo livre para se dedicar à técnica e inventar artefatos que lhe permitiam controlar a natureza.

A divisão sexual do trabalho na família deu origem à divisão social do trabalho através do controle da propriedade privada, da mulher e da natureza pelo homem. As relações sociais foram organizadas sob as bases da divisão social do trabalho.

Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transtornava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa - a exclusividade no trato dos problemas domésticos assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele uma insignificante contribuição (ENGELS, 2013, p. 204).

A supremacia masculina se exprime pelo controle do excedente (lucro). Quem mais acumulava excedente, tornava-se a classe dominante, pela propriedade

privada e pelo controle das mulheres. Quanto mais aumentava o controle do homem sobre a natureza, proporcionalmente aumentava seu poder sobre a mulher.

Estes excedentes poderiam ser usados como valores de troca, dando origem a uma classe dominante que não precisava trabalhar e vivia de vendas dos excedentes, escravizando boa parte da população; daí a origem do Estado centralizador, autoritário e violento. A classe dominante defendia a propriedade do excedente, da terra, que mais tarde, com a expansão da agricultura, viria se tornar propriedade de alguns em detrimento da comunidade. Nesta época, o sexo feminino é também dominado e a mulher forca reduzida ao âmbito privado, a fim de fornecer o maior número possível de filhos para arar a terra e defender a terra e o Estado. A competição, pois, pelas mulheres, pelos excedentes e pela propriedade privada foi pouco a pouco dando origem a supremacia masculina e a cultura competitiva (MURARO, 1992, p.62).

Ao se distanciar da natureza e subjugar a mulher, o homem descobre o seu papel na reprodução, legitimando assim a sua dominação sobre o corpo da mulher. Ao controlar a natureza e a mulher, o homem rompe a harmonia com o meio e este rompimento entre o homem e o meio ambiente provoca sua transcendência. A sobrevivência do grupo não depende de forças desconhecidas e incontroláveis. O homem é o senhor da vida e da morte. Os valores das culturas matricêntricas dão lugar à força e à virilidade.

Esta noção de transcendência deve, provavelmente, ter nascido da descoberta do papel masculino na procriação. Neste instante, o macho pode assumir o controle da sexualidade da mulher e, portanto, o poder sobre elas, juntamente com a natureza. Do conceito abstrato de controle vem o conceito de superioridade/transcendência sobre a natureza e a mulher. Nascem então os mitos e crenças sobre um Deus todo poderoso e transcendente, não mais imanente, como nas sociedades matrilineares. A grande mãe imanente é substituída pelo deus transcendente e controlador (MURARO, 1992, p.64).

A sistematização da transcendência do homem está relatada através do mito judaico cristão, na queda do livro do Gênesis, que contribui para perpetuar de geração para geração, como um fato natural e biológico, a dominação do homem.

Todos os processos históricos descritos anteriormente prepararam a sociedade agrária para aceitar como natural essa dominação, agora, de forma santificada, através da perpetuação das redes de controle e conceitos criados pelo mito patriarcal.

O mundo é criado por um deus único e todo-poderoso, onipotente e onipresente, que controla todos os seres humanos em todos os momentos da sua vida. E aqui entramos no mito judaico-cristão, base de nossa civilização atual. E o mito judaico cristão é o mito dos que creem e dos que não creem nele, dos antigos e dos modernos, porque o mito não é aquilo que ele diz, mas a estrutura psíquica que ele produz (MURARO, 1992, p. 70).

A estrutura psíquica criada pelo mito fundamenta a submissão da mulher ao homem. Segundo a escritura, a mulher transgrediu a lei divina ao comer o fruto proibido e como castigo ambos são expulsos (o homem e a mulher) do paraíso, por culpa da dela. Ela, pela desobediência cometida, terá que ser submissa ao homem, e ele terá que trabalhar para ganhar o pão com o suor do próprio rosto, sendo a mulher a responsável por todos os males que passa a humanidade, pois todos poderiam viver em perfeita harmonia no Jardim das Delícias, sem precisar trabalhar, afirma Muraro.

E é através das leis e da institucionalização, ou seja, através de ordens abstratas derivadas da palavra, principalmente da palavra escrita, que é inventada junto com a sociedade agrária, que estas violências podem ser praticadas. Não é o status desigual e o controle sobre as mulheres que importam, mas sim os conceitos que estão na base deste controle e da supremacia masculina (MURARO, 1992, p. 64).

O patriarcado, através dos conceitos, naturaliza as ações do cotidiano, ou seja, transforma em padrões hegemonicamente masculinos as relações de poder, entre os gêneros, as classes e as raças para justificar sua supremacia. Estas relações de poder serão marcadas pela violência, competitividade, virilidade e de total supremacia masculina como se isso fizesse parte da essência do homem, negando, desta forma, as relações de gênero como construções sociais.

No campo psíquico, o patriarcado opera com conceitos. Para justificar a violência contra mulher, o *Malleus Maleficarum*, palavra escrita pela santa madre Igreja na Idade Média, institucionaliza o conceito de bruxa, a partir do qual se forma uma rede de controles e punições justificadora da tortura, do estupro e da morte de milhares de mulheres na fogueira da Inquisição.

A Igreja a serviço do capital, que tinha por objetivo o controle da medicina, se articula com o patriarcado para instaurar uma caçada às bruxas em nome da libertação das mulheres que estavam sob o controle de satanás – pesadelo em roupagem de conto de fadas. Até os dias atuais a Igreja nega a autoria do manual de tortura das bruxas. Muraro afirma no livro *Textos da Fogueira* que na realidade essas mulheres não eram endemoniadas, senão mulheres camponesas que viviam sozinhas, detinham o conhecimento do corpo e das ervas, eram as médicas da época e possuíam pequenas parcelas de terra, consideradas um entrave para a expansão do capitalismo. Como as mulheres tinham uma rede de trocas, onde uma cuidava da outra sem cobrar nada por isso, uma medicina não voltada ao lucro. Os homens como bons administradores deveriam criar os fundamentos legais da medicina.

Nos tempos da colonização, o médico era um criador de conceitos, e cada conceito elaborado tinha uma função no interior de um sistema que ultrapassava o domínio da medicina propriamente dito. Ao estatuto biológico da mulher, estava sempre associado outro, moral e metafísico (DEL PIORE, 2004, p. 79).

A autora reitera que para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais. A ciência médica teve um papel fundamental juntamente com a imprensa e os teólogos para divulgação de ideologias misógina do mesmo modo que estabelecia argumentos que complementavam a defesa dos teóricos juriconsultores.

A principal referência dos juristas a metafísica aristotélica advogava que o quente valia mais que o frio, portanto os homens representavam o quente e as mulheres o frio, o seco mais que o úmido, e assim por diante, sendo que nessas comparações as qualidades dos homens eram superiores, por conseguinte gerava-se uma inferioridade estrutural das mulheres.

A caça às bruxas se intensificou na Renascença aproximadamente até o século XVIII, Muraro (1992) afirma que essa perseguição dirigida as mulheres pobres foi uma forma de normatizar seus corpos e reprimir os seus saberes.

Durante o período que se estende da Renascença, a Reforma e a Industrialização, descreve Muraro (1992) que a nova imagem das mulheres da classe dominante, foi estimulada baseada em nova feminilidade caracterizada pelo culto a domesticidade, a fabricação da infância, a criação do amor materno, o pedestal feminino e o amor romântico, acresce ainda estes estereótipos de feminilidade modelaram a mulher que somos hoje.

Em fins do século XVIII, estas mulheres já tinham, pois, os seus corpos reprimidos e inorgásticos e podiam, assim, transmitir aos seus filhos e filhas as regras de submissão que viriam a torná-los os operários e operárias submissos e de corpos dóceis do século XIX em diante (MURARO, 1992, p. 121)

A partir dos anos 50 do século XX no Brasil, com ascensão do movimento feminista liberal, influenciada pelas ideias do Iluminismo (liberdade e igualdade para todos os indivíduos), se inicia uma defesa da igualdade de direitos políticos e jurídicos para as mulheres, contudo, elas não questionavam as estruturas sociais, e assim o capitalismo e o patriarcado com o auxílio do Estado, empreenderam algumas reformas.

A consequência no plano das ideias foi por certo uma relativização do conceito de igualdade em oportunidade, e, por sua vez leis e políticas públicas foram criadas com objetivo facilitar o acesso das mulheres ao ambiente público, sem perder de vista as suas responsabilidades reprodutivas.

O feminismo liberal, primeira formulação teórica europeia divulgada no Brasil pela cientista Berta Lutz, explica a causa de subordinação das mulheres, pela socialização diferenciada e do preconceito, estereótipos, mentalidades e valores sociais retrógrados. As estratégias de enfrentamento e superação são educação não sexista e pressão para mudar as concepções da forma de governo, por exemplo, a luta pelo direito ao voto feminino.

Por “corrente liberal”, devem entender os movimentos fundados nas promoção dos valores individuais; com a luta pela total igualdade, entre homens e mulheres, pode-se falar de um feminismo reformista que conta,

por meio de políticas públicas de ação positiva, com a prioridade às mulheres para reduzir as desigualdade (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.145).

Os conceitos predominantes da perspectiva feminista advém de países europeus, sendo necessárias essas referências porque foram elas que influenciaram a nível mundial, os paradigmas que nortearam os movimentos feministas ao redor do globo.

O conceito de paradigma utilizado nesta pesquisa vai além do estabelecido por Thomas Kuhn (1998), como sendo uma pesquisa baseada em uma ou mais realizações.

Se o paradigma representa um trabalho que foi completado de uma vez por todas, e reitera, no seu uso estabelecido, um paradigma é um modelo ou padrão aceito. Este aspecto de seu significado permitiu-me, na falta de termo melhor, servir-me dele aqui (KUHN, 1998, p. 42).

A concepção de pesquisa e ciência, neste contexto, significa práticas contra hegemônicas de ciência e luta política que estão estreitamente articuladas a vinculação com as transformações coletivas.

Na sociedade capitalista que se organiza em torno da exploração do trabalho e da expropriação da natureza e da dominação de classe, raça, gênero e etnia, a pesquisa deve ser uma prática de cunho social que aponte caminhos para a transformação.

Nos anos de 1960, o movimento feminista radical propôs romper com o paradigma da igualdade. Em seu lugar, propõe a mudança radical das estruturas sociais. A estratégia para alcançar tal objetivo diverge o movimento. Assim, a estratégia seria a luta de classe ou a luta contra o patriarcado.

Ao contrário, os movimentos de liberação das mulheres querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes. Esse movimento será marcado por oposição quanto às estratégias prioritárias entre aquilo que se denomina na França de feministas socialistas ou a tendência da luta de classes, que afirmam que a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global, e as feministas radicais, que sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático (FOUGEYROLLAS- SCHWEBEL, 2009. p.147 et al PICQ, 1993, p. 380).

As divergências estratégicas no plano teórico e de luta dividiram o movimento feminista. A corrente teórica radical defende que a causa da opressão das mulheres é o sistema patriarcal, já a corrente socialista advoga que é o sistema capitalista, por isso a luta vai na esteira da clivagem de classes, essa corrente recebeu críticas por limitar a luta autônoma das mulheres.

A corrente feminista radical reconstrói as bases do conceito de patriarcado, questiona o conceito que tem no patriarca a autoridade central de uma comunidade doméstica, enquanto o evolucionismo de Engels defende a existência de um direito materno que foi substituído por um direito paterno, parcela das feministas marxista contesta a tese do matriarcado afirmando que as pesquisas modernas não confirmam nenhuma das duas teses.

O patriarcado é rapidamente adotado pelo conjunto dos movimentos feministas militantes nos anos 70 como o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido e reitera patriarcado ou capitalismo, patriarcado e capitalismo: tais são os termos dos debates mais importantes entre os (as) partidários (as) de uma luta feminista autônoma e os (as) partidários (as) de uma luta feminista sujeita as organizações políticas anticapitalistas (DELPHY, 2009, p. 175).

Saffioti é pioneira na análise das mulheres na sociedade de classes em sua tese de 1967, havia um pré-anúncio da necessidade de desvendar a mulher na sociedade de classes, já que os movimentos feministas haviam feito a opção pela luta de classes, as feministas marxistas entendiam que subordinação feminina resultará da reorganização econômica e do mundo do trabalho.

Em que momento o patriarcado perdeu importância na análise feminista? E na Academia? A partir de 1980 a 1990, o conceito de patriarcado desaparece dos debates e de mote das bandeiras de luta dos movimentos feministas, o meio acadêmico nomeia o patriarcado de gênero, sem contestação dos movimentos já em franco descenso.

No Brasil, esse descenso dos movimentos feministas teve forte influência da conjuntura política do país, a transição de regime político democrático para uma ditadura militar. A maioria das intelectuais estava exilada, ocasionalmente as mulheres militantes após exílio tinham vivenciado outras relações sociais, em países



onde as relações de gênero eram mais iguais. A nível mundial, o capitalismo se consolida como único modo de produção economicamente viável, gerando uma dúvida nas organizações das mulheres. Afinal, qual o inimigo? A classe ou o sexo?

Às vezes, o termo "patriarcado" levanta objeções, frequentemente da parte das mesmas pessoas que se opõem mais tarde o termo gênero. Razões dessas reticências são as vezes claras: elas denotam a adesão a uma teoria que privilegia o capitalismo, no caso do patriarcado, e a uma teoria que privilegia a "diferença natural dos sexos", no caso do gênero (DELPHY, 2009, p. 177).

Em cada período histórico, o patriarcado opera com uma rede de conceitos e controles. Os conceitos são patriarcado, patrimonialismo, direito paterno, conjunto do sistema, contrato sexual, gênero, sistema de gênero, relações sociais de sexo, relações sociais de gênero. Definindo-os sucintamente: patriarcado é igual à supremacia masculina, patrimonialismo é a supremacia do homem sobre a propriedade privada, e direito paterno é o controle do homem sobre a família, contrato sexual é o controle do homem sobre o corpo da mulher.

O patriarcado, com esta rede de conceitos e controles, transforma então, para sobreviver e consolidar-se os laços afetivos existentes entre homens e mulheres, entre mães e filhos e entre as mulheres entre si em relações de poder. (MURARO, 1992, p. 65).

Neste contexto, o patriarcado não é um conceito elementar, ele opera uma rede de conceitos e controles, por isso é importante investigar os conceitos que estão na base deste controle e da supremacia masculina. Através dessa rede, ele transforma as relações humanas e as relações com a terra em relações de poder.

Importante esclarecer que esse marco histórico da origem do patriarcado parte de uma visão europeia para as mulheres feministas negras, essa visão não é dominante. No capítulo a seguir vou tentar descrever como o patriarcado determinou as relações de poder durante a transição das relações de trabalho, onde e como quem pagou os custos da transição do capital foram as mulheres negras e migrantes.

## 2. A TRANSIÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS MULHERES

Aqui pretendo elaborar uma reconstituição histórica das relações de produção, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assalariado ou servil. Vários autores consagraram ostensivas pesquisas sobre esse período de transição: Nelson Werneck Sodré (2011), José de Souza Martins (2010) entre outros.

O objetivo deste capítulo é a recapitular através das referências bibliográficas a transição das relações de produção, no período entre 1850-1950, com foco nas relações de trabalho relativas às mulheres. Sodré (2011) defende que ela não foi igual para os indígenas, assim como não o foi para os negros e mestiços. Segundo o mesmo autor, à servidão foram lançados os elementos mestiços, enquanto que aos negros são impostas as relações de trabalho servil e o trabalho livre, este último de maneira bastante lenta.

Este fenômeno se repete até os dias atuais, uma vez que a maioria dos e das trabalhadoras do mercado informal são negros. A sociedade brasileira tem formação social de origem escravocrata e não iria permitir relações de trabalho livre para o povo negro que havia sido escravizado durante quase 400 anos.

Tomando como exemplo a transformação das relações de trabalho na cafeicultura em São Paulo onde, segundo Martins (2010), a mudança se processou com a interiorização dos mecanismos de reprodução capitalista do capital e a transposição do fazendeiro produtor de café do espaço da produção não capitalista do capital para o interior do espaço da sua reprodução capitalista.

Martins (2010) defende que a transição se deu do trabalho escravo para o trabalho livre, pois tais relações não podem ser definidas como capitalistas nem o trabalho como assalariado. No entanto, há autores que defendem que a transição foi do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Podemos supor que também não foi igual para homens e mulheres. Em 1888, ocorreu a abolição formal/legal da escravatura, e no dia seguinte, subitamente, as mulheres negras acordaram livres. Mulheres foram exploradas como força de trabalho no eito junto com os homens, em dupla jornada de trabalho: parindo a força

de trabalho dos canaviais e dos engenhos, arcando com toda carga de trabalho e de cuidado, limpando, plantando, amamentando, cozinhando, além de ter seu corpo alugado pelo seu senhor para servir aos caprichos dos homens brancos e educados.

Diante deste quadro, cabe perguntar como foram estabelecidas pelas mulheres as relações de trabalho? Elas transitaram para o trabalho livre ou servil? Quantas continuaram escravas? E as mulheres mestiças, brancas burguesas, migrantes e indígenas transitaram para qual relação de trabalho? A ideia é reconstituir as tensões e mediações desse período de transição e consolidação do capitalismo.

No cenário internacional deste período, o capitalismo avança principalmente na Europa, e requer cada vez mais matérias-primas para suas manufaturas, firmando assim uma aliança entre latifundiários que se dedicam à monocultura e a burguesia urbana que se consolida no poder exportando matérias-primas para as fornalhas das manufaturas europeias e importando as manufaturas produzidas pelo Velho Mundo.

Pautados por um regime de latifúndio, escravismo e agroexportador, éramos um país de proprietários de terras, aliados à burguesia mercantil das cidades e nem sequer nossas letras ocultavam o peso das elites agrárias na formação do imaginário coletivo (LEITÃO, 2007, p. 133).

Este período é marcado pela influência europeia nas artes e na literatura. Enquanto diversas expressões literárias abolicionistas tratavam do tema da liberdade denunciando as atrocidades do regime escravista, outros setores sequer tocavam na questão, pois, inseridos como estavam se beneficiavam deste regime que lhes permitia produzir para a classe dominante.

O campo da arte se posiciona perante a luta abolicionista, prova de que não é possível entender a literatura dissociada dos interesses de classes, raça e gênero. Neste cenário, de defesa da liberdade ou da continuidade da escravidão, que a força estética da poesia de Castro Alves vai ecoar, em defesa da liberdade do povo africano, quando declama o destino da raça africana através de um navio negreiro.

O poeta também fez uma poesia que alcança a tragédia no lar, exaltando a força e o sofrimento da mulher negra. Tamanho sofrimento de uma mulher preta deve ter sido presenciado pelo poeta, a ponto do tema lhe servir de motivo poético.

Os abolicionistas (intelectuais, poetas, jornalistas) estavam organizados em defesa da liberdade, representada basicamente pela classe artística.

Caberá, pois ao poeta baiano Castro Alves a nobre missão de abraçar, com idealismo e eloquência, a campanha abolicionista em nossas letras, a qual reunirá poetas políticos e intelectuais como o combativo poeta e crítico sergipano Tobias Barreto (1839-1889), mulato de origem humilde que há de liderar a *intelligentsia* nordestina reunida na Escola do Recife, e o grande tributo e diplomata pernambucano Joaquim Nabuco (LEITÃO, 2005, p.143).

Observemos o Brasil de 1850 a 1950, a conjuntura política desse período, marcada pela aprovação da Lei de Terras, abolição da escravatura e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, acentuado pelo ingresso de massas migratórias europeias e asiáticas. Podemos auferir que a Lei 601, de 1850, normatizou o latifúndio no Brasil, articulada com a Lei Áurea de 1888, que determinou as relações de produção sem alterar o monopólio da terra. Todas essas modificações estruturais se passaram no decorrer de um século.

A terra anteriormente era regida pela “concessão de uso” era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STÉDILE, 2012, p.25).

A alienação instaurada pela lei de terras determinou um preço de terra elevado para a época, com o objetivo de impedir que a classe escrava e os novos trabalhadores, os imigrantes e todos os desertados da terra tivessem acesso à sua emancipação.

O Artigo 2º da lei 601 de 1850 esclarece que os que se apossassem das terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubassem matos ou lhe pusessem fogo, seriam obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, demais, sofreriam a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil reis. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes (entre os vizinhos de divisas das terras).

A normatização da posse e da propriedade da terra determinaram as formas de acesso à terra. O 2º artigo mais parece uma ameaça àqueles que sonham com a

liberdade de um dia serem livres na sua terra. Portanto, a privatização da terra não privou apenas a terra enquanto um meio de produção, ela privatizou os sonhos das mulheres negras em se emanciparem junto com os seus homens.

Neste cenário de efervescência política, chegam os migrantes europeus sonhando com a terra prometida, enfrentando um verdadeiro choque, ao ouvir uma nova língua, experimentar novos sabores, sentir novos cheiros, novos signos e, sobretudo, ter que construir novas relações sociais e de produção. A mulher migrante, que já conhecia as relações patriarcais do seu país, chegando aqui, vai conviver com relações patriarcais acrescidas de relações escravocratas.

Assim, o controle sobre a terra continuou nas mãos da mesma classe social. As mulheres produziam, no eito, em casa os alimentos para toda a família. Podemos supor que o colonato era o trabalho do núcleo familiar pelo pagamento apenas de um homem. As mulheres imigrantes se juntaram à mulher escravizada e arcaram com as contradições da transição do trabalho escravo.

Conforme Martins (2010), a terra era livre, mas os homens eram escravos. Se o homem fosse livre, a terra tinha que ser escrava. Pode-se considerar que, com a lei de terras, escravizou-se a terra e a Lei Áurea libertou o homem, seguindo as normas vigentes na época.

Os principais meios de produção, a terra e o homem, trocaram suas condições jurídicas, são os ventos do desenvolvimento capitalista europeu chegando ao Brasil e provocando transformações. Eram necessárias novas relações de produção, com o meio ambiente, consigo mesmo e com os outros.

A libertação dos trabalhadores escravizados – oficializada pela Lei Áurea, de 1888, determinou que, uma vez juridicamente livres, poderiam vender sua força de trabalho. Porém, segundo Martins (2010), a terra era escravizada, assim, sendo o principal meio de trabalho ou de produção, a terra tornou-se mercadoria.

Tenha-se em conta que na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia, propriamente, a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formalizará com a Lei de Terras de 1850. Durante a crise do trabalho servil, o objeto da

renda capitalizada passa do escravo à terra. Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra (MARTINS, 2010, p. 40).

A Lei 601 de 1850 (lei de terras) e a Lei Áurea de 1880 são marcos históricos jurídicos importantes para análise das relações de produção no Brasil. Sendo esse período marcado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, é permitido supor que a articulação das duas leis e a transformação das relações de produção determinaram o monopólio da terra. Eventualmente, o monopólio da terra no Brasil tem uma forte relação com a questão racial e as relações de gênero.

## **2.1 A questão agrária e questão racial**

Essas duas questões até os dias atuais não se convergem em pauta de luta, os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, recebem críticas de menosprezar a questão racial na luta pela terra, pois a sua base é formada por maioria negra, enquanto que o movimento negro por não considerar as conexões entre as duas questões centrais.

De maneira muito sutil, sem aprofundamento Sodré (2011) anuncia a questão racial como determinante da desigualdade social, ao afirmar que os elementos que passam da escravidão para o trabalho livre são determinados pela cor. Neste sentido, a questão agrária e a racial segundo Villas Bôas (2010) são os dois elementos constituintes da forma de exploração brasileira.

A entrada em cena dos colonos estrangeiros majoritariamente brancos, para receber a segunda cota de terra pública e substituir os pretos nas lavouras, explícita as intenções da elite agrária exportadora que estava se formando.

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1890).

Os colonos europeus pobres vivenciaram duras condições de trabalho, verdade incontestável principalmente as mulheres, porém após três anos de trabalho para o fazendeiro ele poderia ter direito a concessão de terra, em condições mais vantajosas que a população negra, a qual foi negado o direito a terra e ao trabalho.

A Lei de Terras representa o momento de tensão social da elite brasileira, que pretendia continuar com o controle do Estado, da terra, da incipiente indústria e do comércio, atenta às transformações do capital mundial. O povo escravizado após a aprovação da Lei de Terras perde o status de mercadoria, que passa a ser a terra, posteriormente comercializada para custear a substituição da força de trabalho.

Portanto o povo negro foi excluído duplamente do acesso a terra e ao trabalho a Lei de Terras tem por clivagem a questão racial, uma vez que saem os negros e entram os brancos. No seu artigo 18 aponta as estratégias de embranquecimento do povo brasileiro, preterido pela elite brasileira, apesar de os negros representarem maioria após abolição, entendimento asseverado por Clovis Moura (1988).

Art. 18 – O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente.

A Lei de Terras, ato jurídico que poderia ter contribuído para combater o racismo no Brasil, no entanto, fez com que este se reafirmasse. O acesso a terra foi definido por clivagem racial, tem como ideologia a inferioridade do negro e da negra, que é preguiçoso/a, não sabe trabalhar (observar a resistência da academia em reconhecer o negro como camponês), por isso não ascende socialmente.

A Lei de Terras, promulgada em 1850, é um marco para a compreensão do destino articulado da questão agrária e da questão racial do país. Quando a elite percebeu que a escravidão teria um fim datado na história mundial – haja vista que a revolução dos negros haitianos já tinha ocorrido (1804) e amedrontava os senhores de escravo brasileiros, e que a produção excedente de mercadorias exigia a expansão do mercado consumidor na periferia mundial – adiantou-se e decretou que as terras poderiam ser

compradas (a altos custos), herdadas ou concedidas pelo poder do Estado (VILLAS BÔAS, 2010, p. 7).

O povo negro durante 350 anos trabalhou como lavradores, ferreiro, marceneiros, carpinteiros, criadores, cozinheiros, domesticas todo o trabalho era realizado por eles, o trabalho para o branco era considerado aviltante, após abolição nada sabiam fazer, todas as suas competências desapareceu, o Brasil para se desenvolver precisava de braços úteis.

De modo geral, a interpretação política da esquerda brasileira expropriou a historicidade da classe trabalhadora, a saber: quando os negros em condição escrava foram libertos pela abolição da escravidão eles perderam a sua cor, sua memória afro-descendente, e entraram para a história como os despossuídos, os pobres, desempregados, mão-de-obra desqualificada para o trabalho, trabalhadores rurais, rurícolas (VILLAS BÔAS, 2010, p. 5).

Para se entender em profundidade os objetivos políticos da transição das relações de trabalho além da clivagem racial, deve ser observada também a clivagem das relações de gênero. Segundo Sodré (2011) os elementos que passam da escravidão à servidão são mais numerosos do que os que passam da escravidão ao trabalho livre, sendo importante se identificar em qual das duas áreas se concentrava o maior número de mulheres.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

A análise histórica da questão racial, agrária e patriarcal de forma articulada, suscita perguntas sobre as origens e conexões das desigualdades sociais econômicas das mulheres negras na atualidade. “Isto quer dizer que não se tratam de categorias paralelas, se tratam de problemas constituintes da forma de exploração brasileira, e por isso devem ser pensadas de forma integral” (VILLAS BÔAS, 2010, p. 6).



O desafio dos movimentos sociais de esquerda é a articulação das lutas de classe, raça e gênero. O capitalismo, o patriarcado e o racismo são as matrizes organizadoras da sociedade brasileira e exercem o mesmo “peso” político, não podem ser tratados de formas distintas, como afirma Villas Bôas (2010).

## **2.2 Transição das relações de trabalho do ponto de vista feminista**

O modo de produção capitalista é constituído pelas forças produtivas que são caracterizadas pelas relações assalariadas de produção, as quais baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção. As mulheres no período colonial não tinham direito a propriedade privada de meios da produção.

Durante a transição das relações de trabalho, ainda no regime de colonato, as fazendas de café paulistas contratavam uma família e pagavam pelo trabalho do homem e mulheres, que não recebiam salários por seus trabalhos.

Nos estudos clássicos da questão agrária, o critério de análise refere-se ao modo de produção, a propriedade privada da terra e as relações de trabalho que foram estabelecidas, sob o predomínio da monocultura voltada ao mercado externo.

Este tópico se pauta pelo referencial teórico do livro *Cativeiro da Terra*, de José de Souza Martins, onde o autor reconstitui a diversidade de mediação e determinações das relações de produção que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho, no período denominado colonato.

O seu ponto de partida é o de que, durante a crise do trabalho escravo, foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, o trabalho livre e não o trabalho assalariado. O trabalho livre, segundo o autor, era para o negro, “a liberdade de nada fazer”.

O autor apresenta uma análise a partir do controle da terra enquanto propriedade. Aqui também encontramos o mote que permeou até aqui este trabalho: “Antes a terra era livre, o homem era escravo, se o homem fosse livre a terra tinha que ser escrava”. Foi esta fórmula de equação que permitiu a consolidação dos senhores de café no poder, período (1850 a 1950) de transição do trabalho escravo

para o trabalho livre, cerca de 100 anos para a consolidação da classe latifundiária no poder, perpassando o processo que tornou o país em uma república.

Nelson Werneck Sodré (2011), apresentando uma análise a partir da luta de classes e do controle da terra, defende que o fenômeno da transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semi-servidão foi possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras e conclui que no processo de transição não houve transferência de propriedade.

Argumenta ainda que a marca distintiva da segunda metade do século XIX é a consolidação da classe senhorial no poder, através da montagem de um aparelho de Estado que ela utilizou para constituir uma unidade política e assim ampliar a sua própria autoridade no espaço geográfico, através da imposição ou de acordos tácitos com as frações regionais. A intensidade da autoridade varia conforme as áreas onde se aplica.

São duas análises divergentes do processo de transição dos modos de produção. No Brasil, Sodré (2011) defende que foi pelo controle da terra e Martins (2010) pelo controle do trabalho. Ambas não são excludentes, ao contrário formam uma dialética explicável pela questão de gênero: os homens sofreram mais duramente pelo controle do trabalho e as mulheres pelo controle da terra. Assim, na verdade possuem distintas capacidades explicativas, e são importantes em particular para a compreensão de como foram e estão organizadas as relações de trabalho das mulheres que vivem e trabalham no campo.

Um intervalo, com o espírito biográfico que acompanha esse texto, para a exposição de uma memória de infância representativa da atualidade das teorias que se seguirão: O meu pai chegava a uma fazenda e pedia trabalho e o fazendeiro empreitava para ele plantar 10 tarefas de cacau. Toda a família trabalhava. Antes de iniciar o trabalho recebia uma parte em dinheiro e outra em mantimento e comida. E quando concluído o plantio, desmontava o acampamento e seguia para a próxima fazenda, procurando trabalho. Considero essa relação um tipo de trabalho livre, porque no dia que não queria trabalhar, não trabalhava. Ele dizia que trabalhar assalariado era trabalhar de cativo, assim, pode-se cogitar que ele viveu relações de trabalho livre.

Martins (2010) afirma que o regime escravista engendrou a forma de trabalho que o superaria, que seria o trabalho livre e não o trabalho assalariado, como defendia o economista historiador Caio Prado Jr. (2011). Num estilo parecido com o de Caio prado, que busca a reconstrução científica do processo social, no movimento da sociedade. “Um modo de produção é o modo como se dá esse movimento, é o modo historicamente singular como a sociedade se (re)produz e não meramente o modo como a sociedade produz” (MARTINS, 2010, p. 20).

Pode-se medir e quantificar o modo de produção, porém, nessa matemática, a produção das mulheres é escamoteada, mas com a análise das relações de trabalho fica aberta a possibilidade de desvendar as determinações e tensões pelas relações de trabalho que viveram e vivem as mulheres do campo.

Por isso, o fim da escravidão e o advento do trabalho, que ganhou substância na imigração, não foi processo igual para o escravo e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu. Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra e dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhará com a libertação; para outro, era o que lhe restava (MARTINS, 2010, p. 34).

Neste contexto, a clivagem racial pode contribuir para apontar caminhos que revelam que as desigualdades no campo estão articuladas não só à condição de classe, mas outras variáveis devem igualmente ser observadas para superação das desigualdades sociais e culturais.

Uma das maiores dificuldades das análises com a clivagem racial no campo agrário é a falta de dados das instituições públicas. Por exemplo, hoje não sabemos quantos negros possuem terra, pois o censo agropecuário exclui a variável racial das suas pesquisas e a mesma situação é observada em relação às mulheres, a variável gênero foi incluída somente em 2006.

Quando Sodré (2011) afirma que os elementos que passaram da escravidão à servidão foram os mestiços e os negros, e o trabalho livre ampliou-se para os imigrantes, ou seja, os brancos, ele deixa claro que a questão agrária brasileira tem uma íntima relação com a questão racial, porém, ao mesmo tempo surge o

questionamento: qual a origem das suas fontes, já que o último censo agropecuário com a variável racial foi o de 1872, isto é, antes da abolição da escravatura?

A primeira pergunta que deve ser respondida é como se deu tal transição para as mulheres que trabalhavam nos campos brasileiros? Para qual relação de trabalho as mulheres que viviam sob regime do trabalho escravo fizeram a transição?

Os questionamentos anteriores devem ser levantados. A transição de novas áreas e as etapas de transição da servidão eram os mesmos para homens e mulheres. E o avanço de novas áreas, a etapa de trabalho livre, eram alcançados pelas mulheres negras e mestiças? Os elementos que passam da escravidão à servidão são mais numerosos que os que passam da escravidão ao trabalho livre? É importante saber em qual das duas áreas se concentrava o maior número de mulheres negras e brancas.

Podemos auferir que a mulher migrante se juntou à mulher negra no trabalho da roça, responsável pela reprodução do núcleo familiar (essa era a característica das relações de trabalho no colonato, o trabalho era familiar), e pela produção dos alimentos, esse trabalho não pago exercido por essas mulheres contribui para a reprodução do capital.

Durante a transição das relações de trabalho escravo e de trabalho livre, quem mais sofreu exploração foram as mulheres negras e migrantes, que sustentaram a riqueza dos barões dos engenhos e dos barões do café com os braços, úteros e vaginas.

A privatização da terra significou a privatização das mulheres, o território onde as mulheres negras tinham o controle da produção e da reprodução (as roças de subsistência). Com a privatização da terra as mulheres perdem esse controle, por isso a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não foi igual para as mulheres. As mulheres arcaram com as maiores e intensas horas no trabalho, as relações de trabalho eram baseadas na lei de igualdade jurídica, todos podiam comprar a terra, só que as condições econômicas e sociais eram absurdamente desiguais entre senhores e escravos, mas perante a lei todos eram iguais, até as mulheres.

Podemos supor que a lei de terras impactou de maneira significativa no acesso à terra pelas mulheres, situação que perdura até os dias atuais. Segundo o censo agropecuário de 2006, apenas 12,7% das mulheres ligadas à agricultura familiar e 7,3% daquelas ligadas à agricultura patronal tinham acesso à propriedade da terra.

O titular da terra era o responsável pelo lote, e fazendo um recorte por sexo observa-se que 85,9% eram homens e 14,1% mulheres. Aqui se confunde o responsável pelo lote e pela família (chefe de família) e aparece uma realidade doméstica na qual a figura masculina é a responsável pelo núcleo familiar. Esta família tradicional predomina entre os assentados pesquisados. A participação feminina como responsável pelo lote e pela família atinge a taxa de 14,1%, muito aquém da taxa de participação encontrada na população brasileira (26,7%) pelo Censo Demográfico de 2000 (MELO e DI SABATO, 2008, p. 160).

Impedidas de terem acesso à terra, as mulheres vivem um ciclo de reprodução da pobreza por várias gerações. Essas discriminações apoiam-se em uma estrutura que está calcada na ordem patriarcal que mantém a dominação e a exploração no ambiente público e privado e na injustiça do direito ao acesso à terra.

### **2.3 O papel das mulheres negras agricultoras**

Parte considerável da literatura sobre as mulheres negras escravizadas apresenta-as como sujeitos servis e obedientes, por vezes as resistências são negadas. Fenômeno que não espanta quem conhece o provérbio de que a história é sempre contada pelos vencedores (a autoria exata dessa frase é desconhecida).

O lugar da mulher negra escravizada no período colonial não se restringiu a casa grande e a senzala, as ruas das capitais foram o seu principal espaço de resistência ao patriarcado e a escravização, através da sua inserção no mercado interno.

De certo que os olhos dos senhores de engenho estavam voltados à escala de produção para mercado externo, embora ganhasse também explorando essas mulheres, já que uma parte do que ganhavam repassavam para os seus senhores e a outra servia de pecúlio para a compra da sua liberdade.

Ao priorizar o mercado externo nos estudos, o mercado interno e a produção de alimentos e de bens simbólicos são escamoteados. O *locus* de trabalho das mulheres e outras dinâmicas socioeconômicas de organização da pequena produção são considerados insignificantes.

O mercado interno, setor da economia considerado secundário e sem importância, necessita, porém de outras ferramentas de análise. Motta (1989) apresenta os principais aspectos que devem ser considerados nas análises sobre os pequenos produtores, que a autora denomina de camadas intermediárias do sistema escravista.

A camada intermediária do sistema escravista é subdividida em subcamadas. A autora descreve a trajetória de inserção dessas subcamadas no universo da sociedade escravista:

- 1 - A utilização ou não do elemento cativo, bem como o número médio e produtividade do seu plantel; avaliar-se-ia conjuntamente, a participação da família no sistema de produção, ou seja, a não utilização do cativo, ou sua utilização mínima demonstraria a presença da família como força de trabalho;
- 2 - O acesso à terra. Correlatamente, a análise das possibilidades oferecidas na região acerca da existência de uma fronteira aberta ou fechada;
- 3 - O grau de inserção ou circuito comercial, via comercialização do excedente de produção, ou tendo a produção diretamente orientada para o mercado. Este último enfoque imporia o conhecimento sobre a distância do mercado, o acesso ou não de transportes, etc. (MOTTA, 1989, p.110).

Essa classificação segue o critério de aspectos que devem ser considerados em conjunto, pois:

Tais aspectos, a nosso ver, analisados em conjunto, nos dão conta de uma realidade mais rica e diversificada. Permitindo, por conseguinte, compreender a trajetória da inserção de cada subcamada no universo da sociedade escravista. Ao mesmo tempo, permitindo entender o processo ou não de subordinação de tais subcamadas em relação aos grandes proprietários de terra e/ou aos grandes negociantes (MOTTA, 1989, p. 110).

Com esta classificação, segundo os aspectos anteriores, é possível encontrar nas subcamadas a inserção das mulheres negras e pobres. Maria Odila Leite Silva Dias (1995) em *Quotidiano e poder em São Paulo*, investiga o dia a dia das mulheres pobres e a sua luta pela sobrevivência às margens do sistema. Eram

mulheres que plantavam, criavam, lavavam, comercializavam, teciam e organizavam a força de trabalho do grupo familiar.

A reconstituição histórica desta camada social, após a implantação da Lei de Terras, da abolição da escravidão e da transição das relações de trabalho, pode trazer luz sobre a formação social do país.

Começo isto aqui com esta perspectiva: de anterioridade. De uma história que não é fundada pelos europeus (ainda que mais recentemente tenha sido profundamente influenciada por eles). De outras possibilidades interpretativas ou de diferentes possibilidades de se estabelecer marcos para se recontar uma história (WERNECK, 2008).

Para descrever a formação social do Brasil, de uma perspectiva feminista, é necessário observar as mulheres a partir de um distanciamento dos papéis sociais normativos e prescritos das relações patriarcais, e da visão ocidental feminista que se fundamentou, “numa ignorância profunda acerca das demais mulheres do mundo. Além de se fundamentarem num individualismo crescente que teve o capitalismo como pano de fundo” (WERNECK, 2008).

Neste sentido, as condições históricas que determinaram o modelo de produção e de desenvolvimento rural têm ligação direta com o mundo das mulheres agricultoras, uma vez que elas tiveram que reinventar os seus modos de vida para sobreviver ao novo território.

[...] novas alternativas tiveram que ser gestadas e aplicadas, no sentido de se buscar patamares de existência e resistência cultural. Ao mesmo tempo, padrões antigos e tradicionais tiveram que ser recriados e adaptados às condições adversas tanto na África quanto no novo território. Segundo informações e práticas passadas de geração em geração entre mulheres negras (WERNECK, 2008).

O sucesso da empresa Brasil deve-se, em grande parte, ao trabalho das mulheres negras, livres, escravizadas e das mulheres pobres. O trabalho na roça era considerado aviltante para os brancos.

Nas pinturas de Jean Baptiste Debret (1772), observa-se que as mulheres negras já trabalhavam nas ruas vendendo quitutes, frutas e lavando roupas. É provável que muitas, após a abolição, fossem para as ruas, território sobre o qual possuíam certo conhecimento.

Aquelas que já estavam nas ruas trabalhando (as que compraram sua liberdade) como ambulantes, necessitavam para sobreviver de ampliarem suas atividades. Passariam também a serem lavadeiras, engomadeiras, passadeiras, amas de leite, babás, faxineiras, cozinheiras, confeitadeiras, arrumadeiras, empregadas domésticas. Sem nenhuma indenização para começar a nova vida, suportando o ônus social e o endividamento de tal decisão, a trajetória de algumas mulheres negras, principalmente as mais velhas e doentes, por causa das condições desumanas de trabalho, péssimas acomodações e parca alimentação, foi recorrer à mendicância junto às portas das igrejas, na tentativa de que a fé urbana pudesse suavizar o sofrimento e o desprezo por anos e anos de trabalho.

Outro fator essencial para a sobrevivência pós-abolição foi a religiosidade que modelou a cultura brasileira. Muitas dessas mulheres eram detentoras do poder de lidar com a força divina dos Orixás e de seus ancestrais e passaram a assumir a liderança das comunidades sociais religiosas afro-brasileiras.

A reprodução do grupo ou da família são tarefas consideradas femininas, não sendo diferentes no período colonial, quando o homem e a mulher eram explorados no eito na mesma intensidade. Porém, é provável que o senhor de engenho considerasse o trabalho do homem mais importante que o realizado por mulheres, por isso o deslocamento das mulheres para as roças de subsistência.

Nas pinturas dos viajantes estrangeiros, observa-se criação de galinhas, gado, plantios de frutas e verduras, ervas medicinais e de poder em volta das senzalas que eram organizadas em forma de barraco (Figura 1), por núcleo familiar ampliado no período colonial, prova de que o povo negro já havia criado sistemas agrícolas complexos.





Figura 1 - Ilustração de senzala organizada por grupo familiar ampliado, com quintais complexos no período colonial.

Fonte: Rugendas (1835) <sup>3</sup>.

Estes sistemas complexos de subsistência, em sua grande maioria, eram cultivados pelas mulheres negras desde a escravidão. Após o período colonial e até o início do século XX, “exigiam acesso aos matos e terrenos baldios da cidade, requerendo terrenos onde pudessem construir casa e quintal” (DIAS, 1995, p.58).

Cercadas por montes de ovos, laranjas, bananas, mangas, batatas, galinhas, patos vivos e uma infinidade de outros gêneros, vendedoras negras com trajas vistosos, agachadas sobre os calcanhares, fritam peixes e bolinhos de feijão, preparam petiscos de carne-seca ou carne de porco nas panelas colocadas em pedras sobre lenha. Enquanto isso, uma pequena multidão de fregueses aguarda ansiosa para comprar e comer as delícias saídas do fogo. E ainda aproveita para se servir dos jarros e cabaças com bebidas fermentadas, extraídas do caule da palmeira de dendê, do milho ou do abacaxi (PANTOJA, 2008).

---

<sup>3</sup> Especialistas divergem sobre o legado dos africanos na arquitetura. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/03/2303-especialistas-divergem-sobre-legado-deixado-pelos-africanos-na-arquitetura.html>. Acesso em: 9 de junho de 16

Além da mandioca, eram cultivados outros produtos, como podem ser confirmados pelas aquarelas pintadas por Debret (1972). Nos tabuleiros das negras havia uma diversidade de plantas cultivadas, abacaxi, feijões, arroz, milho, caju, banana, cacau, abóbora, melancia, verdura, peixe e de pequenos animais.

A base da alimentação desse período era a mandioca, espécie domesticada pelos povos indígenas. Os subprodutos da mandioca abasteciam a mesa dos senhores e da escravaria: o tubérculo, a farinha, a goma, da qual se fazia uma diversidade de produtos, biscoitos, bolos, pães e doces.

Algumas quitandeiras se especializavam em produtos para paladares mais apurados. Segundo Pantoja (2008), em seus cardápios havia iguarias como: *Dangu ya dixi* (bagre de água doce defumado); *Ngwingi ya dixi* (bagre preto defumado); *Kabwenya yasalakalu* (peixe seco); *Kikusu yasalakalu cacussu* (uma espécie de tilápia) seco; *Feja ni maji ma ndende* (feijão com óleo de dendê); *Jindose já makoko* (doce de coco); *Jindose ja jinguba* (doce de amendoim) e *Funji* (fina massa de milho ou mandioca).

Em levantamento detalhado das receitas que eram vendidas pelas negras ganhadeiras nas ruas das capitais no século XIX, é possível identificar a diversidade de espécies que eram cultivadas (tabela 1).

Tabela 1 - Lista de alimentos e ingredientes das receitas vendidas nas ruas de Salvador no XIX.

Alimento	Ingredientes
Açaçá	Milho
Acarajé	Feijão fradinho
Arroz-de-hauçá	Arroz, pimenta malagueta, cebola e camarão.
Efó	A base de folha de língua de vaca ou folha de mostarda, cebola, pimenta malagueta, azeite de cheiro.
Caruru	Quiabo, ou taioba, ou unha de gato, ou bertália, bredo de Santo Antônio, capeba e peixe
Ecuru	Feijão fradinho, mel de abelha.
Xinxim	Frango, olho, sal, cebola, azeite de dendê, abóbora ou melancia, camarão seco.
Aluá ou aruá (bebida refrescante)	Milho ou casca de abacaxi, rapadura.
Dengué	Milho e açúcar

Fonte: Manuel Querino (1957).

A reprodução relegada ao segundo plano, talvez por estar associada ao trabalho da mulher e a produção de bens materiais e simbólicos, deve ser desvendada para que possamos determinar o lugar das mulheres no sistema produtivo. Neste trabalho, consideramos como sistema produtivo a produção e a reprodução.

Em toda organização do trabalho de mulheres agricultoras pobres, elas alternavam diferentes ocupações, vivem não só das roças, mas de diversas atividades, com o objetivo de complementar a renda, até pelo tamanho das roças que eram pequenas, porém alternavam diferentes ocupações.

[...] pois vivam da improvisação, necessária complementação de atividade de serviços e pequeno comércio de excedentes de produção caseira, que se acrescentavam pequenas roças e, sempre que possível animais domésticos de criação (DIAS, 1995, p. 189).

Os estudos apontam para uma articulação das atividades agrícolas, ao comércio e à criação de pequenos animais e agroindústria. Essa integração foi possível em vista das forças produtivas masculinas estarem concentradas para a produção de produtos para a exportação. Ressalte-se que o número de mulheres agricultoras era maior que o dos homens.

Teríamos aí contornos imprecisos de mulheres criando gado, aves, plantando gêneros alimentícios para abastecimento local, produzindo queijos, aguardente e pão. Essa participação feminina seria ainda mais acentuada a partir da crise da mineração em fins do século XVIII e início do XIX, quando alguns indicadores revelam um surpreendente predomínio de mulheres. Se examinarmos Vila Rica nos primeiros anos do século XIX, do total de roceiros, lavradores e hortelões registrados pelo censo, encontraremos 51 mulheres para 27 homens (FIGUEIREDO, 2004, p. 143).

Mulheres pretas e brancas pobres que viviam sós, desde o período colonial, tinham uma organização social diferenciada das mulheres brancas e ricas. As mulheres eram forçadas a desempenhar, “na ausência temporária ou definitiva, muitos papéis ‘masculinos’, entre os quais, os que diziam respeito à administração dos bens, incluindo roças e propriedades de criação do gado” (DIAS, 1995 p. 56).

A mulher negra, para garantir a sua inserção no mercado de trabalho livre, teve que reconstituir o núcleo familiar ampliado, fundamentada na matrifocalidade,

sendo que esta forma de organização familiar diferia da família branca. Teresinha Bernardo (2003) afirma que, diferentemente da África, onde viviam em um sistema poligínico em uma casa conjugada com a casa grande do esposo, no Brasil, esta relação é rompida com o homem, o que se manteve foi a mãe com os filhos, onde nasceu a matrifocalidade.

Esta forma alternativa de família está diretamente relacionada à autonomia feminina, que veio sendo conquistada desde a África, onde as mulheres foram as principais responsáveis pela rede de mercado que interligava todo o território ioruba, com experiência atribuída também a mulheres bantas (BERNARDO, 2003, p. 44).

Estas redes de solidariedade contribuíram para a autonomia das mulheres negras, que precisavam sair às ruas para trabalhar e, assim, alcançaram conquistas após abolição, que as mulheres brancas só conquistaram no século XX.

Mulheres negras escravizadas e livres foram as primeiras a romper com barreiras entre o espaço público e privado, como confirma Cecília Moreira Soares (2006), em informação contida em um estudo sobre as mulheres negras iorubas e bantas que controlaram o mercado interno do período colonial até o início da urbanização e higienização dos espaços públicos na Bahia.

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), a organização do trabalho das mulheres pobres era denominada de “fogos”, núcleo familiar ampliado em que elas cumpriam a função de administrar o trabalho do grupo familiar formado por filhos, filhas, parentes próximos ou distantes, escravos livres, agregados foros e mulheres pretas.

Essas organizações que foram a base da sobrevivência das mulheres brancas pobres e pretas eram vistas com preconceito pela sociedade da época, porque rompiam com os papéis normativos impostos. “A vida errante de mulheres roceiras ou quitadeiras era considerada socialmente tão desclassificada que, embora de feição local muito peculiar, quase não vem documentada nos romances urbanos” (DIAS, 1983, p. 37).

Eventualmente elas tinham o controle da produção e comercialização do mercado interno, pelos contatos que mantinham com os engenhos, os

aquilombados, pescadores, ferreiros, colonos, pastores e outros. Cecilia Moreira Soares (2006), em estudos sobre as mulheres negras da Bahia, descreve que a organização social das pretas ganhadeira tinha significativos impactos econômicos e políticos.

A mesma autora argumenta que a capacidade de articulação no território dessas mulheres formava verdadeiras redes sociais que controlavam os bens materiais, frutas, verduras, pescados, venda de alimentos; do mesmo os bens simbólicos, religiosidade e a cultura ancestral que contribuíram para a sobrevivência do povo preto.

No entanto, a desenvoltura das negras nesse setor preocupava as autoridades pela facilidade com que podiam estabelecer redes de atravessamento e outras atividades que, de certa forma, dependiam a ordem econômica e política. Aliava-se, por exemplo, o vai-e-vem das mulheres a algum tráfico proibido e/ou comunicação com negros aquilombados (SOARES, 2006, p. 77).

Pela observação dos aspectos analisados pode-se dizer que a organização social dessas pretas era mais complexa que a organização dos movimentos sociais de mulheres do campo na atualidade. Elas atuavam em vários setores: produção, comercialização, política, religiosidade uma verdadeira organização do poder popular preto que conseguia unir todo o povo pobre, “uma rede econômica que era também social e política” (BERNARDO, 2006, p. 81).

No ano de 1875, essas mulheres solicitam ao percussor abolicionista Luiz Gama que redija uma petição ao seu favor, pois elas foram proibidas de vender nas ruas das capitais, desde que os portugueses começaram a controlar o comércio de alimentos para o mercado interno através da exportação desses produtos em uma concorrência desleal. Outro motivador foi a introdução de novos conceitos de organização e higienização urbana, assim nessa petição elas reivindicavam o direito ao trabalho. A história das mulheres pobres e negras narra suas estratégias de resistência de modo rico e complexo.

Todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes, atestam a sua presença ostensiva, porém de modo fragmentário, pouco deixando entrever sobre os seus modos de inserção na sociedade da época” (DIAS, 1983 p. 34).

Pode-se auferir que a urbanização e higiene dos espaços públicos, a industrialização, além de outros fatores podem ter contribuído para que esse grupo de mulheres tenham se inserido em outras atividades profissionais.

#### **2.4 E as mulheres brancas abastadas?**

A mulher burguesa foi beneficiada pela riqueza produzida pelo café, no século XIX, e pelas transformações urbanas, políticas e sociais. Seu espaço foi ampliado, antes limitado ao espaço privado da casa grande, onde era constantemente vigiada pelo padre e pelo marido.

Essa sociabilidade requer novos padrões de comportamento. A organização familiar cumpria a função de dinamizar a economia, os sobrados se abrem para saraus e festas para recepcionar os homens de negócios e afirmar o novo modelo de família burguesa.

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade - burguesa - reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor (D'INCAO, 2004, p. 223).

Presenciamos ainda, nesse período, o nascimento de uma nova mulher. A entrada da mulher burguesa na sociedade agrário-industrial foi determinada pelas conveniências do mundo social, enquanto que os lugares destinados às mulheres negras e brancas pobres foram determinados pela força bruta do mundo do trabalho.

O controle sobre os corpos das mulheres brancas abastadas se expressiu pela valorização da sensibilidade, da fragilidade e da maternidade. Após quase 300 anos em cárcere privado, as mulheres brancas ricas tinham permissão do homem para frequentar o ambiente público.

Nas relações da chamada família burguesa agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade, um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo, representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros

emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país (D'INCAO, 2004, p. 223).

As mulheres brancas ricas ressignificam o conceito de maternidade, após anos transferindo para as mulheres negras a sua função de mãe. A maternidade será um espaço de luta pela sua legitimação e pelo direito à educação “se os homens confiavam seus filhos à esposa, então deveriam educar e libertar também as mulheres” (HAHNER, 1981, p. 41).

O direito à educação foi um *front* de luta dessas mulheres, que reivindicavam a educação não apenas para as prendas do lar, mas o acesso ao ensino superior e às disciplinas científicas, para que pudessem educar melhor seus filhos.

Outra estratégia das mulheres brancas e ricas, divulgada pelos jornais feministas da época, “foi a defesa da mulher como membro útil à sociedade e à filantropia, para essas mulheres, o trabalho filantrópico fora do lar iria constituir um passo à frente” (HAHNER, 1985, p. 45).

Estas mulheres que foram descritas não fazem parte da minha pesquisa. Após a abolição, famílias abastadas foram viver no espaço urbano. Nesta dissertação, nos interessam as mulheres que permaneceram no campo, as mulheres brancas e ricas que reivindicavam a posse da terra, muitas tinham a propriedade, mas não tinham direito, a efeito de posse efetiva.

Algumas da época eram viúvas e outras nunca haviam se casado. Sendo proprietárias de fazendas e não contavam com a presença de homens para arcar com as responsabilidades administrativas que os negócios da fazenda exigiam, eram elas que administravam as suas propriedades” (CAVALCANTE; LONGO, 2011, p. 50).

Cavalcante e Longo (2011) não denominam essas mulheres de matronas, mas, pelo perfil e poder político exercido. Observam-se características similares com as descritas por Raquel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda.

O termo matriarca, apesar de inadequado conceitualmente na forma como usado neste caso, conduz, entretanto a algumas pistas quanto à dimensão simbólica que adquirem a vida e os feitos, verdadeiros ou não, das senhoras do sertão. Na vida pública, se aproximam da imagem do patriarca,

são, contudo, descritas como mais capazes do que ele, de violências refinadas no exercício do poder familiar, político e econômico (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990).

Segundo Dias (1995), as matronas eram chefes de família e chefes políticas, que lideravam os clãs e as alianças do mandonismo locais, tinham a função de mediadoras, religiosas, eram administradoras de fazendas, mulheres de negócios, empresárias ativas, formadoras dos filhos, socializadoras e treinadoras dos escravos, administradoras de lavouras e de suas propriedades.

As matronas defendiam o projeto colonial da sua classe, desde que não interferisse nos seus direitos de posse que estavam acima dos interesses de classe e da família. Eram capazes de acionar a justiça e outros meios não lícitos, quando seus interesses estavam em jogo. “E família não é o foco central dessa mulher. O interesse relacionado à sua propriedade é central” (CASSIMIRO, 2011, p.77).

O objetivo principal era a acumulação do patrimônio e da renda. Neste sentido, a estratégia era investimento em várias áreas agrícola e não agrícola, por vezes até descentralizando-o em outras regiões geográficas que não próximas de sua fazenda. “A vinculação com a produção e o comércio lhes garantem oportunidades” (CASSIMIRO, 2011, p.82).

Suas fontes de renda não se limitavam à agricultura. Observando-se várias atividades econômicas articuladas, através dos “registros de proprietárias de fazendas, engenhos, sítios, tavernas, casa de negócios de fazendas, produtoras de aguardente, e de azeite e mulheres que vendiam a mão de obra de escravos ao poder público” (CASSIMIRO, 2011, p.71).

Hugo Leonardo Cassimiro (2011) descreve as atividades econômicas de D. Cirylla Candida Ribeiro, que viveu em Santa Cruz de Goiás (Goyaz) na segunda metade do século XIX: fazendeira, criadora de gado, proprietária de escravos, produtora de bens de lavoura e comerciante em sua casa de negócios de fazenda. Esse fenômeno também foi descrito por Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (2011), em suas pesquisas sobre as mulheres fazendeiras do Estado de Goiás no século XIX, em que observou fatos semelhantes.



A produção não era somente de subsistência, como afirmam alguns historiadores. Pois, há mulheres proprietárias de lavouras que chegaram a produzir até 180 a 200 alqueires de milho. Para a época, uma produção considerável, o que indica que não era uma produção apenas para subsistência. Nas listas de impostos, vê-se que o produto mais cultivado é o milho, o que indica ser este cereal o de maior consumo na região (CAVALCANTE, 2011, p. 53).

De acordo com os mesmos registros da Coletoria de Santa Cruz de Goiás dos anos de 1842 a 1885, constata-se que há mulheres que chegaram a sustentar uma produção agrícola diversificada, com destaque para os seguintes produtos: arroz, milho, feijão e algodão. O produto predominante é o milho, demonstrando que essas mulheres se especializam também em um determinado produto. É possível identificar a existência de regras para que essas mulheres exerçam o poder sob a posse das suas propriedades após a morte dos maridos.

Mal transparece de suas petições e requerimento, sobrecarregados de ternos convencionais, de respeito às tradições e ao marido, como chefe formal de família, os seus papéis concretos de administradoras, proprietárias, mulheres de negócios (DIAS, 1995, p. 107).

Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), analisando os requerimentos históricos, encontrou mulheres em vários ramos da economia, com tendência à especialização na pecuária. Como D. Ângela de Siqueira, em Sorocaba, que vendia, a cada dois anos, duzentos bois, cinquenta potros e seis bestas mueres para boiadeiros, a serem transportados para o Rio de Janeiro. Consta também o exemplo de uma viúva que exigia das autoridades que lhe pagassem o gado, fornecido para o sustento da infantaria. (DIAS, 1995, p.107).

Dias (1995) afirma que a história social das mulheres das classes dominantes está longe de ser uma história de clausura e passividade, como afirma a maioria dos historiadores.

Na mesma passagem, a viúva do Sargento-Mor pedia sesmaria para ampliar suas pastagens que estavam faltando para o gado. A mesma situação é observada em Goiás, através da pesquisa documental no Arquivo Histórico de Goiás e Arquivo

de Santa Cruz, “é possível constatar a experiência de mulheres em um espaço de poder masculino – a economia agropastoril” (CAVALCANTE; LONGO, 2011, p.50).

## **2.5 Similaridades**

A invisibilidade das mulheres que atuaram e atua no campo agrário persistem, as mulheres brancas abastadas desde período colonial eram mantidas em espaços privados como medidas de proteção contra sequestro e fugas. Historiadores afirmam que os seus quartos não tinham janelas, até os jardins, atividade na época feminina, só foram cultivados em volta das casas no final do século XIX.

Os relatos do diário de Maria Graham afirmam que não havia proibições formais quanto às mulheres de assistir as reuniões da assembleia, entretanto elas consideravam esse ato moralmente inadmissível, não lhes dizia respeito. Outra hipótese da não presença dessas mulheres nos espaços públicos, e narrado pela mesma autora, afirma que elas casavam com parentes com o objetivo de estreitar os laços familiares e acumular fortuna, neste contexto a invisibilidade das mulheres abastadas brancas ocultava objetivos políticos e econômicos, as que desobedeciam às regras eram enviadas para os recolhimentos.

As mulheres pretas estavam em todos os espaços, no público e no privado, as ruas eram seus territórios de sobrevivência, em funções ditas secundárias, no trabalho braçal considerado humilhante para os brancos. Enquanto que as mulheres brancas que não tinham posses, mas viviam de aparência, segundo Dias (1995), vestiam-se com uma capa e capuz para não serem reconhecidas, afinal muitas eram de famílias que havia perdido suas posses. Com essa estratégia podiam fazer os serviços dito de negro sem se humilharem: apanhar água no chafariz única fonte disponível, jogar os excrementos na rua e os serviços domésticos.

Debret e Rugendas foram pintores estrangeiros que visibilizaram as mulheres negras, em suas pinturas essas mulheres aparecem com uma autonomia admirável, porém o nosso olhar está marcado pelo paradigma de ver os negros como seres inferiores.

Nas pinturas é possível identificar as pretas que ascenderam socialmente ou eram libertas pelo uso de sapatos, apesar da lida e poucos recursos as suas roupas eram coloridas, usavam adornos como pulseiras, brincos, colares, turbantes coloridos nas cabeças, roupas bordadas e um manto sobre o ombro, costume mantido mesmo após a travessia do Atlântico.

Neste sentido a história social das mulheres ainda é frágil no Brasil, nos documentos históricos os feitos hegemônicos são dos grandes homens que fazia monocultura, desbravava terras, controlava o capital e a produção para exportação, às mulheres restavam as histórias do cotidiano.

Trabalhar com a história social das mulheres é penetrar num labirinto escuro com pequenos pontos de luz, sendo que a maior dificuldade é enxergá-los. Pude constatar que quando inserimos a clivagem de classe, raça e gênero, o labirinto subitamente fica mais vistoso, sobressaído de pontos de luz como se tomado por repentinos vagalumes. O papel do pesquisador é coletar esses lumiares de modo a integrados servirem de farol, que vai guiar todos aqueles que se aventurarem no redemoinho de fragmentos que é o labirinto da história das mulheres agricultoras.

Para compreender o patriarcado na agricultura brasileira, compete juntar os fragmentos do cotidiano das mulheres que se reproduziam e produziam através da relação com a terra nos vários períodos da história econômica do país.

Sem dúvida, mesmo reforçando a lógica do patriarcalismo rural brasileiro, a história das matriarcas e sua extensa repercussão no tempo e no espaço, de certa forma, desmontam os modelos tradicionais com que se costuma caracterizar a submissão feminina (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990).

Mas há momentos em que as relações familiares são rompidas, pode ser com filho, irmão, genro, cunhado, qualquer pessoa que ameaça o custoso poder adquirido pelas mulheres.

A emissora Assembleia do Ceará (2012) realizou um documentário sobre a vida de uma das matronas mais conhecidas daquele Estado no século XIX, Federalina Augusto Lima, considerada uma verdadeira “coronel de saias”. “Mas Federalina não tinha inimigos só entre os estranhos, a família também a enfrentava.

Honório Correa Lima foi uma das vítimas da ira materna” (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990).

Apesar da defesa dos interesses do grupo familiar, o exercício da maternidade objetivava a proteção da propriedade privada. Há relatos dessas mulheres acionando a justiça, em defesa de seus bens até contra os filhos e, principalmente, contra o genro. Cassimiro (2011) relata o caso de Dona Cirrila, que “aciona a justiça mediante possibilidade de os usurpadores lhe agredirem, caso tente executar seu direito” (CASSIMIRO, 2011, p.76).

Cassimiro (2011) descreve que rompimento do laço familiar não lhes parece ser preocupação, haja visto não estar presente nesses casos o valor pelo qual se evocam as mulheres como mães, para domesticá-las, a maternidade nesse caso não significa estar submetida aos filhos, a família é secundarizada, o foco central dessa mulher, a sua propriedade.

Cavalcante e Longo (2011) encontraram nos arquivos de Goiás do século XIX, 172 fazendeiros, sendo que sete eram mulheres, número bem menor que o das mulheres negras.

Constatamos mulheres roceiras e lavradoras em número maior entre as mulheres negras nos estudos de Cecília C. Moreira Soares (2006) *apud* Maria José de Souza Andrade (1988). Nas ocupações das escravas em Salvador no período de 1811 a 1888, foram identificadas 113 mulheres no serviço de roça. Reproduzimos na tabela 2 as ocupações das mulheres negras escravas desse período.

Tabela 2 - Ocupações das mulheres negras escravas em Salvador entre 1811 e 1888.

Ocupação	Número	Ocupação
Doméstica	969	27,2
Costureira	376	10,6
Ganhadeira	367	10,3
Lavadeira	238	6,7
Cozinheira	150	4,2
Serviço de roça	113	3,2
Rendeira	61	1,7
Engomadeira	58	1,6
Vendedora	35	1,0
Bordadeira	20	0,6
Tirar pedra	15	0,4
Doceira	06	0,2
De fazer conta de ouro na prensa	04	0,1
Charuteira	02	0,5
Sem especificação	1146	32,6
<b>Total</b>	<b>3560</b>	<b>100%</b>

Fonte: Maria José de Souza Andrade (1988) apud Cecília C. Moreira Soares (2006).

Os dados do censo de 1872, reforçam a predominância da especialização das mulheres livres na pecuária. Cassimiro (2011), Cavalcante e Longo (2011) demonstraram em seus estudos sobre as mulheres de Goiás no século XIX, que a pecuária era a atividade principal dessas mulheres, mas o seu sistema produtivo era diversificado, com produção de arroz, feijão, milho e algodão, integrando cultivo e criação. Novamente o milho é o gênero mais produzido, com objetivo de autoconsumo e comércio.

A produção agrícola não era somente de subsistência como afirmam alguns historiadores. Pois, há mulheres proprietárias de lavoura que chegaram a produzir até 180 a 200 alqueires de milho. Para a época uma produção considerável, o que indica que não era uma produção apenas de subsistência. Nas listas de impostos, vê-se que o produto mais cultivado é o milho, o que indica ser este cereal o de maior consumo na região (CAVALCANTE; LONGO, 2011, p.53).

Cassimiro (2011) descreve produtos que eram comercializados pelas mulheres fazendeiras de Goiás, como aguardente, azeite para iluminação pública, couro e farinha, portanto, sistemas de produção complexos que integravam agroindústria, agricultura, pecuária e comércio.

A reconstituição histórica dos fragmentos das estratégias das mulheres do campo, perante o poder patriarcal pode ser, com efeito, uma possibilidade de inserção e disputa pela propriedade e posse da terra. Assim, no capítulo a seguir descreveremos como foi tratada pelos clássicos a questão da propriedade da terra e a inserção das mulheres nos espaços agrícolas.

### 3. A QUESTÃO AGRÁRIA E A MULHER

Os objetos de estudo da questão agrária segundo Stedile (2012) são a posse, a propriedade e o uso das terras de determinado país. Anteriormente, o objeto de estudo se concentrava nos problemas agrários que impediam o desenvolvimento das forças produtivas. “Essa condição jurídica estabelecida por leis da ordem institucional de cada país é que transforma a terra em uma mera mercadoria que se pode comprar e vender, e da qual se pode ser proprietário absoluto” (STEDILE, 2012, p. 641).

De fato, essa mesma situação acontece com mulheres, onde o judiciário que cria as leis que transformam a terra em mercadoria é o mesmo juiz que legitima as leis de controle do homem sobre a mulher, pelo casamento, fator que garante a perpetuação da propriedade privada.

Segundo Stedile (2012) o uso da terra será determinado, pela relação que o homem estabelece com a natureza e a evolução do uso seja comum ou privada que vai determinar quais produtos são cultivados para atender as necessidades sociais e que destino se dará a eles.

A posse diz respeito aos grupos e categorias sociais que têm acesso à terra e sobre como estes grupos organizam seus modos de vida, sendo que as formas de posse são definidas historicamente pelas lutas de classe.

Os pensadores clássicos, Karl Marx (2010) e Karl Kautsky (2010) ao longo dos séculos XVIII e XX, investigaram as formas de organização do capital na produção agrícola e suas relações com a propriedade da terra. Eles defendiam que à medida que a terra era privatizada, o capital se expandia.

O desenvolvimento do capital é proporcionado pela junção do capitalismo agrário e industrial, onde a terra é pensada como mercadoria. As relações de trabalho e com o meio ambiente sofrem transformações, a agricultura adota a organização da indústria como forma de organização da produção e o homem começa a controlar os ciclos da natureza.

Ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, esses pensadores concluíram que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolvia, com sua

lógica e leis, a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de menor número de proprietários capitalistas (STEDILE, 2012, p. 641.)

Os estudos pioneiros de Karl Marx sobre a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, nos fins do século XVIII e meados do século XIX, na Inglaterra receberam a denominação de “Via Inglesa”. O autor analisa que a terra era um bem da natureza que não tinha valor em si, ao transformar a terra em propriedade privada, se reproduz a mesma lógica das regras do capital, da indústria e do comércio.

A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequências diversas e em diferentes épocas históricas (MARX, 2010, p. 6.).

Os estudos realizados por Karl Kautsky na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, são conhecidos como a “Via Prussiana”. Este autor analisa o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tendo como referencial as leis da economia política. Segundo Kautsky, o desenvolvimento do capitalismo no campo aliado à superioridade tecnológica das grandes empresas extermina a organização camponesa e transformam os camponeses em assalariados rurais.

Felizmente, a indústria a domicílio só constitui uma fase preliminar da grande indústria. cedo ou tarde soa, para ela, a hora que a máquina a faz supérflua. Essa hora soa tanto mais depressa quanto mais depressa a indústria a domicílio se desenvolve e especializa, quanto mais longe leva a divisão do trabalho (KAUTSKY, 2010, p. 100).

A análise de Vladimir Ilich Lenin segue a mesma argumentação teórica de Kaustski, do desaparecimento dos camponeses, que seriam substituídos pela produção de base capitalista e se transformariam em assalariados rurais.

Primeiramente, examinamos o sistema de relações econômico-sociais nos estabelecimentos camponeses e nos latifúndios, sistema esse que se constituiu no período posterior à reforma. Evidenciou-se que o campesinato se desintegra com rapidez, propiciando a formação de uma burguesia rural numericamente insignificante, mas ponderável pela sua situação econômica, e um proletariado rural (LENIN, 2010, p. 139).



O mesmo autor reitera:

Depois, consideramos o mesmo processo sob outro aspecto: tomamos como ponto de partida as formas de transformação da agricultura em uma produção mercantil e estudamos as relações econômicas e sociais que caracterizam cada uma das formas principais da agricultura comercial. Verificamos, através de toda a variação das condições agrícolas, os mesmos processos já observados nos estabelecimentos camponeses e nos latifúndios (LENIN, 2010, p. 139).

Os estudos realizados pelo autor, publicados em 1917, denominavam-se Via Junker, que consistia da análise das características do capitalismo na agricultura da Rússia, e Via Farmer, estudo comparativo sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as variedades de formas que essas leis assumiram na agricultura da Rússia e dos Estados Unidos.

A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III do Capital, a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a “campesina de *nadie!*” (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas as formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos (LENIN, 2010, p. 167).

Estes paradigmas nortearam as pesquisas, em relação à questão agrária no Brasil nos anos 60 do século XX, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Moisés Vinhas os principais representantes pelo PCB, argumentavam que os fundamentos econômicos da produção feudal é que foram implantados no Brasil, porém não com os mesmos graus de pureza do século XVII, porque havia passado do estágio de economia natural para o da economia mercantil. No interior dessa tese, há discrepâncias sobre os entraves e processo de desenvolvimento capitalista suscitado pelas relações não capitalistas.

A defesa da existência de relações feudais e semif feudais suscitou debates calorosos no seio da esquerda brasileira, cada tese defendia uma estratégia de desenvolvimento no campo e uma solução para a questão agrária brasileira.

Desde o instante que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal. E não poderia deixar de assim procedido porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produção peninsular no século da descoberta – continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal (GUIMARÃES, 2011, p. 39).

A negação da tese anterior apontava que o capitalismo predominava nas relações sociais de produção na agricultura. Porém, com características de concentração e dependência diferenciadas, tese defendida por Caio Prado nos anos 60, o caminho seria a regulamentação das relações trabalhistas.

Trata-se do enquadramento, ou antes, tentativa teórica de enquadramento da reforma agrária brasileira, num suposto processo socioeconômico que significa, assim se predestina, a transição de “restos-feudais” ou “pré-capitalistas”, para uma nova etapa capitalista e progressista. Ora essa concepção que se apresenta, além de muito confusa e vacilante, em diferentes variantes, tem levado a conclusões, as vezes simplesmente utópicas e irrealizáveis, decalcada em modelos europeus de passados séculos, como seria uma sumaria distribuição de terras entre “camponeses”- nota-se bem, camponeses na acepção daqueles modelos que não são o caso da maior parte dos trabalhadores rurais brasileiros; outras vezes, posições em que se subestimam as medidas voltadas para a regulamentação legal das relações de trabalho rural (legislação rural trabalhista); ou então se confunde a reforma agrária com circunstâncias que dizem respeito a questões tecnológicas e de aperfeiçoamento da exploração agrária (PRADO, 1979 p. 9).

A concentração da propriedade da terra por uma minoria determinou o tipo de exploração agrícola e a organização da produção, embasada na grande propriedade monocultura, de modo que a concentração fundiária a causa a miséria dos trabalhadores rurais.

Os debates anteriores foram silenciados durante a ditadura militar, e posteriormente retomados nos anos 80, com a superação do paradigma se o capitalismo predominou ou não nas relações sociais de produção. A questão que então tomou vulto refere-se à natureza da reforma agrária. As forças produtivas do país haviam se desenvolvido na produção agrícola, porém, com um elevado número de trabalhadores excluídos.

A importância e a natureza da reforma agrária apresentam-se como elementos da pesquisa da questão agrária a partir dos anos de 1960. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, ganharam importância os marcos teóricos que apontam para um modelo de reforma agrária que resolva as desigualdades sociais.

Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente, como no caso do colonato, dissemina a dinâmica capitalista e até uma híbrida mentalidade capitalista que fazem com que a economia funcione como economia capitalista, mesmo não sendo plenamente, a sociedade ainda organiza com base em relações sociais e valores de orientação pré-modernos. É nos marcos dessa lógica híbrida que nasce, na mesma época do nascimento do colonato no café, a peonagem e o regime de barracão na economia da borracha, na Amazônia. Uma forma de servidão que persiste no Brasil e representa a incorporação de mecanismo de acumulação primitiva na formação e disseminação da grande e até moderna empresa agrícola, extrativa e pecuária (MARTINS, 2010, p. 37).

José Martins reitera que este é o sentido atual da reforma agrária no Brasil: ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão de oferta de mão de obra no mercado de trabalho urbano-industrial.

Graziano (2013) defende uma reforma agrária não essencialmente agrícola, mas, cuja natureza seria de política pública, capaz de criar formas de ocupação para parte significativa da população que não tem qualificação profissional. O autor assevera que esta seria uma forma de inserção produtiva no mundo do trabalho.

O mesmo autor argumenta que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos complexos rurais. Para tanto, deve combinar atividades agrícolas e não agrícolas, sendo vantajoso pelo baixo custo por família assentada, por necessitar de menos terra. Neste sentido, o objetivo da reforma agrária, segundo o autor, seria o de ajudar a equacionar a questão do excedente populacional até que complete a transição demográfica recém-iniciada.

Por isso tudo, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje uma reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do excedente populacional até que complete a nossa "transição demográfica", recém-iniciada. E uma reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas teria a

vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, sendo este um forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e Sudeste (SILVA, 2013, p. 74).

Para Horácio Martins de Carvalho (2013), as proposições estratégicas sobre a questão agrária, tanto a clássica quanto a popular, consideram o campesinato, em sua diversidade, a expressão do atraso tecnológico, cultural e político, outrossim irrelevante para as mudanças capitalistas no campo.

Essa “condenação lógica política” do campesinato, dos extrativistas, dos povos indígenas e dos quilombolas a partir de concepções pouco afeitas à pluralidade étnica, social, econômica, política e cultural, introduziu preconceitos que contribuíram, e assim continuam, não apenas para facilitar a homogeneização capitalista no campo como também para dificultar a formulação de programas estratégicos e táticos que dessem conta das contradições sociais, étnicas e políticas - para não dizer filosóficas- para as mudanças socializantes desejáveis numa formação econômica e social tão diversificada (CARVALHO, 2013, p. 132).

Carvalho traz para a cena da luta pela reforma agrária, agentes sociais, que não eram considerados pelos clássicos da questão agrária, os povos do campo em sua diversidade. Outro agente relevante para o autor é a presença das mulheres e defende que a reforma agrária deve ter como estratégia a dimensão de gênero. E tece uma crítica aos que consideram os povos do campo atrasados, negando a importância desses povos para impulsionar as transformações sociais.

Dessa forma, o autor argumenta que a reforma agrária deverá ter como pressuposto fundamental, manter e afirmar a diversidade e pluralidade dos povos do campo, articulando as dimensões de gênero, ambiental e territorial. A resignificação da reforma agrária, segundo Carvalho (2013), deve ser parte de um complexo mais integrado e integrador, o qual ele denomina de “reapropriação social da natureza”.

E nessa perspectiva que se poderá resignificar a reforma agrária, ao concebê-la como uma parte de um complexo maior integrado e integrador que aqui eu posso denominar “a reapropriação social da natureza” ou seja, a negação da apropriação privada da natureza realizada pelo capital (CARVALHO, 2013, p. 133).

Assim, a reforma agrária na atualidade é uma luta contra a apropriação privada da natureza, e, plena de diversidade, além de exigir mais do que a luta de classe dos assalariados do campo e dos camponeses, requerendo uma ampla articulação de iniciativas que devem incorporar as lutas dos povos indígenas, extrativistas, quilombolas, ambientalistas e das mulheres. Ou seja, defende a importância da diversidade humana do campo para um projeto estratégico relativo ao setor agrário, e conseqüentemente, em um projeto de reforma agrária.

Sauer (2013) expressa que no Brasil, terra e poder são sinônimos desde o período colonial, os agentes que controlam a terra têm o controle econômico e político há séculos. De modo que para se cogitar um modelo agrário é preciso considerar os aspectos históricos entre terra e poder. E que na atualidade se constata uma crescente demanda mundial por terras, da parte de novos atores globais, que são avessos à imobilização de capital, tais como bancos e empresas ligados ao setor financeiro.

Segundo ele esse interesse crescente por terra está uma estreita ligação com os projetos de biocombustíveis e de outras *commodities*, agrícolas e não agrícolas. A nova face da disputa pelo território se caracteriza pela expansão das fronteiras agrícolas e a apropriação das riquezas do território. A lógica de extração, combinada com a especulação, são as principais agroestratégias.

Sauer (2013) também chama a atenção para o destino da questão agrária que deve superar a visão da terra apenas como meio de produção, através do reconhecimento das várias dimensões da terra, como território, espaço de expressão cultural e de viver de suas populações. Essa percepção difere do debate clássico.

A atualidade da questão agrária em pleno século XXI, no entanto, não fica restrita às disputas políticas, como parte de um problema social (pobreza rural) não resolvido, mas há um crescente interesse mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas, conseqüentemente por terras, nos últimos anos (...). Certamente, essa reedição não se dá nos mesmos termos do debate clássico, mas há uma preocupação, implícita ou explícita, com a terra e o território, inclusive sobre a importância da produção familiar camponesa em relação não só à segurança, mas também à soberania alimentar (SAUER, 2013, p. 168).

No tocante a maneira como as mulheres foram excluídas dos direitos à terra a pesquisadora Carmem Diana Deere (2002) oferece importantes esclarecimentos, ao descrever as lutas que organizadas pelas mulheres para conquistar o acesso à terra na América Latina. Trabalho de grande fôlego que busca responder porque a distribuição de terra é tão desigual na América Latina, argumentando que a desigualdade de gênero no acesso à terra pode ter relação com três sistemas de organização social: o Estado, a família e a comunidade hegemônica pelos homens.

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse de terras é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e à desigualdade entre gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem (DEERE, 2002, p. 29).

No plano sociocultural predomina o sistema patriarcal, que mobiliza significações e crenças para se justificar, perpetuar o controle masculino da terra como (propriedade) algo natural.

Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais, institucionais, são inter-relacionados e tem como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidade e feminilidade e na divisão de trabalho “adequada” entre as esferas pública e privada e dentro destas. (DEERE, 2002, p. 30).

Segundo Deere (2002), as reformas agrárias, na América Latina, tinham por objetivo mudar a natureza da posse da terra para a criação da agricultura familiar. Desta forma, para os planejadores públicos e para as lideranças dos movimentos de luta pela terra, era incompreensível que as mulheres pudessem querer direito individual ou conjunto na posse da terra.

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse de terra é devido à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras e à desigualdade entre gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem (DEERE, 2002 p. 29).

Os estudos clássicos em torno das questões agrárias não reconhecem o protagonismo da mulher nem a consideram como um sujeito de direito e,

sumariamente ignoram sua participação histórica na dimensão produtiva e reprodutiva. As propostas de reforma agrária são pensadas para a família nuclear, onde a mulher é apenas o apêndice (ou a mítica costela) do homem.

De certa forma, esta leitura clássica sobre a questão agrária do século XIX tem por certo, fundamentos teóricos que sustentaram não apenas as ciências econômicas, mas várias áreas do conhecimento.

### **3.1 A luta pela defesa do território: mulher indígena**

Na carta de Pero Vaz de Caminha, ao rei de Portugal, o escrivão colonizador afirma que no dia do primeiro com os povos da terra, vieram cerca de dezoito a vinte homens, não havia mulheres. No terceiro dia o número se reduz a três ou quatro, e no dia da primeira missa havia apenas uma moça, ocasião em que eles cuidaram de cobrir suas vergonhas.

O foco, que já se inicia no primeiro texto de nossa história, da sexualização das mulheres indígenas inicia o processo de ocultação da importância destas para a reprodução e produtoras agrícolas.

Raminelli (2001), descreve a visão dos colonizadores, padres e viajantes sobre a sexualidade das mulheres indígenas, e retrata que as perversões sexuais determinaram as representações, no entanto, se trata de um escamotear da realidade na qual as mulheres indígenas eram elementos fundamentais da organização dos nativos brasileiros.

Os homens protegiam suas mulheres de diversas formas: sempre andavam juntos; longe da aldeia, em lugares perigosos, eles caminhavam na frente para protegê-las de ciladas; se o inimigo aparecesse, eles lutavam, dando oportunidade para que elas fugissem (RAMINELLI, 2001, p. 19)

As mulheres eram protegidas por finalidades práticas, sem elas não haveria plantio, garantiam a autonomia e o controle do território. E isso foi logo percebido pelo colonizador que passou a aliciar as mulheres indígenas com a intuito de enfraquecer as aldeias.

Capazes de produzir grandes quantidades de alimentos transportáveis e duráveis, os tupis podiam sustentar períodos prolongados de guerra, vencendo a resistência dos inimigos. Note-se ainda que, no trecho citado acima, são as “mulheres e filhas” que aparecem como as produtoras da farinha, responsáveis pela agricultura. De fato, na divisão do trabalho a agricultura era reservada às mulheres. Dessa maneira, a guerra tupi — e conseqüentemente todo o modo de vida desse povo — repousava no trabalho feminino, o que poderia levar a uma elevação do status delas no grupo (CAIRES, 2012, p.4).

As mulheres da etnia tupi tinham um papel fundamental na defesa do território dos invasores europeus, os guerreiros só partiam para luta depois que as mulheres planejavam o tempo de batalha, a quantidade de alimento que deveria ser carregada, grandes conhecedoras do território sabiam de frutos e animais que podia ser encontrado durante o percurso, tal saber era crucial na defesa. Algo similar pode ser constatado em relação às mulheres escravizadas.

### **3.2 A resistência: das mulheres aquilombadas**

As estratégias contra hegemônica dos escravizado nos primeiros tempos da escravidão era a morte, por fome, envenenamento e outros métodos, perante o impiedoso sistema organizativo do branco europeu, preferível a morte. Encontra-se na história diversos relatos de mães que se suicidavam junto com seus filhos por não suportar vê-los privados de liberdade. Os estrangulamentos voluntários, as bebidas tóxicas e outros suplícios foram os mais prontos recursos de que lançaram mão para extinguir uma existência tão penosa (QUERINO,1980, p.8).

Tomando consciência que sua tática não acrescentava à resistência e que errava o alvo, os escravizados se reorganizaram e adotaram como ferramenta de luta política os motins, reconhecendo o inimigo, o senhor de engenho e por vezes toda a família e a propriedade. Os historiadores afirmam que os mais rebeldes eram os negros da capital baiana, fato que os tornava mercadoria de baixo valor no mercado negreiro dada essa capacidade de organização.

Não vacilaram um instante e puseram em pratica os envenenamentos, as trucidações bárbaras do senhorio, dos feitores e suas famílias. Era a



vingança a rugir-lhes n'alma; era a repulsa provocada pelos desesperos que lhes inspirava o horror da escravidão. A perversidade de trato contra os escravizados torturava o paciente, e ao espírito lhe acudia a represália mais extravagante (QUERINO, 1980, p. 8).

As mulheres africanas tinham maior mobilidade que os homens, logo foram elevadas a condição de articuladoras das rebeliões e dos motins. Os escravizados que exerciam funções domésticas sabiam da rotina da casa grande, foram portanto peças-chaves no cálculo do momento ideal para deflagrar a ação, que requer uma análise apurada da conjuntura. Neste contexto as mulheres africanas participaram como estrategistas políticas, tomadoras de decisão.

Os africanos ao avaliar esta estratégia reconheceram em seguida que motins e rebeliões locais, não contribuíam para a conquista da liberdade. Recuaram nesta estratégia ao analisar “a ineficácia de todas essas violências, o próprio africano recuou de horror, tornando por outro rumo” (QUERINO, 1980, p.8.)

A resistência coletiva foi intensificada a partir do século XVI, mas não haveria liberdade sem acesso ao território, com o passar do tempo isso é reconhecido e emergem quilombos em todas as províncias. “Recorreram então à fuga e à resistência coletiva, escondidos nas brechas, onde organizaram verdadeiros núcleos de trabalho” (QUERINO, 1980, p.9).

As estratégias de luta e resistência aquilombadas foram amplamente estudadas por pesquisadores, não há discordâncias quanto a sua importância política e social, estes territórios eram sociedades avançadas, do ponto de vista da organização social, dos princípios, dos valores, em suas práticas de socialização, de regime de propriedade, baseavam-se no direito consuetudinário; “por tais atributos o costume é a forma de expressão do direito mais livre, mais autêntica, mais democrática” (VINAGRE, 1988, p.1).

O Quilombo de Palmares é inegavelmente a experiência mais expressiva desse fenômeno político coletivo, resistência organizada sob as estratégias de Zumbi e Ganga Zumba, que até hoje são enaltecidas. Em Palmares e em outras organizações sociais aquilombadas, as mulheres africanas tiveram um papel fundamental. Digno de nota é o nome da rainha Aqualtune, avó de Ganga Zumba e mãe de Zumbi e de Dandara, companheira de Zumbi, sendo esta mais conhecida

em forma de lenda. Ainda não se encontram vestígios escritos desses personagens femininos, contudo, as mulheres feministas negras resgataram a ancestralidade de Dandara para afirmação de suas identidades políticas.

As personagens femininas fazem parte da história oral de Palmares, a importância das mulheres entre os aquilombados pode ser maior do que imaginamos. Maria de Lourdes Siqueira (2010) afirma que a organização familiar de Palmares seguia o sistema matrilinear.

Além dos quilombos haviam outras lutas, o povo preto organiza as Juntas para as Alforrias, que é definida por Querino (1980) como uma sociedade anônima de capital limitado, impulsionadas no século XIX, “já havia as caixas de empréstimo, destinadas pelos africanos à conquista de sua liberdade e de seus descendentes, caixas a que se denominavam – Juntas” (QUERINO, 1980, p. 12)

Tais Juntas inspiravam-se na “lenda” ou “história” de Chico Rei. Ele nas horas curtas de descanso trabalhava e assim conseguiu comprar a sua liberdade e de todos os seus, pela organização do trabalho individual e coletivo, os libertos trabalhavam em prol da liberdade de outros.

E assim auxiliavam-se mutuamente, no interesse principalmente de obterem suas cartas de alforria, e dela usarem como se se encontrassem ainda nos sertões africanos. Resgatavam se, pelo auxílio mútuo ao esforço paciente, esses heróis do trabalho (QUERINO, 1980, p. 13).

Segundo a tradição, Chico Rei trabalhava para o major Augusto de quem conseguiu comprar uma mina, tornando-se em Ouro Preto-MG rei pela segunda vez, já que fora rei em sua terra de origem. Segundo as referências bibliográficas, trata-se de um personagem ficcional, evidentemente que em uma sociedade escravocrata onde o negro é subalterno e inferior é inconcebível uma representação social de um rei preto.

Alberto da Costa e Silva (2011), afirma que havia o rei da palha, em África e no Brasil e cita o caso da Rainha que reorganizou o seu Reino conhecido como o Tambor das Minas no Maranhão. Eventualmente, essa mesma estratégia foi também utilizada pelas mulheres pretas ganhadeiras, as primeiras a serem libertas, e que se consolidou após a abolição. A meta era o acesso a terrenos para organização da

resistência e da sobrevivência econômica e cultural do povo. Os terrenos conquistados se transformavam nas roças, local de cultivo e da ancestralidade.

Nestes terrenos se cultivava de tudo, a partir de um sistema centralizado em torno da casa, tal conhecimento vem de África. Os povos que aqui chegaram mantinham uma relação com a terra que pode ser denominada de direito costumeiro ou direito consuetudinário ou costume, nos diz Marta Vinagre (1988), segundo ela esse modelo tem gênese no seio da comunidade, a sua origem na consciência popular, a sua consagração no espírito do povo.

Acrescenta que a função do sistema de cultivo é cultural, ou seja, visa também a satisfação simbólica e expressiva de seus membros, por meio da abundância nas festas, os batizados, para entrada de novos grupos naquele ilê (casa). Na Bahia especificamente na região do cacau, se planta milho no dia de São José para colher no dia de São João. Certos motins nos engenhos tinham como principal reivindicação o direito de plantar nos dias santos e tempo livre.

Outra expressão de resistência à hegemonia nessas roças é a preservação da linguagem para comunicação com os ancestrais, a língua ioruba comanda os rituais, como discursos de resistência.

### **3.3 A luta pela terra: mulheres de Canudos**

Outra luta em que a história contada ignora a participação das mulheres é Canudos, formado majoritariamente pelo povo preto, pardo e branco pobre, e, seu líder, Antônio Conselheiro, era pardo. O Arraial surgiu cinco anos após a abolição da escravidão, acaso esse território se constituiu em espaço do povo preto e recém-liberto, que se retirava dos engenhos e fazendas de gado, por receio da reescravização e adentrava o sertão embalado pelo sonho de viver em uma terra com liberdade.

Porem esse sonho é ameaçado pelo poder republicano em processo de implantação, e assim uma guerra é planejada para combater jagunços desumanos, que planejavam a volta do regime monárquico, após um ano de resistência dos conselheirista, a quarta expedição do exército destrói o sonho sertanejo.

As mulheres de Canudos são denominadas de jagunças, Afonso Arinos de Melo Franco no romance *Os jagunços* descreve os habitantes do arraial como a imagem do guerrilheiro sertanejo mártir e heroico, resistente até o fim do conflito.

Em *Os Sertões*, a descrição de Euclides da Cunha das mulheres, é de tamanha estranheza, o que denota que certamente elas não correspondiam aos estereótipos do mundo do autor, que estranhamento tais mulheres que pegam em armas, lutam e resistem até a morte. Calasans (1959) registrou o primeiro encontro de Euclides com as mulheres seguidoras do Conselheiro “das mulheres, oito são monstros envoltos em trapos repugnantes, fisionomias duras de viragos de olhos zanagos ou traiçoeiros” (CALASANS, 1959, p. 13).

No latim, virago designava a mulher forte, guerreira, valente. Porém quando empregado pejorativamente, mulher macho, viril, forte. As mulheres são consideradas de feições suaves e meigas quando são mães ou brancas. Lélis Piedade, também encontrou o mesmo grupo de prisioneiras e destaca as suas impressões que não diferem da opinião de Euclides da Cunha.

O fato mais interessante de minha visita de três horas, tanto quanto me permitiu o tempo, foi o de uma conversação com um grupo de jagunças que vieram presas para aqui. Nove mulheres, algumas mal encaradas, feias, verdadeiras fúrias. Três ou quatro simpáticas, entre as quais uma Isabel de tal, clara, rosada, e amamentando uma criancinha de cerca de três meses, a que deu à luz por ocasião do célebre combate de Cocorobó (PIEDADE, 2002, p.6).

A irmã de conselheiro, pela narrativa de Calasans, também era uma mulher que não seguia os padrões normativos da época. “Helena, que um velho cronista da terra de Iracema chamou de Nêmesis da família, era um estranho tipo de mulher, terrível pelo seu espírito de vingança, pela infernal capacidade de urdir tocaias” (CALASANS, 1959 p. 11).

Conforme os fragmentos encontrados nas obras dos autores, haviam mulheres que apesar das duras condições da guerra estupros, degolas e separação dos filhos resistiram palma a palma. Pode-se auferir que há indícios para importantes trabalhos sobre a história das estratégias contra hegemônica das mulheres pelo acesso à terra, porquanto o espaço de discurso predominante masculino, antes e agora.

Estes breves relatos tentam sobretudo levantar questionamentos sobre a única história, que segundo Chimamanda Adichie (2009) persiste nas histórias negativas a medida que superficializa as experiências que formaram cada mulher e negligencia outras experiências que as formaram, e cria estereótipos que são incompletos e fazem uma historia torna-se a única história.

#### 4. MARX, CAPRA E BOURDIEU: ANALISANDO O MUNDO

Karl Marx (2012) entendia o mundo como um sistema, entranhado na história, em permanente transformação numa perene mudança das formas simples para formas mais complexas. Marx tem como base teórica o evolucionismo e uma influência da visão sistêmica, em *Elementos Fundantes de uma Concepção Materialista da História*; ele dá pistas destas conexões.

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens - uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma história... (MARX, 2012, p. 141).

Constatai na mesma obra, permanências e rupturas de visão de mundo, o evolucionismo com elementos da visão sistêmica, as polêmicas suscitadas pela obra teórica dos fundadores do marxismo, eventualmente essa visão foi ocultada, prevalecendo à visão de mundo evolucionista, Capra (1982) considera que já era orgânica.

Essa concepção orgânica, ou sistêmica, é frequentemente esquecida pelos críticos de Marx, que afirmam que suas teorias são exclusivamente deterministas e materialistas. Ao abordar os argumentos econômicos reducionistas de seus contemporâneos, Marx caiu na armadilha de expressar suas ideias em fórmulas matemáticas científicas que minaram sua mais vasta teoria sócio-política (CAPRA, 1982, p.183).

Fritjof Capra (1982), em *O Ponto de Mutação*, elogia a obra e o ativismo de Marx, afirmando que foi o único intelectual da sua época que teve coragem de assumir sua militância no espaço científico. Afirmou ainda que Marx defendia que, além de analisarem o mundo, os teóricos deveriam mudá-lo; a neutralidade e a imparcialidade na ciência fazem parte do sistema mecanicista cartesiano e serve aos propósitos de manutenção do *status quo*.

O físico-ativista ambiental Fritjof Capra defende a teoria que surgiu a partir da física moderna, denominada de visão sistemática ou teoria dos sistemas. O universo

é visto como um todo dinâmico, cujas partes estão inter-relacionadas e só podem ser entendidas de forma inter-relacionadas como modelos de um processo cósmico, é o todo que determina o comportamento das partes.

É assim que a física moderna revela a unicidade básica do universo. Mostra-nos que não podemos decompor o mundo em unidades ínfimas com existência independente. Quando penetramos na matéria, a natureza não nos mostra quaisquer elementos básicos isolados, mas apresenta-se como uma teia complicada de relações entre as várias partes (CAPRA, 1982, p.65).

O autor vê o universo como um organismo vivo, uma grande teia, e afirma que para entender o mundo não podemos decompô-lo em unidades indivisíveis, com existência independente. Ao penetrarmos na matéria, a natureza não mostra os elementos básicos isolados, mas como uma teia complicada de relações entre as várias partes.

Ele se opõe à visão mecanicista cartesiana em que o mundo é visto como uma máquina. Descartes apregoava que para se compreender qualquer coisa antes é necessário decompô-la em pequenas unidades com existência independente que por sua vez formam as demais e a totalidade. O todo não tem relação com as partes, esta é a visão predominante nas ciências agrárias.

Francis Bacon e seus aliados, Copérnico, Galileu e Newton foram os pais desse novo método “os termos em que Bacon defendeu esse novo método empírico de investigação eram tão apaixonados, mas, com frequência, francamente rancorosos” (CAPRA, 1982, p. 42).

O pensamento cartesiano, reducionista, foi o modelo para o método científico desenvolvido nos últimos séculos, em vários campos da cultura ocidental atual, como a medicina, a biologia, a psicologia e a economia.

Capra conclui que a visão de mundo que está surgindo a partir da física moderna pode ser entendida por palavras como orgânica, holística e ecológica, denominada de visão sistemática, no sentido geral da teoria dos sistemas. Com o objetivo de superar a visão mecanicista.

#### 4.1 A reprodução em Marx

Em Marx (2012), são três aspectos da atividade social da humanidade, a reprodução, a produção e a família que devem ser considerados no seu conjunto, pois consistem, na totalidade dos movimentos social, político e econômico.

A reprodução para Marx era fundamental para a análise do ser social. As feministas argumentam que Marx ignorou o trabalho reprodutivo, mas em *Os Elementos Fundantes de uma Concepção Materialista*, edição da Civilização Brasileira organizada pelo professor José Paulo Neto lê-se:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 2012, p. 139).

A interpretação da teoria de Marx pressupõe, uma visão retrospectiva sobre as primeiras condições da existência humana. Segundo Marx, é que os homens têm de estar em condições de viver para fazer história e estas são de base fisiológicas mas também sociais e culturais; “mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX, 2012, p. 139).

O segundo aspecto da atividade social a ser observado é que o ser humano, homem e mulher, desenvolvem meios para satisfazer as necessidades do existir humano por atos de produção dos meios para a sobrevivência, o que é a condição fundamental de toda a história da humanidade, ou seja, o trabalho; “que a satisfação da necessidade de viver, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem às novas necessidades” (MARX, 2012, p. 139).

O terceiro aspecto levantado por Marx, todo ser orgânico que se reproduz pode atingir um grau de complexidade e necessitar se organizar em grupos maiores, no caso humano tal processo dá-se com a formação da família. Neste contexto, o processo de produção é simultaneamente um processo de reprodução que já de início intervêm no desenvolvimento histórico, no qual os homens que renovam



diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens e mulheres, a procriar (MARX, 2012, p.139).

Ademais, esses três aspectos da atividade social não devem ser considerados como estágios distintos, mas sim apenas como três aspectos ou, a fim de escrever de modo claro aos alemães, como três “momentos” que coexistiram desde os primórdios da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se fazem valer na história (MARX, 2012, p. 140).

Os aspectos das relações históricas originárias não podem ser analisados separadamente, “a primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX, 2012, p. 139).

Marx (2012) considera a produção da vida, tanto da própria quanto da alheia, no trabalho, na procriação como uma relação dupla, uma relação natural e uma relação social. Por relação social, ele entende a cooperação de vários indivíduos independente da finalidade, do modo e da condição.

Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social- modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva”-, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (MARX, 2012, p. 140).

Ele não dividiu, não separou, não desconectou, nem deu maior importância ao modo de produção. Ele afirma a conexão materialista dos homens entre si, a conexão depende das necessidades, ou seja, da produção/reprodução.

Talvez o problema da invisibilidade do trabalho das mulheres denunciado pelas feministas não pode ser considerado um problema das ideias de Marx. Ele mesmo afirma que disso “resulta o fato de que na história as ideias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas diferentes ideias a ideia” (MARX, 2012, p.158).

Marx afirma ainda que o mais importante não é o progresso do conceito, mas quem são os produtores do conceito e cita alguns de sua época: os teóricos,

ideólogos e filósofos. Neste sentido, qual a posição de classe dos produtores dos conceitos?

O homem desenvolveu a consciência por meio do aumento da produtividade, do incremento das necessidades e do aumento da população, e com isso desenvolve-se a divisão do trabalho, mas a divisão do trabalho se torna divisão no momento da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual.

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma na família (MARX, 2012, p.143).

Com a divisão social do trabalho, segundo Marx, cada pessoa passa a ter uma “atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e à qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida” (MARX, 2012, p. 145).

A reprodução do capital em Marx necessariamente passa pela divisão do trabalho, que é baseada na divisão natural do trabalho; em síntese na família será perpetuada a distribuição desigual das tarefas e de seus produtos.

Especificamente a mulher não faz parte das pesquisas do autor, mas, pela sua percepção em relação à família, é possível tecer comentários acerca do papel das mulheres de acordo com a teoria marxista.

## **4.2 O Patriarcado em Capra**

Segundo Capra, três elementos de transição abalaram os alicerces de nossas vidas e afetaram profundamente o nosso sistema social, econômico e político. O primeiro é o patriarcado, a submissão da fêmea ao macho em toda parte.

A periodicidade associada ao patriarcado é de, pelo menos, três mil anos, um período tão extenso que não podemos dizer se estamos diante de um

processo cíclico ou não, pois são mínimas as informações de que dispomos acerca das eras pré-patriarcais. O que sabemos é que, nestes últimos três mil anos, a civilização ocidental e suas precursoras, assim como a grande maioria das outras culturas, basearam-se em sistemas filosóficos, sociais e políticos (CAPRA, 1982, p. 19).

O autor aponta que as mulheres feministas foram as primeiras a desafiar o patriarcado. Teoricamente e na luta, observamos que as mulheres dos movimentos sociais do campo têm desafiado o capitalismo e o patriarcado, por considerarem os dois como seus sistemas de exploração e dominação.

O poder do patriarcado tem sido extremamente difícil de entender por ser totalmente preponderante. Tem influenciado nossas ideias mais básicas acerca da natureza humana e de nossa relação com o universo - a natureza do "homem" e a relação "dele" com o universo, na linguagem patriarcal. Era o único sistema que, até data recente, nunca tinha sido abertamente desafiado em toda a história documentada, e cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis da natureza; na verdade, eram usualmente apresentadas como tal. Hoje, porém, a desintegração do patriarcado tornou-se evidente. O movimento feminista é uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo, e terá um profundo efeito sobre a nossa futura evolução (CAPRA, 1982, p. 19).

O segundo elemento de transição está relacionado com os valores culturais predominantes da competitividade, do crescimento ilimitado, e fé generalizada da resolução de todos os problemas pela tecnologia. Esses valores denominados de paradigma devem ser superados, para que surja uma nova concepção de mundo.

Incluem a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento; a concepção do universo como um sistema mecânico composto de unidades materiais elementares; a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência; e a crença do progresso material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico. Nas décadas mais recentes, concluiu-se que todas essas ideias e esses valores estão seriamente limitados e necessitam de uma revisão radical (CAPRA, 1982, p. 20).

Estes valores concebidos entre 1500 a 1700 foram formulados a partir da nova visão de mundo ocidental que descreve o universo como se fosse uma máquina que o homem possa controlar. Assim, por analogia concreta, uma visão de mundo que crê controlar a natureza, se impõe sobre os corpos alheios também,

historicamente na mulher. A visão predominante antes de 1500 era de um universo orgânico, vivo e espiritual.

[...]de fato, sua ideia da natureza como uma mulher cujos segredos têm que ser arrancados mediante tortura, com a ajuda de instrumentos mecânicos, sugere fortemente a tortura generalizada de mulheres nos julgamentos de bruxas do começo do século XVII (MERCHANT, 1980, apud CAPRA, 1982, p. 42).

Podemos compor um quadro histórico, uma sucessão articulada de fenômenos assemelhados? Partimos da caça às bruxas, o controle do conhecimento pela ciência, com a benção da madre Igreja, cujo resultado alicerçou o sistema patriarcal; chegamos a segunda fase, com o terreno preparado, que é o sistema patriarcal capitalista, que articula o controle da terra, da propriedade e do lucro.

Capra afirma ainda que Francis Bacon, na época chanceler da coroa, estava intimamente familiarizado com tais denúncias e libelos de inquisição à figura feminina; “e, como a natureza era comumente vista como fêmea, não deve causar surpresa o fato de ele ter transferido as metáforas usadas no tribunal para os seus escritos científicos” (CAPRA, 1982, p.42).

A noção do homem como dominador da natureza e da mulher e a crença no papel da mente racional foram apoiadas e encorajadas pela tradição judaico-cristã, que adere a imagem de um deus masculino, personificação da razão suprema e fonte do poder último, que governa o mundo a partir do alto e lhe impõem sua lei divina (CAPRA, 1982, p. 31).

Essa concepção da natureza humana está em perfeita consonância com a da nossa cultura brasileira, patriarcal, que estabelece uma ordem rígida em que se supõe que todos os homens são masculinos e todas as mulheres femininas, e num salto de dominação (que viemos explicando ao longo deste trabalho) distorce o significado desses termos ao conferir aos homens os papéis de protagonistas e a maioria dos privilégios sociais. O mundo mecanicista valoriza o pensamento racional, a descrição matemática da natureza, e o fracionamento das suas partes, a quantificação e a análise, área de atuação predominantemente masculina.

Capra considera que o paradigma mecanicista foi superado na Física, porém isso é por demais restrito, o que se observa é que o mecanicismo faz parte do

modelo mental da sociedade capitalista, porque seu sistema de valores é conveniente para ordenar a sociedade de modo a gerar vantagens aos homens e, a partir disso ou por causa disso transborda, repercute em várias áreas do conhecimento, infiltrando-se no fazer e na tomada de decisão dos sistemas institucionais, coletivos e pessoal.

As ciências agrárias, por exemplo, com suas metas e escalas de produção veem a terra como algo sem origem, sem sentido, mas que produz, portanto, uma máquina a ser controlada pelo homem. Isso é patente quando se observa as metas do campo econômico, no sistema de produção hegemônico denominado agronegócio.

A superação das relações patriarcais, dos valores competitivo, e o declínio da era do combustível fóssil são os elementos de transição para constituição de uma nova sociedade. Capra defende que com o fim do combustível fóssil, petróleo, carvão e o gás natural, chegará ao fim dessa era e a nova era será a da energia renovável.

Os combustíveis fósseis estarão esgotados por volta de 2300, mas os efeitos econômicos e políticos desse declínio já estão sendo sentidos. Esta década será marcada pela transição da era do combustível fóssil para uma era solar, acionada por energia renovável oriunda do Sol; essa mudança envolverá transformações radicais em nossos sistemas econômicos e políticos (CAPRA, 1982, p. 20).

Ou seja, nesta nossa era a dependência dos combustíveis fósseis é paradigmática nas ciências agrárias, para a viabilidade dos sistemas agrícolas mecanizados que têm como base energética esse tipo de energia. Essa interpretação é embrulhada na crença do crescimento ilimitado e na fé cega da tecnologia como solução dos problemas ambientais atuais e futuros.

Assim sendo, Capra (1982) apresenta uma visão de mundo diferente, em que o mundo está organizado em rede, um sistema integrado. As partes têm ligação com o todo, mas, para a sociedade transitar para esta concepção de mundo, alguns desafios terão que ser superados: a visão mecanicista do mundo, o patriarcado, a dependência energética e a definição de novos valores. As protagonistas desse processo poderão ser as mulheres, que têm o capital cultural para essa transição.

Enquanto o mundo de Capra é uma rede, o de Bourdieu é um campo de luta, que tem vários movimentos de mudanças, estabilidades, inércias a sociedade, é entendida por meio do conceito de “campos”.

Os objetos de análise de Bourdieu são os campos (ele aponta elementos da teoria dos sistemas), que são as produções culturais, a história, a filosofia, a ciência, a arte, a literatura, a economia, a religião e outros. Segundo o mesmo autor, esse universo faz a ligação entre o conteúdo textual e o conteúdo social.

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2004, p. 20).

O grau de autonomia de um campo específico pode ser medido pelas pressões externas, ou seja, pela sua capacidade de refratá-las, que segundo Bourdieu (2004), é a capacidade do campo de resistência aos demais campos e fatores externos, ao ponto de reconhecer apenas suas próprias determinações internas. A sua capacidade de refração é entendida como a capacidade de os agentes sociais de forma orgânica bloquearem as pressões externas.

De fato, as pressões externas, seja qual for sua natureza, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. De acordo com Bourdieu (2004, p.21), “Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas”.

Dizemos que quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis. O grau de autonomia de um campo tem por indicador seu poder de refração, de retradução (BOURDIEU, 2004, p.22).

Importante esquematizar que os agentes sociais criam e deformam os campos e os conferem uma certa estrutura. Os campos só existem pelos agentes

sociais e pelas relações objetivas e significativas entre os agentes, que são os princípios do campo, onde é de suma relevância a posição que eles ocupam nessa estrutura.

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos “de onde ele fala” [...] (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Ou seja, a posição de cada agente social que determina a sua tomada de decisões, assim como o seu lugar de fala, que é igual à sua posição ocupada no campo e a sua posição ocupada na estrutura, ou seja, a sua condição de classe que também determina o seu lugar de fala. Anteriormente definimos qual a posição ocupada por uma mulher negra assentada, e qual a posição ocupada por uma mulher branca, rica, herdeira da pecuária brasileira.

Segundo Bourdieu (2004), o lugar de fala são relações objetivas determinadas pela distribuição do capital cultural, científico e financeiro. Dessa forma, os campos sintetizam as relações de forças. O campo é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. Para Bourdieu (2004), os campos são o universo nos quais estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura, a ciência e etc.

O mesmo autor acrescenta que todo campo pode ser considerado como um campo de forças, isto é, um campo de lutas, que comportam as relações de forças, as relações de dominação. Os campos são constituídos por agentes que, no marxismo, são tradicionalmente entendidos pelas suas classes sociais. Estes agentes, segundo Bourdieu, criam o espaço, e o espaço só existe pelos agentes.

Os agentes sociais estão inseridos nas estruturas, mas sua posição depende do seu capital (científico, cultural e financeiro) e suas estratégias orientam-se para a conservação ou transformação. Quanto mais a pessoa ocupa uma posição favorecida na estrutura mais ela conserva a estrutura e sua posição.

### 4.3 Bourdieu a transmissão do capital social

Para Pierre Bourdieu (2001), o mundo social não possui uma forma perene, nele há mudanças permanentes, porém, há também estabilidade, inércia. Através dessas constantes, pode-se compreender e explicar como se chega às desigualdades entre os fatores de estabilidade e permanência, pela transmissão do capital e do capital social.

O capital cultural, segundo Bourdieu (2001) no filme *A Sociologia é um esporte de combate*, é a transmissão do conhecimento pela família, o acesso a livros, o domínio da língua culta.

No controle das estruturas estão os homens, e as mulheres são responsáveis pelas relações sociais. Segundo Bourdieu (2001), na divisão do trabalho, as mulheres têm a função de manter as relações entre as famílias.

O mesmo autor conclui que há uma coerência entre isso, cujo princípio é uma dominação de tipo particular, que ele conceitual como violência simbólica que não está baseada na violência física e econômica. Segundo o mesmo autor, esta provém (violência simbólica) das crenças pessoais, nos princípios de percepção, maneiras de ver o mundo que são paralelos aos princípios de dominação.

A estrutura social está organizada segundo o princípio masculino e feminino. Qual o lugar da mulher na estrutura? Quem está no controle da estrutura no Brasil?

O Estado também está organizado segundo este princípio. Bourdieu (2001) afirma que a mão direita do Estado representa o masculino: são as finanças, o orçamento, tudo que é legalista, e a mão esquerda do Estado são os hospitais, as creches, a escola, enfim, os serviços sociais. É como se a mão esquerda do Estado fosse a área das mulheres e a mão direita representasse o masculino.

Nas estruturas sociais do Estado, há hierarquias baseadas nessas relações de dominação. Segundo Bourdieu (2001), o Ministério da Fazenda domina o da Previdência e o do Orçamento domina a todos em masculino e feminino. Estas mesmas lógicas são observadas também, nas organizações do campo.



#### **4.4 A conexão entre Bourdieu, Capra, Marx: e o papel das mulheres?**

Observando o lugar de fala de cada autor que, segundo Bourdieu é a posição de cada agente na estrutura social, confere-se que esta informação pode contribuir para a compreensão se a posição do agente é para manter ou transformar a estrutura. Como afirma Bourdieu (2004), quanto mais favorável a posição do agente, mais ele conserva a estrutura.

A observação da posição do agente na estrutura também foi defendida por Marx (2012), porém com outras palavras. Ele alerta que para a dialética hegeliana, o mais importante é o progresso do conceito, mas acrescenta que devemos observar quem são os produtores do conceito.

Os três autores (Capra, Marx e Bourdieu) são ativistas políticos, e cada um de acordo com sua posição social e visão de mundo defende um novo modo de organizar a estrutura social. Marx como ativista político ligado à causa dos operários negava o protagonismo dos camponeses na transformação da estrutura, e afirmava a urgência da revolução pela tomada do poder e das estruturas sociais, tendo como protagonista os trabalhadores da cidade (operários). Esse processo seria doloroso porque a burguesia não abriria mãos das estruturas sem luta.

Bourdieu se destacou na sua luta antiglobalização, demonstrando “seu engajamento pessoal nas lutas sociais contra a globalização neoliberal e na defesa da autonomia intelectual dos desempregados, dos desabrigados e dos imigrantes ilegais pode ser lido em seus ensaios políticos reunidos” (WACQUANT, 2002, p. 96).

Bourdieu, como Marx, via o mundo em permanente transformação (mutação). A superação de Bourdieu foi ver que além de estabelecer esse movimento de transformação, há também o movimento de estabilidade, inércia e constantes que, através delas, pode-se compreender e explicar como se chega às desigualdades. O autor acreditava na sociologia como um esporte de luta, onde os agentes sociais deveriam se apropriar da cientificidade para lutar contra as imposições dos dominantes, em qualquer campo de atuação, na economia, na literatura e outros, e deve ser usada para se defender. Os camponeses têm receio do enfrentamento.

Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um “serviço público” cuja missão é “desnaturalizar’ e ‘desfatalizar” o mundo social e “requerer condutas” por meio da descoberta das causas objetivas e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem, serem o que são, e sentirem da maneira como sentem. E dar-lhes, portanto, instrumentos para comandarem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita suas ações, como ele incansavelmente tentou fazer consigo próprio (WACQUANT, 2002, p. 100).

Todos os três autores apresentam superação da visão de mundo do modelo mecanicista newtoniano do universo que dominou todo o pensamento científico. Porém, em Marx (2012), ocorre a transição de um pensamento ao outro, talvez por seu ativismo político e, no período histórico de elaboração da sua obra, ele perseguia tanto a cientificidade como meta. Capra (1982) observa o mesmo fato.

Tal como a maioria dos pensadores do século XIX, Marx estava muito preocupado em ser científico; e usava constantemente o termo “científico” na descrição de sua abordagem crítica. Assim ele formulou suas teorias na linguagem cartesiana e newtoniana. Não obstante, sua ampla visão dos fenômenos sociais permitiu-lhe transcender a estrutura cartesiana em muitos aspectos significativos (CAPRA, 1982, p. 187).

A estrutura orgânica é determinada por processos. Segundo Capra (1982, p. 245), “todos esses sistemas naturais são totalidades cujas estruturas específicas resultam das interações e interdependência de suas partes”.

Capra se destaca mundialmente como ativista ambiental e educador. Ele considera que a estrutura orgânica é determinada por processos, resultado de interações e interdependência. As interações, segundo o Dicionário Michaelis, são as “ações e relações entre os membros de um grupo ou entre grupos de uma sociedade”, enquanto que a interdependência seria as dependências recíprocas.

Em virtude dessa dependência, realizam-se as mesmas finalidades pela cooperação. Ela enfatiza mais as relações do que as entidades isoladas e, tal como a perspectiva sistêmica, percebe que essas relações são inerentemente dinâmicas. De acordo com Capra (1982, p. 246), “O pensamento sistêmico é pensamento de processo; a forma torna-se associada ao processo, a inter-relação à interação, e os opostos são unificados através da oscilação”.

Em entrevista a Globo News Capra (2012) afirma que o significado original de capitalismo é usar forças do mercado para guiar a economia, ele sustenta que há vários conceitos e ideias que foram acrescentados a ele, que são entendidos como partes e princípios do capitalismo. A ideia de crescimento ilimitado, que deve ser sustentado por combustível fóssil é a de uma economia global em rede de fluxos financeiros que é extremamente eficiente em um sentido restrito, todo computadorizado e que exclui qualquer tipo de consideração ética.

Argumenta ainda que uma economia totalmente não ética não é necessária, pois, poderíamos taxar um comportamento não ético ou um comportamento não ecológico, ou um comportamento não sustentável, e direcionar as forças de mercado em uma certa direção e, conclui que o processo de transição será o menos doloroso possível.

Em Marx, a estrutura determina as relações sociais, a estrutura da sociedade capitalista tem por base a competitividade, o lucro e a exploração. Para mudar o mundo, é necessário mudar a estrutura social e, assim, mudariam também as relações sociais que seriam simultaneamente transformadas. Qual o lugar da mulher na estrutura?

Os agentes sociais em distintas posições determinam a estrutura. Há uma relação dialética onde os agentes agem sob a pressão da estrutura e negam a imposição suprema da estrutura, e essa pressão será maior sob os agentes desfavorecidos de capital, enfatizando a importância do capital nesse processo.

Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, "influência") (BOURDIEU, 2004, p. 22).

E as mulheres? Os três autores ressaltam a importância da família na reprodução do capital financeiro e social. É evidente que, para analisar as mulheres, deve-se analisar a família. Capra defende que as mulheres têm um papel importante na construção dos novos valores para uma sociedade sustentável, na luta contra o

patriarcado, que torna natural a relação de submissão entre homens e mulheres, e como elo entre as várias organizações sociais.

Não surpreende que as mulheres estejam desempenhando importantes papéis nos contatos entre grupos de defesa ambiental, grupos de defesa dos consumidores, movimentos de libertação étnica e organizações feministas (CAPRA, 1982, p. 396).

Marx, na sua época, também destacou o papel da família, na reprodução do capital e da propriedade privada, na qual residem diversas contradições e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da família. Opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente do trabalho e de seus produtos.

Bourdieu (2002) aprofunda essa análise de Marx, quanto à distribuição desigual do capital social (distribuição qualitativa) e do capital financeiro (a distribuição quantitativa). O autor afirma que na divisão do trabalho doméstico na família, as mulheres têm a função de manter as relações que representam o capital social da família no seu conjunto.

No caso do Brasil, além da “condição” e “posição” de classe observadas, sobrepõe-se a necessidade da articulação da condição racial. Historicamente, temos uma conexão com a Europa, mas a estrutura social brasileira tem o racismo como base. Suely Carneiro (2003), em sua obra *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, afirma que:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão (CARNEIRO, 2003).

A mesma autora acresce:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003).

Para enegrecer o argumento anterior, vamos abstrair a ideia do conceito de divisão do trabalho. As feministas teorizam mais a divisão sexual do trabalho em detrimento da divisão do trabalho. Observando o contexto histórico do Brasil, do período colonial até os dias atuais, é importante delinear qual o lugar da mulher negra na estrutura: no trabalho material ou trabalho intelectual, no campo econômico.

A posição e a condição das mulheres que fazem parte do setor agrícola pode ser determinada de acordo com sua condição e posição/classe, raça/etnia nesse campo de luta. Se para permanecer ou transformar a estrutura do campo, eventualmente, ou se estão inseridas no trabalho material ou espiritual, estas variáveis precisam ser levadas em conta para avaliação das particulares estratégias.

## 5. ANALISANDO O CAMPO AGRÁRIO: ESPAÇO DE LUTA

Neste item, são analisadas as estruturas organizativas do agronegócio, descrevendo a sua capacidade de refração e a participação das mulheres nessas estruturas. A campanha Sou Agro analisada por Regina Bruno (2002), revelou a organização social dos agentes do agronegócio, cuja principal característica é arranjar-se através das associações dos setores produtivos.

A Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja) está organizada em doze estados da federação. Essa entidade representa os produtores de grãos. A entidade defende sete valores essenciais entre eles destaca-se a responsabilidade ambiental que é o desenvolvimento sustentável baseado em critérios científicos (desafio lançado pela entidade para o campo científico é explicar como se produz 101.167,6 mil toneladas<sup>4</sup> de soja de maneira sustentável) e práticas responsáveis de produção e a defesa da propriedade privada. As mulheres não têm representação na gestão de Marcelo Rosa, o diretor da entidade em 2016.

A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) está organizada em dezoito (18) estados, atuando tanto no setor agroflorestal quanto industrial, junto com os sindicatos do setor em onze estados brasileiros. Os pesquisadores e as entidades do setor reclamam a representação de plantadores de floresta. Nas negociações relacionadas à questão ambiental, a empresa atua em temas ambientais, reciclagem e mudanças climáticas. No conselho deliberativo da empresa, as mulheres também não têm representatividade.

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) se organiza em nove associações estaduais e responde por 100% da exportação do produto. A entidade nasceu em 1999, e tem apenas uma mulher na sua diretoria, que é a terceira suplente do conselho fiscal, Isabel da Cunha. Há um número significativo de mulheres nessa empresa e na Bracelpa que fazem parte das equipes de trabalho, em atividades consideradas femininas.

---

<sup>4</sup> 2º Levantamento de Safra Grãos – NOVEMBRO 2015/16 – CONAB. Disponível em: <http://aprosojabrasil.com.br/2014/wp-content/uploads/2015/11/2%C2%BA-Levantamento-de-Safra-Gr%C3%A3os-2015-16-CONAB-SITE.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2016.

A União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica) representa a classe empresarial do setor, a Raízen faz parte do quadro de associados. A empresa é licenciada da marca Shell no Brasil principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar, maior exportadora individual de açúcar de cana e possui 24 unidades de produção. Outros associados importantes são a Odebrecht Industrial e a Bunge, o conselho deliberativo é composto por 26 pessoas apenas uma é mulher.

A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entidade tradicional da pecuária, começou suas atividades em 1919. No quadro da diretoria tem apenas uma mulher. A entidade está organizada em 23 estados através dos conselhos consultivos, nenhum deles tem representação feminina. Conta hoje com 20 mil associados, essa associação já foi presidida por Eduardo Biagi pecuarista e do setor agroindustrial.

Eliane Massari, do NFA é a presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Marchigiana, juntamente com mais duas mulheres que fazem parte da diretoria da entidade. As associações de criadores são organizadas por grupos familiares, que controlam a pecuária há mais de 50 anos, são as mesmas que controlam o melhoramento genético e a produção em escala industrial de uma determinada raça.

A família pioneira no melhoramento genético do bovino no Brasil é a família Lunardi e Biagi<sup>5</sup>. Luiz Vicente Lunardi tinha uma central de inseminação na sua fazenda em Itápolis-SP no ano de 1964. O negócio cresceu e ele se associou à família Biagi, especificamente Maurilio Biagi, pai de Beatriz Biagi do NFA. Eles transferiram o projeto para a Lagoa da Serra em Sertãozinho-SP, fazenda da família Biagi. Eduardo Biagi e Walter Becker, médico veterinário considerado o pai da técnica de transferência de embrião no Brasil (marido de Beatriz), assumem o comando da empresa no início dos anos 1980.

Em 1991, o grupo Bamerindus do pecuarista José Eduardo de Andrade Vieira, compra a Lagoa da Serra. Em 1997 o grupo Bamerindus entra em crise financeira que culminou na falência. O banco foi vendido para o grupo HSBC, no mesmo ano, a Lagoa da Serra foi a leilão. Em 1998, o grupo *Holland Genetics*, da Holanda

---

5 História completa da CRV Lagoa. Disponível em <http://www.crvlagoa.com.br/40anos/historia.asp:acesso>. Acesso em 5 de janeiro 2016.

arremata a empresa, que é atualmente considerada no mercado mundial, uma das três maiores empresas de melhoramento genético.

A estrutura que agrega todos os setores é a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Constatei apenas uma mulher que faz parte da diretoria, Valeria Militelli, que ocupa o cargo de diretora de assuntos corporativos da Cargill. A associação faz parte de vários conselhos, comissões e câmaras setoriais. São 75 empresas que são associadas à ABAG, destacam-se seis bancos, até a Globo Comunicação é associada.

O agronegócio tem como método organizativo no campo o sistema cooperativo. Esse setor estratégico, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), tem um dos seus objetivos promover, fomentar e defender o sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. A OCB também se sente responsável pela preservação, aprimoramento, incentivo e orientação das sociedades cooperativas e dos sistemas cooperativos.

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) representa o campo científico responsável pelo uso correto e eficiente dos agrotóxicos. Duas mulheres fazem parte do quadro diretivo, formado por representantes das multinacionais. Em seu sítio, a entidade afirma que são necessários 10 longos anos para colocar defensivo agrícola no mercado, e que são pesquisados e testados “em média, 140 mil moléculas” para se chegar a um novo produto que pode consumir até 250 milhões de dólares.

Neste contexto, a insustentabilidade dessa empresa é alarmante. É necessário testar 140 mil substâncias para conseguir fazer um produto, e para onde vão as substâncias reprovadas nos testes? São necessários 250 milhões de dólares para fazer um produto?

Os povos Kuikuru, do Alto Xingu, desenvolvem novos “produtos”, em um curto espaço de tempo, sem dúvida, de maneira altamente sustentável e testada, sem deixar resíduos, segundo o chefe do mesmo povo, Afukaká Kuikuro, em entrevista à revista Carta Capital.

Para plantar o pequi, primeiro a gente faz um desenho de um jacaré na terra, e dentro dele a gente planta várias sementes de pequi. Aí o pequi



cresce bem. Quando sai a muda, a gente tira a muda do jacaré e vai plantar na roça. Esse pequi, ele tem muitas variedades. Variedades que não existem fora do Parque do Xingu. Uma delas é um pequi que não tem espinho. É muito bom, a gente gosta muito. Só tem no parque. Mas agora a Embrapa quer patentear. Mas isso é produto nosso, do nosso manejo, dos índios da região. A gente gosta muito de comer pequi. Tem pequi que a gente usa para fazer óleo, e a castanha também usamos para comer<sup>6</sup>.

Um “produto”, a semente de pequi, vira outro produto uma muda. A muda pode ter duas variedades para comer sem espinho, e outro bom para fazer óleo, além da castanha.

Os agentes do campo agrário também estão em estruturas que possuem intersecção com o campo da indústria, uma junção clara do capital agrário e industrial (A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp). A cadeia produtiva da entidade vai do agronegócio à indústria têxtil. Na diretoria as mulheres não têm representatividade, são 86 diretores todos homens.

Os setores locais, que compõem o campo agrário, de acordo com o peso de seu capital, são, na ordem: agricultura, pecuária, usinas (agroenergia), papel e celulose e fibras, sendo que há agentes atuando em dois ou três setores. A família Biagi, por exemplo, atua na pecuária, agroenergia e empreendimento.

Como se sabe desde a economia clássica, as grandes empresas conseguem realizar grandes lucros graças às economias de escala. Neste contexto, além da economia de escala essas empresas familiares estão em vários setores e campos. A família Biagi atua no campo econômico e no campo cultural, Maurílio Biagi é o mentor e presidente<sup>7</sup> da AgrosHOW.

Estes agentes são os que demonstram a maior capacidade de refração ou capacidade de bloqueio, que é determinada pelo seu volume de capital financeiro, cultural e científico, e dessa forma, conservam a estrutura do campo agrário há

---

<sup>6</sup> "Brasília não escuta a gente", diz chefe do povo Kuikuro. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/brasil-iao-escuta-a-gente-diz-chefe-do-povo-kuikuro-593.html>. Acesso em 20 de maio de 2016.

<sup>7</sup> Dez perguntas - Maurílio Biagi, presidente da Agrishow. Disponível em: <http://dinheirorural.com.br/secao/especial/dez-perguntas-maurilio-biagi-presidente-da-agrishow>. Acesso em: janeiro de 2015.

séculos. Mas, no final dos anos de 1990, essas empresas familiares tiveram o seu capital econômico abalado, sofreram falências, abriram suas empresas que eram familiares para o investimento estrangeiro. Senhores empresários que todos respeitavam e que eram admirados, que mandavam e desmandavam nas suas empresas, com a entrada do capital estrangeiro, tornaram-se apenas mais um acionista.

As famílias pecuaristas pesquisadas, adotam uma organização econômica diferenciada. O seu perfil pode ser descrito como o de um grupo de estrangeiros que chegou ao Brasil no final do século XIX e metade do século XX. Esse grupo não pagou pela transição das relações de trabalho, por isso conseguiu acumular e constituir famílias grandes, formadas por 8 a 10 filhos que casaram entre si.

O seu ponto zero é a cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. A organização econômica desse grupo é integrada à agricultura, pecuária, energia, em escala. Neste sentido, muitas empresas desse setor adotaram o sistema de *holding* familiar.

Constituem também o campo agrário, os agentes da agricultura familiar, representados pelos agricultores médios que não possuem o mesmo volume de capital dos setores descritos anteriormente, mas se identificam com a condição e a posição de classe dos dominantes. As empresas de porte médio têm geralmente lucros baixos, porque, são grandes demais para obter os benefícios de uma produção direcionada, e pequenas demais para se beneficiarem das economias de escala das maiores.

Afronta-se na luta pela estrutura agrária, o agronegócio e os movimentos sociais do campo representando os povos do campo, das águas e das florestas (os produtores de alimento) que defendem um projeto agroecológico.

No campo acadêmico, os agentes que defendem a agroecologia almejam transformar a estrutura agrária, apresentam argumentos de várias áreas do conhecimento, defendem que a forma do uso, da posse e da propriedade da terra e dos recursos naturais, pelos agentes do agronegócio, ocasiona graves problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos e defendem a necessidade de transformação da estrutura agrária do país.

O principal curso (Agronomia) que representa a questão agrária tem uma estreita relação teórica com os agentes do agronegócio, a sua visão de mundo é predominantemente mecanicista ao ver a terra apenas como uma máquina.

Dentro das ciências agrárias, é possível confirmar a presença de outra corrente teórica, a da agricultura familiar, ou da integração de um seletivo grupo social, que não participa das lutas, mas pode ser beneficiado pelas conquistas dos pequenos, pelo seu capital científico e social, têm prioridade no acesso às políticas públicas. Esta categoria social é maioria nos espaços de decisão, representa o casamento do agronegócio e dos agricultores médios.

No meio estudantil, os agentes estão organizados em movimentos sociais por curso, destacando-se a atuação da Federação dos Engenheiros e Engenheiras Agrônomas do Brasil - FEAB, a mais antiga, 50 anos, e a que defende a necessidade da reforma agrária e de outro modo de produção e relações sociais no campo.

Os que negam a necessidade dessa transformação, no campo científico, apresentam índices de produtividade da terra elevadíssimos, mas o maior milagre foi a modernização tecnológica da agricultura, que resolveu o problema de produção e produtividade e a da falta de alimentos. Nas imagens desse cenário (Figura 2) não há gente trabalhando.



Figura 2 - Cultivo em larga escala.  
Fonte: Terra de Direitos<sup>8</sup>

Estes dois paradigmas se materializam nas relações sociais em cada campo, na disputa pelas políticas governamentais, pelo controle tecnológico, produção do conhecimento e formação dos profissionais que atuam nas instituições, porque estes tomam decisões embasadas nos signos dos dois paradigmas.

Os agentes do campo da arte (entendido como o ser social, que está inserido em um campo de luta) também se posicionam em defesa da agroecologia e da reforma agrária, nos documentários “*O veneno está na mesa*” (I e II) (TENDLER<sup>9</sup>, 2011; 2014), denunciam os impactos do modelo de produção do agronegócio, que

---

8 Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2011/01/05/brasil-registra-aumento-de-transgenicos-e-agrotoxicos-nas-lavouras-carta-capital-carta-verde/>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

9<sup>□</sup> Silvio Tendler considerado pela classe artista que tem uma posição privilegiada na estrutura de poder o cineasta dos vencidos e dos sonhos interrompido, por abordar questões históricas sociais e as questões do meio ambiente, saúde e economia, propondo a agroecologia para o campo brasileiro.

está embasado em consumo constante de energia externa e do uso intensivo de agrotóxicos.

Desta forma, o campo da arte também se posiciona diante do debate agronegócio *versus* agroecologia. Todos os campos são provocados por esse paradigma: sociais, culturais, econômico, literário. De acordo com Tendler (2014), “Com este documentário, vem à certeza de que o país precisa tomar um posicionamento diante do dilema que se apresenta: Em qual mundo queremos viver? O mundo envenenado do agronegócio ou da liberdade e da diversidade agroecológica?”

Os agentes do campo da cultura defendem a agroecologia como proposta de transição de um modelo de agricultura insustentável do ponto de vista econômico e cultural para um modelo baseado no respeito aos tempos da natureza, o cuidado com as relações sociais e a integração dos homens e das mulheres, com a natureza. A natureza não é uma propriedade privada.

As mulheres agricultoras também estão organizadas, combatendo a agricultura capitalista e o patriarcado. Afirmam que o capitalismo e o patriarcado são seus inimigos, porém, nos movimentos sociais mistos o inimigo da classe é apenas o capitalismo. De certa forma, até no processo de luta, a nossa “jornada” é dupla.

As mulheres agricultoras, nos espaços públicos, apresentam uma visão de mundo em constante transformação, uma forte influência marxista, porém através da troca de capital cultural com as mulheres da esfera cultural Latina. Constatam-se visões de mundo com influência da teoria da Pachamama<sup>10</sup>, das mulheres como guardiãs da natureza, da semente, da biodiversidade.

O capital cultural, os sistemas simbólicos das mulheres agricultoras negras, pode contribuir para a consolidação de uma matriz agroecológica e demonstrar uma nova forma de organização familiar baseada na matrifocalidade, onde o campo cultural determina o econômico.

A análise das mulheres do NFA e do APW tem como conceitos-chave o capital cultural, por apresentarem esferas de controle essencialmente das mulheres. Em

---

<sup>10</sup> A terra é vista não apenas como meio de produção, mas como a grande mãe que alimenta e dar a vida, protege e prove o alimento.

contraposição, as mulheres do NFA demonstram um amplo conhecimento do campo econômico, de fato, o conhecimento nessas famílias é repassado pelo pai. As mulheres do APW, pelo contrário, mobilizam referências maternas, tendo sido observado que as mulheres, na sua grande maioria, permanecem nas mesmas atividades que as mães faziam.

Mediante o exposto a seguir descrevemos as mulheres do Núcleo Feminino do Agronegócio-NFA (maioria branca), e as mulheres do APW (maioria negra), no subcampo agrícola para verificar sob quais formas se manifestam as resistências, ou seja, a sua capacidade de refração e retradução, para se libertar das imposições do campo econômico, considerado o campo econômico essencialmente patriarcal.

### **5.1 Mulheres pecuaristas do período colonial ao agronegócio**

Transformações aconteceram na esfera agropecuária, mas também podem ser observadas algumas permanências. Vamos observar onde aconteceram. No período colonial, as mulheres sucediam em caso de invalidez dos homens marido, pai, filho, tio, irmão -, e quando sucediam eram verdadeiros coronéis de saia.

Por vezes, quando o marido morria, tinham direito à propriedade, mas não tinham direito à posse. Para poder fazer a gestão das propriedades e dos bens deveriam ter qualidades masculinas e não raro romper com os parentes que se impusessem.

No século XIX, atuavam no mercado local e nas capitais, comercializando gado em pé. Essa era a principal atividade dos seus sistemas de produção agropecuária. Reivindicavam terras para ampliar suas pastagens e negociavam com o governo local.

Havia também uma especialização na agroindústria, de produtos importantes como os óleos vegetais para iluminação pública, aguardentes, tecidos, que revela a existência de um processo de transformação e processamento de matéria-prima cultivada por esse grupo.

Os sistemas de cultivo se caracterizavam pela especialização em um produto, o milho, mas havia também arroz, cana-de-açúcar, algodão. A escolha era

determinada pela demanda do mercado. Outra fonte de renda era a venda da energia de trabalho escravo. Pode-se afirmar que eram sistemas agrícolas diversificados e com especialização em um produto, na criação animal/vegetal e na integração com a agroindústria.

No tópico abaixo, serão observadas as transformações e as permanências nos sistemas agrícolas e as relações familiares estabelecidas pelas mulheres do NFA que se dedicam à pecuária.

## **5.2 Estratégias do Núcleo Feminino do Agronegócio**

No ano de 2012, fiz uma pesquisa no Google com as palavras “mulheres no agronegócio”, encontrei a reportagem no sítio da revista Dinheiro Rural, edição 90, sobre as damas do agronegócio. Após a leitura da reportagem, pensei, alguma coisa está acontecendo com as mulheres ricas do campo, pois nunca havia encontrado informações sobre organização de mulheres brancas e ricas que atuavam na agropecuária.

A imagem da Figura 3 representa a primeira formação do núcleo, que atualmente é composto por 24 mulheres, todas brancas, que trabalham na agricultura. As peles não estão queimadas pelo sol, todas vestidas de calças, roupas discretas, sem decotes e em poses de comando. As imagens falam: a paisagem principal é uma pastagem e, ao fundo, uma cerca com monocultura de milho, representando a visão de mundo dessas mulheres, que denota homogeneidade.



Figura 3 - Mulheres da primeira formação do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA).

Fonte: Revista Dinheiro (2012). Da esquerda para a direita: Ana Lúcia Iglesias, Sílvia Morgulis, Rosalu Queiroz, Carmem Peres, Beatriz Biagi Becker, Eliane Massari, Ana Luiza Junqueira Viacava, Clélia Pacheco, Cláudia Platzeck, Lídia Massi Serio, Tereza Cristina Vendramini, Natália Massi Serio, Marize Porto Costa.

As mais velhas sonhavam estudar na área das agrárias, porém os pais não permitiam, porque tinham que morar em outras cidades sozinhas e seria inútil porque elas não seriam as sucessoras.

Sílvia Morgulis, filha de João Osório de Azevedo Júnior, jurista e proprietário de terras no Estado de São Paulo, formou-se em medicina veterinária em 1982, enfrentou resistência na família para administrar os negócios e resolveu seguir carreira acadêmica. Fez mestrado, doutorado e pós-doutorado. Em 2002, recebeu um pedido do seu pai, “para se aproximar”. Elas seguem outros caminhos para depois retornar ao sonho.

A ideia inicial de organizar o núcleo partiu de Carla de Freitas que, após a morte do pai, herdou a Fazenda Bela Vista em Chupinguaia, Rondônia com baixa rentabilidade e fertilidade dos solos e teve que aprender na prática após uma gestão negativa com o marido ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues.

Carla já sonhava com a formação de um grupo de mulheres que fossem gestoras de fazendas para que pudessem trocar experiências e conhecimento (troca de capital cultural). Em 2010, a ideia do grupo começou a se materializar, após



conhecer Francisco Vila, intelectual da sucessão. Carla chamou Cristina Bertelli gerente da Agrocentro, Maria Stella Damha e Rosalu Queiroz e as quatro foram as fundadoras do núcleo.

A primeira presidência foi de Carla Freitas, que teve como principal objetivo a gestão. São 24 mulheres e elas não pretendem aumentar o número de participantes, por considerarem que grupos grandes atrapalham a dinâmica organizativa, neste sentido a ideia é replicar a experiência.

As mulheres do NFA reivindicam a representação da terceira geração da pecuária brasileira, que se expandiu para o interior de São Paulo, no período republicano. O marco zero dessas mulheres foi a Região de Ribeirão Preto, no início do século XX, quando seus avós desembarcaram no Porto de Santos. Eram famílias originárias principalmente da Itália, seguido por Portugal, Espanha e, em menor contingente, da Áustria. Essas famílias se casaram entre si e, desta forma, acumularam terra, bens e capital e hoje controlam o setor pecuário, o das energias renováveis, a agricultura, a indústria e o comércio. Beatriz Biagi Becker afirma ser da terceira geração da pecuária, mas tem negócios no setor da agricultura e no setor sucroalcooleiro e imobiliário.

O território de atuação dessas mulheres se concentra em sete estados, sendo que São Paulo é o estado que tem o maior número de propriedades (15), dirigidas por essas mulheres, seguido por Mato Grosso do Sul (08), o que representa uma estratégia de ampliação das terras, depois Paraná (04), Mato Grosso e Goiás (3 em cada) e Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia e Piauí (1 em cada).

Mas, a atuação do núcleo não se restringe apenas às estruturas do setor pecuário, essas mulheres estão nas associações dos setores produtivos, nas multinacionais, enfim fazem parte do comando das companhias em todos os setores da economia.

O discurso uníssono do NFA é que superou a pecuária tradicional que era nociva ao meio ambiente, e desumana, adotando tecnologias inovadoras e as técnicas de Bem-estar animal (BEA) baseadas em quatro benefícios: evitar o sofrimento dos bovinos, gerar lucro ao produtor, melhorar as condições de trabalho

dos peões, ter o reconhecimento do consumidor. Neste contexto os benefícios ambientais são inesperadamente questionáveis.

A psicóloga e pós-doutorado em zootecnia, Temple Grandin considerada uma das 100 pessoas mais importantes dos EUA pela revista *Time* na categoria herói, desde 1990 vem desenvolvendo o conceito, época em que poucas pessoas questionavam as técnicas do sistema de criação bovino.

Ela é uma das referências das mulheres do NFA, quando visitou o Brasil para divulgar a modalidade BEA, ocasião que aproveitou para destacar o impacto do estresse nos índices produtivos e reprodutivos do rebanho e da qualidade da carne, segundo a pesquisadora, animal estressado não gera lucro.

O Professor Mateus Paranhos do Grupo de Estudos em Etologia e Ecologia Animal, da UNESP de Jaboticabal em São Paulo, também é defensor do BEA e consultor das mulheres do NFA, ele conduziu estudos que comprovam a perda de dinheiro provocada pelo manejo inadequado de bovinos, e acrescenta que a pressão crescente de uma sociedade preocupada com o modo como os animais são criados está forjando uma nova percepção sobre o tema.

A pesquisadora e especialista Temple Grandin tem um importante papel na cadeia produtiva da carne bovina no Brasil, além da parceria com o grupo JBS nos Estados Unidos, validará as práticas de bem-estar animal adotadas no Brasil, com auditorias realizadas pelo professor Paranhos<sup>11</sup>.

O único homem que tem a autorização para participar da reunião mensal do NFA é Francisco Vila, referência intelectual do grupo, formado em economia (Alemanha) e gestão (EUA); consultor internacional de governos e empresas, em diversos países; pesquisador, consultor e comentarista de temas ligados à agricultura e pecuária brasileira, membro de diversas associações, conselhos e autor do curso online Sucessão Familiar na Agropecuária<sup>12</sup>.

Há uma diversificação das atividades econômicas na propriedade, o que não representa diversificação de espécies. A estratégia da integração lavoura, pecuária,

---

11<sup>□</sup> Uma doutora de fibra. Disponível em: [http://www.jbs.com.br/sites/jbs.com.br/files/rural115\\_jbs\\_0.pdf](http://www.jbs.com.br/sites/jbs.com.br/files/rural115_jbs_0.pdf)

12 Fonte: (<http://www.agripoint.com.br/>, 21 de abril de 2016)

“floresta” permanece, os sistemas produtivos são diferentes, mas são homogêneos, como os de grãos, fibras, carne, leite e agroenergia que se ampliaram.

Ana Lucia Iglesias possui uma fazenda de 10.000 Hectares (uma área do tamanho de dez mil campos de futebol profissional). O seu sistema denominado “da fazenda ao prato”, faz parte do complexo Fazenda e Restaurante Rubaiyat, que tem um padrão de atendimento especializado em vários países (Espanha, México, Chile, Argentina) e capitais. Em São Paulo, foi inaugurado em 2014 um restaurante Rubaiyat que tem vista para o Jockey Club.

Ana Lucia gerencia, junto com o marido, todas as carnes e os produtos são de procedência da fazenda que integra agricultura, criação de frangos de Label Rouge, suínos e cordeiros, além da carne principal, que é a bovina. O único produto que não vem da fazenda são os ovos por causa da legislação sanitária.

O sistema mais replicado é o de Marize Porto Costa de Ipameri-GO. Ela é odontóloga e herdeira da Fazenda Santa Brígida de 922 hectares, uma propriedade modesta se comparada com outras. O seu primeiro ímpeto foi vender, pois os solos estavam degradados, o sistema de criação do marido era tradicional. Marize pediu ajuda a João Kluthcouski, pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão de Goiânia, que desenvolveu um sistema de integração lavoura-pecuária-floresta (floresta de espécie única). Hoje é considerada uma vitrine, recebe visitas de universidades, pesquisadores e estudantes.

Quando Marize Porto resolveu administrar a fazenda, os fazendeiros da região que praticam pecuária tradicional duvidaram da viabilidade do sistema e da sua capacidade administrativa. Esse setor sempre foi majoritariamente administrado por homens, a mesma situação foi vivida pela senadora Katia Abreu que após o falecimento do esposo, herdou a administração da fazenda no Estado Tocantins. Ela, assim como Marize, não é da área agrícola.

Mas, essas mulheres demonstraram capacidade administrativa superior aos homens, herdaram terras degradadas pela pecuária tradicional, por vezes, sistemas com baixa rentabilidade econômica, se transformaram em experiências de êxito e conhecimento. Com efeito, a supremacia masculina se manifesta em todas as classes sociais.

Esse sistema desenvolvido por Marize Porto integrante do NFA, com assessoria da Embrapa, também é replicado por outras mulheres pecuaristas, que não integram o NFA. O principal objetivo é econômico, porque um dos requisitos que essas mulheres devem demonstrar; domínio e capacidade de gestão econômica e a rentabilidade dos sistemas. Eventualmente, o referido sistema apresenta superação da pecuária tradicional, a integração lavoura pecuária atesta avanços.

Beatriz Biagi Becker (Bia) é agropecuarista, sócia proprietária da Beabisa, complexo que compreende pecuária, agricultura e empreendimentos do setor sucro-alcooleiro, defende que esse sistema precisa de inovação na área da gestão e produtividade.

O NFA é formado por uma elite da pecuária, que está preocupada primeiramente com a questão econômica, segundo com o controle da propriedade dos bens e tem certa preocupação com o meio ambiente, por causa da produtividade e longevidade dos negócios. O NFA é uma organização estratégica, que é responsável para dar respostas à sociedade em relação ao esgotamento dos recursos hídricos, sendo o aquífero Guarani um exemplo. Ele perdeu sua capacidade de vazão, após abastecer por mais de 100 anos a agropecuária da “Califórnia Brasileira”.

A projeção do Ministério da Agricultura para 2017 são 2.239 toneladas de carne bovina. Segundo a FAO Brasil<sup>13</sup>, são necessários 1.500 litros de água para gerar um quilo de grãos e dez vezes (15.000) essa quantidade para produzir um quilo de carne. Os dados apontam eventualmente que o maior desafio dessas mulheres será o de promover o desenvolvimento sustentável otimizando a pecuária e o manejo dos recursos hídricos em equilíbrio com o meio ambiente.

O legado, termo utilizado pelos pecuaristas para se referirem a capital cultural, para as mulheres do NFA, é transmitido principalmente pelos pais. Nas falas dessas mulheres é constante a frase “quando eu era pequena meu pai me levava para a fazenda foi assim que comecei a tomar gosto pela vida na fazenda”. As famílias pecuaristas quando vão oficializar a transmissão do legado para a próxima geração,

---

13<sup>□</sup> Dia mundial da água: para cada quilo de carne, são necessários 15 mil litros de água, diz Fao. Disponível em: <https://www.fao.org.br/DMApcqcn15mladFAO.asp>

convidam toda a família, amigos íntimos, autoridades do campo econômico e do campo científico.

Na abertura do Leilão Helder Galera edição comemorativa de 25 anos da seleção, Fernanda e Lucas receberam das mãos do avô e fundador do plantel, José Galera, a marca simbólica da Agropecuária Helder Galera, representando a transferência do título para os netos<sup>14</sup>.

Nesse momento, o patriarca passa o legado que pode ser apenas um símbolo, uma marca, um plantel de raça que está sendo melhorada geneticamente há 50 anos ou há 10 anos, pode ser uma usina de cana de açúcar e álcool, ou terras, fábricas, indústrias, às vezes um pouco de cada coisa. Talvez daí resulte a sua visão de mundo cartesiana, ao lidar com a natureza. No campo da educação, essas mulheres tiveram avanços profundos, e hoje estão na direção do mercado internacional, apesar de em escala ainda pequena.

Para dirigir os estabelecimentos das famílias, estas mulheres devem ter o capital cultural do universo feminino que é composto por visão sistêmica, sensibilidade, cuidado, atenção, cooperação, trabalho em grupo, além do legado (capital cultural) repassado pelo pai, que são os conhecimentos de três gerações da pecuária e o domínio do campo econômico.

Segundo a reportagem, o vestido desafia o mundo corporativo “pede atenção, gentileza, cuidado, cooperação, colaboração, trabalho em equipe e essas características estão presentes no universo feminino”<sup>15</sup>. O desafio é harmonizar o capital social do mundo feminino e masculino. O legado é valorizado nas estruturas sociais do agronegócio. Para um filho assumir os negócios da família, somente depois de 10 anos de vivência com o patriarca. Na pecuária, quem define a sucessão são os homens, as filhas reclamam que as mães, até final dos anos 1990, também escolhiam os filhos. Mudanças lentas estão acontecendo.

---

14 Os sucessores da pecuária brasileira. Disponível em: (<http://www.revistapecuariabrasil.com.br/noticia/106-sucessores>) acesso em 08 de maio de 2016.

15 O desafio do vestido. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/espaco-aberto/o-desafio-do-vestido-44052/> Acesso em 18 de 2016

Além do capital cultural, a mulher para se inserir nas estruturas do microcosmo agrário, deve ter também o capital científico, dominar diversas áreas do conhecimento “diferentes de antigamente, as mulheres hoje estão estudando e se formando em Veterinária, Zootecnia, Administração e outras áreas do agronegócio. Elas analisam o resultado da colheita ao tipo de veneno que foi utilizado. Avaliam o custo do saco de sal e as melhores opções financeiras, aprendem a investir<sup>16</sup>”

O capital científico das mulheres do NFA é elevado. Silvia Morgulis de São Paulo fez mestrado, doutorado e pós-doutorado, para poder assumir os negócios da família. Todas têm que concluir o ensino superior, além de passar pelo menos dez anos recebendo a transmissão do legado do pai.

Mulheres da agropecuária, que no século XIX, pediam a rogo uma assinatura, porque não dominavam a leitura e a escrita, na atualidade são doutoras, esse é um pré-requisito para que assumam a direção das propriedades. São especialistas em cria, engorda, abate, reprodução e melhoramento genético. São especialistas até mesmo as que não estudaram e não são da área.

Há a predominância de um discurso da importância do capital social das mulheres para avanço do setor. Nesse sentido, a sensibilidade se contrapõe à frieza, as qualidades masculinas não são mais essenciais para a produtividade no campo, depois do sucesso da BEA, o capital cultural dos homens está sendo questionado na pecuária.

O acesso à terra desde o período colonial no Brasil era garantido pelas posses (capital financeiro) e pela constituição de uma família. Os homens solteiros eram preteridos, o objetivo da colonização era a ocupação, a expansão e o controle do território. Após a abolição e a transição das relações de trabalho, nas fazendas de café, pagava-se pelo homem, mas todos da família trabalhavam. Os movimentos sociais do campo reivindicam a reforma agrária de cunho familiar, assim, observa-se que essa lógica permanece.

Essa estratégia de manutenção da propriedade privada através da família na estrutura agrária demonstra baixa capacidade de bloqueio. Os jovens dos

---

<sup>16</sup> O desafio do vestido. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/espaco-aberto/o-desafio-do-vestido-44052/> Acesso em 18 de 2016

assentamentos de reforma agrária não querem permanecer no campo, principalmente as mulheres, que não veem possibilidades de autonomia. O mesmo processo pode ser observado no agronegócio, porém, são os filhos homens que estão abandonando o campo. Gerenciar e controlar os negócios e as propriedades da família não é mais o sonho de uma parcela masculina dominante.

Os filhos das classes dominantes estão perdendo o interesse para gerenciar o patrimônio da família, porque o campo político é mais rentável. O capital social de um senador aumenta sua capacidade de refração no campo econômico, é uma forma de defender os interesses da classe e da família. Se um terço dos herdeiros rurais não der continuidade ao empreendimento da família, isso significa que 30% das terras das propriedades no campo estarão disponíveis no mercado ou subutilizadas<sup>17</sup>.

Tanto na agricultura patronal quanto na agricultura camponesa, os jovens não querem permanecer no campo, porém, constata-se que os agentes da pecuária estão se preparando para fazer a sucessão, e assim manter a propriedade privada. O mesmo processo não foi constatado nas famílias assentadas. De maneira empírica, observa-se que os filhos dos assentados que almejam ser agricultor têm que participar de outra luta pela conquista da terra.

Em minhas pesquisas virtuais, identifiquei o intelectual orgânico do agronegócio, seu nome é Francisco Vila. Diferentemente de Francisco de Assis e de Francisco Vila do México, que defendiam a divisão dos bens, o Francisco do agronegócio ensina a concentrar os bens.

O consultor das famílias brancas abastadas criou o curso online “Sucessão familiar da pecuária” e está orientando a classe dominante a realizar o processo de sucessão. Observei ser um assunto doloroso e difícil de ser discutido, pela geração que está no controle da propriedade, da renda e dos recursos do setor da pecuária, porém, há uma disposição, talvez porque o mais importante hoje seja não dividir o patrimônio, mas fazer a gestão de forma que acumule.

---

<sup>17</sup>Os sucessores da pecuária brasileira. Disponível em: (<http://www.revistapecuariabrasil.com.br/noticia/106-sucessores>) acesso em 08 de maio de 2016.

O processo de sucessão na pecuária dura em média dez anos, para que o futuro sucessor receba o legado que será repassado pelo pai, ou seja, o repasse do capital cultural e acrescenta-se o capital científico. A maioria das mulheres do NFA tem doutorado ou mestrado, mas poucas têm graduação na área das ciências agrárias. Como é o caso da Ministra da Agricultura do Governo Dilma Rousseff, Katia Abreu, que é formada em psicologia, mas entende tudo sobre criação animal.

A convocação das mulheres para a direção dos estabelecimentos agrícolas começou no final dos anos de 1990, determinada pela expansão do capital internacional, momento marcado por fusões e aquisições de antigas empresas familiares, principalmente do setor energético pelas multinacionais. Um número significativo de herdeiros da classe dominante não resistiu às investidas do capital estrangeiro.

A manutenção da propriedade privada é o principal objetivo das famílias ricas no mundo inteiro, e as mulheres feministas tem dado menos atenção a família em suas análises, principalmente sobre as mulheres rurais, mirando mais a divisão sexual do trabalho. Contudo, as famílias ricas constataram o limite da capacidade de expansão das suas terras. Até o século XX, cada filho ou filha que casava significava o acesso a mais extensões de terras. Neste sentido, a estratégia é a manutenção da propriedade e uma gestão capaz de beneficiar todo o grupo familiar.

Em vídeo aula no *Youtube*, Francisco Vila afirma que a tendência da capacidade de expansão da terra é diminuir, mas as famílias continuam crescendo, portanto, a estratégia seria a sucessão porque ela constrói e desenvolve o que foi construído no passado. Creio que a divisão dos bens e da propriedade privada está com baixa capacidade de bloqueio, pelas constantes críticas e ataques dos agentes dos vários campos.

O que se perpetua são as permanências em relação ao acesso e à manutenção da propriedade da terra. Tanto na esfera do agronegócio quanto dos assentamentos de reforma agrária, as permanências são baseadas no modelo de reprodução da propriedade pela família.

A terra continua sob o controle dos homens. Segundo o censo agropecuário de 2006, “pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos



por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7,0%”. Os estabelecimentos agrícolas são majoritariamente dirigidos pelos homens, tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar.

A convocação das mulheres para dirigir os estabelecimentos agropecuários faz parte da estratégia do setor para atender à demanda mundial da produção de alimentos, de forma que assegure a propriedade e a distribuição da riqueza no grupo familiar para resistir às pressões das multinacionais.

A previsão do agronegócio é de um aumento de 60% na produção de alimentos. Quem tem o capital cultural do sistema de produção de alimentos são as mulheres. Eventualmente, as mulheres do NFA foram convocadas para dar respostas a esta questão e à questão ambiental pela sua capacidade de gestão, que pode ser sozinha, com filhos, irmãos, maridos, pai, raramente com a mãe. Elas têm mais tendência a compartilhar o poder familiar, aporte ausente nos homens.

O objetivo das famílias do agronegócio e das multinacionais é controlar a produção de alimentos. Os discursos dos economistas da classe dominante da esfera agrária estão sempre afirmando a capacidade do agronegócio para atender a demanda pela procura de alimentos.

A matriz produtiva do agronegócio, com efeito, demonstra sérias restrições para proporcionar uma alimentação balanceada e saudável, o que pode ser observado pelos principais produtos da cadeia produtiva do agro: carne, leite, queijo, proteína de soja, derivados do milho, açúcar. Estes produtos fornecem uma alimentação que tem por base proteína e açúcar. Até o lazer proporcionado pela paisagem vegetal apresenta restrição, o piquenique pode ser sob a sombra de uma “floresta” de eucalipto ou de pinhos.

Apesar de toda a tecnologia empregada, principalmente no bem-estar dos animais, que elas consideram uma questão ética, essas mudanças ocorreram por pressão dos setores ligados à causa ambiental e de defesa dos animais no mundo inteiro. A adoção de medidas de BEA e a rastreabilidade da origem da carne atestam esse avanço. Se compararmos com a pecuária tradicional, a taxa de mortalidade dos bezerros caiu de forma considerável. Em entrevista à revista digital Beefpoint, Carmem Perez afirma que a mortalidade chegava a 30%.

Outra positividade foi o respeito às leis trabalhistas estabelecidas por essas mulheres com os funcionários, porém, não foram suficientes porque os filhos dos trabalhadores (peões) não querem suceder os pais. Eles vão para a cidade estudar e não voltam, afirmativa que pode ser constatada nos discursos da escassez da mão de obra qualificada no campo pela classe dominante.

Outras questões ambientais devem ser analisadas, principalmente em relação ao conceito de diversidade. Embora, os avanços sejam visíveis em relação à pecuária tradicional, conceituar o plantio de apenas uma espécie de floresta pode estar embasada em uma visão de mundo homogênea da natureza, e tal modelo de floresta plantada, apresenta limites em relação à replicação de sistemas agroflorestais que têm por premissa a diversidade das espécies animais e vegetais.

No livro *Questões Urbanas e Racismo*, o artigo de Ângela Maria da Silva Gomes (2012), *Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da grande Belo Horizonte: terreiros e quintais*, apresenta o relato do babalorixá Henrique que descreve as diferenças entre uma “floresta” plantada de eucalipto e uma floresta natural, o pai de santo explica as diferenças.

Eucalipto não tem significado para nós. Plantar essas árvores todas iguais... nem bicho a gente vê ali dentro. Só formiga. Até o cheiro ali dentro é diferente. O ar que se respira é diferente, até o frio, o vapor... É uma floresta morta, não tem axé de uma mata com as cores diferentes, com os bichos diferentes, plantas diferentes. Quem inventou isso? Os europeus com suas matas frias de neve. O silêncio da mata é diferente do silêncio da mata de eucalipto. Na mata a gente escuta um passarinho e na mata de eucalipto não se escuta nada disso. Divindade só tem relação com a diversidade. Qualquer um pode sentir essa energia, independente da religião. Mesmo que o eucalipto seja uma planta, e toda planta é sagrada, mas ela sozinha não serve... Não entendo como tem coragem de reflorestar com eucalipto que não devolve nada (GOMES, 2012, p. 294).

Neste contexto, as mulheres do agro não representam a biodiversidade, mesmo com o acúmulo de capital científico que possuem. Os seus padrões florestais apresentam sérios limites em reproduzir um sistema florestal, limite que não aparece nos sistemas das mulheres negras.

O principal objetivo da integração entre lavoura e pecuária é puramente econômico. A visão de mundo e os valores que sustentam a prática das mulheres do

NFA tem por referência o pensamento cartesiano, o que resulta em um padrão de agricultura homogênea e padronizada. Visão de mundo oposta apresentam as mulheres do APW, onde a biodiversidade é algo interno ao seu projeto, muito em parte por sua matriz africana.

### 5.3 Estratégias de resistência das mulheres afrodescendentes do APW

A imagem da Figura 4 representa a diversidade das mulheres assentadas da reforma agrária em sua grande maioria afrodescendente, o seu modo de vestir não é padronizado, elas associam sua imagem ao seu trabalho, se posicionam juntas porque sabem que para resistir no campo precisam estar unidas, diferente das mulheres do NFA. Elas exibem a sua arte com orgulho afinal é fruto do seu trabalho, é um fazer que se tornou um ser.



Figura 4 - Mulheres do Assentamento Pequeno Willian.

Da esquerda para direita: Marinalva Araújo Andrade dos Santos (42), Nauveci Evangelista Silva (40), Alessandra Honório dos Santos (32), Manu Camile (50) Maria de Jesus (44), Valdira Sena Santos de Almeida (29), Zuleide Santos (55), Adriana Fernandes Souza (46), Dalci Maria Sousa e Silva (55). As mulheres que são do assentamento, mas não estão na imagem, Damiana Almeida dos Santos (56); Gustavina Alves da Silva (52).

A sua imagem está associada ao seu sistema produtivo que é diversificado, o sistema artesanal utiliza materiais do cerrado e de suas roças: palha de milho, fibra de banana, no vaso de plantas é possível reconhecer 5 espécies ornamentais, são cerca de 10 espécies do cerrado na feitura do artesanato.

O APW tem um histórico de resistência de 10 anos de luta de 22 famílias, que conseguiram chegar até o final. Foram 19 mulheres que conseguiram conquistar a terra. A luta pelos terrenos é uma permanência encontrada desde o período colonial na organização das mulheres negras, pardas, e graças a essa permanência foi possível à resistência desse grupo.

O APW é formado por 22 famílias, sendo que 19 mulheres são hoje titulares dos lotes. Esta é a principal peculiaridade da área, pois dos assentamentos localizados em todas as regiões do Brasil, nenhum possui 80% das mulheres sendo titulares. Esse fator, juntamente com a questão racial foi determinante para a escolha do APW para a pesquisa de campo.

No período colonial, a luta era pela liberdade e pelo acesso aos terrenos. A luta empenhada pelas 19 mulheres do APW pela terra tem relação ancestral. Elas resistiram 10 anos acampadas e, mesmo com poucos recursos financeiros, conseguiram conquistar a terra. Elas não têm o controle do capital econômico, mas possuem o capital cultural das mulheres negras, a capacidade de resistir.

O APW, conforme relatado pela assentada Maria, só conseguiu se firmar quando as mulheres planejaram a ocupação. Haviam ocupado várias vezes, com os homens no comando, porém logo depois eram despejados. Segundo Maria, elas fracassavam porque eles ocupavam pela frente da fazenda, porém, quando elas planejaram e comandaram a ocupação entraram pelos fundos. “E não saímos mais, não houve mais despejo”. Essa é a memória de Maria sobre a ocupação do assentamento, bem-sucedido e protagonizado pelas mulheres.

Há também outros pontos de vista, outras memórias, outros lugares de fala, como o de Adriana Fernandes Souza, em seu trabalho de conclusão de curso, *Mulheres da reforma agrária do Assentamento Pequeno Willian: as suas práticas agroecológicas no fortalecimento da auto-sustentação*.

O Assentamento Pequeno Willian nasce a partir de uma ocupação realizada pelo MST em Planaltina- DF no ano de 2004, com intenção de denunciar o

uso intensivo de agrotóxicos proibidos no Brasil, utilizados na fazenda da qual foram despejados em 24h. Parte das famílias constituiu o acampamento Ireno Alves, ficaram em frente da fazenda que foram despejados e a outra parte das famílias, ocuparam a área da EMBRAPA na fazenda Sálvia, que fica localizada entre as cidades de Sobradinho e Planaltina- DF (SOUZA, 2015, p.35).

Neste sentido, a organização política da ocupação foi do MST. A organização para a resistência teve como protagonistas as mulheres que, com recursos escassos, conseguiram permanecer na ocupação em condições precárias com seus filhos. O que contribuiu para garantir o êxito da conquista pela terra é o capital cultural das mulheres.

Quando cheguei ao APW, era início do período seco, é o período em que as sementes começam a cair, elas recebem sol durante todo o dia. À noite, com a umidade e o frio, elas se abrem e cada uma faz um barulho diferente. Os primeiros três meses foram de observar a flora, a fauna, a água, os solos, o tempo e as mulheres.

As araras passam todos os dias no mesmo horário pela manhã e tarde, elas vivem na reserva do Instituto Federal de Brasília (IFB). Há ainda os periquitos que voam em bando e se alimentam de uma fruta amarela que as mulheres chamam de vassoura de bruxa (*Ouratea hexasperma*).

A localização do assentamento, segundo a descrição das moradoras, é a seguinte: “depois do IFB, segue direto, depois que acaba a pista no começo da estrada de chão, entra à direita, perto da pedra fundamental, na DF-444, em Planaltina-DF, não é Planaltina de Goiás não, é antes do Córrego do Meio, perto da escola da Pedra Fundamental e da escola do Pau Pereira”. Este é o mapa pessoal das mulheres. O mapa da Emater-DF na figura 5 pode orientar as pessoas acostumadas com outras referências.

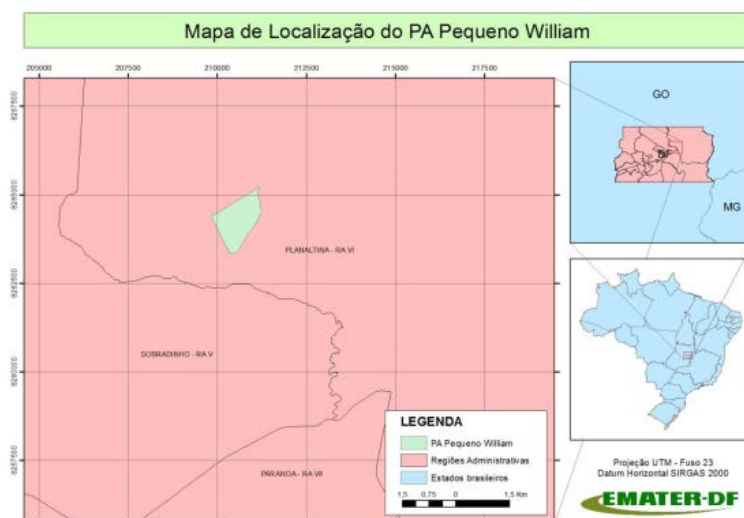


Figura 5 - Localização do Assentamento Pequeno Willian.

Fonte: PDA (2013, p.29).

Segundo o PDA (2013), o Assentamento Pequeno Willian está localizado na região administrativa de Planaltina (RA VI), fazendo fronteira ao norte com a área do Instituto Federal de Brasília (IFB), campus Planaltina, a leste com a rodovia DF-128, a oeste com a DF- 330 e ao sul com a DF-444.

Os solos são descritos pelas mulheres a partir de seus sentidos táteis: quando chove ele gruda nos pés, quando suja uma roupa não solta mais, a cor amarela não sai mais da roupa, quando fica descoberto vira torrão e abre as valas por causa da chuva. Gustavina, bioconstrutora, radietesista (sensibilidade a água), formada em agroecologia pelo IFB, afirma que a terra do assentamento é ideal para trabalhar com as técnicas tradicionais da bioconstrução, mas para rebocar as paredes, é preciso acrescentar à terra uma quantidade de areia e cinzas.

As classes de solos existentes no Projeto de Assentamento Pequeno Willian são os Latossolos e Cambissolos, sendo que os Latossolos são aqueles que ocupam uma área significativa. Dentro desta classe existem duas subordens: o Latossolo Vermelho-Amarelo e o Latossolo Vermelho-Escuro. Os Latossolos ocupam 99,62% da área e ocorrem em regiões com relevo pouco movimentado. São solos antigos, espessos (comumente com mais de 10 metros de espessura), homogêneos e com difícil distinção entre os horizontes, apresentando, nesse caso, textura predominantemente média (PDA, 2013, p. 77).

A flora do assentamento apresenta uma grande biodiversidade. “Foram encontrados 112 indivíduos na parcela 1 e 121 na parcela 2, portanto, foram encontrados 133 indivíduos inventariados em 0,2 hectares. Foram encontradas 38 espécies pertencentes a 21 famílias”.

O sistema de classificação das mulheres do APW segue um padrão diferente, sendo determinado pela utilidade: plantas para remédio, para os passarinhos e outros animais comerem, as para consumo humano, para construir, para lenha, para proteger, para comer crua, para comer cozida, para artesanato, para fazer cabo para ferramenta e etc.

As mulheres afirmam que o cerrado tem de tudo, do remédio à vassoura. O conhecimento em relação a identificação e utilidades das espécies pode ser observado também pelas filhas dessas mulheres. Em uma oficina realizada no assentamento, elas identificaram mais de 10 espécies com fins alimentícios.

O PDA do assentamento descreve uma pequena parcela da fauna que foi encontrada: “os trabalhos de levantamento e caracterização de fauna da área possibilitaram a constatação da existência de 170 espécies animais” (PDA, 2013 p. 118).

O maior potencial ambiental do assentamento são os recursos hídricos, “o PA localiza-se dentro da Bacia do Rio São Bartolomeu, a qual é considerada a maior bacia do DF e a segunda na área de estudo” (PDA, 2013 p. 38).

Eventualmente, mulheres APW podem exercer um importante papel de produtoras de alimentos e de água. Este assentamento, além do potencial de conservação da biodiversidade da fauna e da flora, pode ter os recursos hídricos, neste contexto, sendo considerados tão importantes quanto a terra. Sem água não existe agricultura.

A manutenção dos recursos naturais depende de uma matriz de produção preservacionista. A maioria das mulheres do APW são afrodescendentes, e a matriz produtiva do assentamento é agroecológica, a biodiversidade não é algo externo ao seu projeto. O estudo de Gomes (2012) buscou interligar rotas culturais mediadas pelos saberes vegetais de povos migrantes ou descendentes de africanos,

observando quintais rurais e urbanos da região metropolitana da Grande Belo Horizonte, a autora afirma que “apesar da migração, a essência e os princípios norteadores seguiram esses povos e seus descendentes” (GOMES, 2012, p. 284).

A população do campo é formada majoritariamente pelo afrodescendente, os dados da pesquisa de Hildete Pereira de Melo e de Alberto Di Sabbato (2009) que afirma:

A primeira constatação é que os ocupados rurais são pretos e pardos (negros) numa taxa de participação maior do que a encontrada na demografia nacional. Provavelmente, o mundo rural engloba um grande contingente de pobres e isso se reflete num maior peso da população parda/preta no setor agropecuário (MELO; DI SABBATO, 2009, p. 74).

Os autores acrescentam que “a população parda feminina e masculina é que faz a diferença; são eles que dão o tom da pele dos ocupados rurais” e apontam que o “êxodo rural foi maior para as mulheres brancas” (MELO e DI SABBATO, 2009, p. 74).

Os autores afirmam que a população preta no campo é maioria, sendo maior até que a média nacional. Se os pretos e as pretas são maioria no campo e as mulheres negras em um contingente maior ainda que os homens, possivelmente, estamos diante de um grupo que pode ser o elo da agroecologia a ancestralidade africana, nos assentamentos de reforma agrária.

Essa memória ancestral ainda faz parte da organização das mulheres do APW. Através da observação do mundo social das mulheres, constatei fragmentos e permanências nas suas práticas culturais. Essas mulheres não têm a memória das suas bisavós, já que todas, quando perguntadas sobre suas bisavós, repetiam a mesma frase: “só sei que foi pega no mato a laço e dente de cachorro.

Para entender as permanências, é necessário recorrer ao processo histórico. As mulheres negras agricultoras no período colonial, não se dedicavam apenas a uma única atividade, foi constatado que elas também comercializavam e havia um sistema integrado de agricultura/agroindústria e comércio semelhante com o sistema das mulheres brancas da pecuária, que ainda permanece integrado.



No APW, a integração dos sistemas apresenta limites, a comercialização não ocorre em um ciclo diário, como o das mulheres negras agricultoras do período colonial. É a demanda da feira que determina a escala da produção dos sistemas agrícolas das mulheres, essa é a principal transformação do sistema cultural no APW. A feira tem várias funções: a comercialização, a troca de informações e a ampliação do capital social (as redes de relações sociais e de troca), que são constituídas nas feiras permanentes, ou seja, numa relação campo-cidade. Porém, quem controla esse capital social são os feirantes e os atravessadores.

Como descrito em capítulos anteriores, as mulheres negras e brancas pobres, libertas e escravas que tinham como atividade a agricultura e o comércio interno de pequeno varejo, do período colonial até metade do século XX, conseguiram formar uma rede que controlava o mercado interno.

A maioria era de origem bantu e ioruba. Este arranjo foi possível graças ao capital cultural “e isso as africanas já traziam da África, onde eram consideradas exímias comerciantes” (SOARES, 2006, p.60). Outro requisito era o domínio da língua.

Atravessavam os produtos agrícolas, pequenos animais e artesanais dos quilombos, pescadores, casa grande, senzala e dos agricultores livres além do mercado ilegal (saques), chegando a controlar o comércio interno das capitais, Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

As permanências no fazer das mulheres do APW, neste contexto, não têm o mesmo sentido de Bourdieu (2001), de reprodução das desigualdades, mas consiste em um capital cultural que garante a resistência das mulheres negras, e a preservação das espécies e dos ecossistemas.

Damiana é assentada da reforma agrária e natural da Bahia. Sua avó e mãe também eram agricultoras, cultivavam cacau no sul da Bahia, a principal produção, mas plantavam de tudo, comprando somente o sal. Ela descreve a roça da avó e da mãe com traços de sistemas agrícolas autossustentáveis como da integração do sistema de criação e cultivo. Um sistema agrícola que, para o seu funcionamento depende apenas de um insumo, pode ser considerado ecológica e economicamente

sustentável, uma vez que todos os elementos do sistema estão em equilíbrio e alimentados.

A gestão do lote é junto com o marido, mas durante o trabalho, ela quem orienta para que se evitem desmatamentos e queimadas, e proíbe a derrubada de plantas importantes para o artesanato e alimento. A tomada de decisão sobre o sistema de cultivo é de Damiana.

Outra importante área de atuação da família é a reciclagem. Durante o tempo em que viveram na cidade, participaram de curso que ensinava a fazer vassouras de garrafa de pet. No quintal tem uma fabriqueta de vassouras, que consiste de uma máquina simples que corta as garrafas em tiras bem finas, que foram adaptadas pelo seu marido. São necessárias 18 garrafas para fazer uma vassoura, o que demonstra, dessa forma, uma importante área de atuação que pode ser incentivada pelos gestores públicos da reforma agrária.

O sistema mais diversificado é o da Valdira, talvez pelo grupo familiar maior: são oito pessoas. Ela possui um vasto capital cultural proporcional à das mulheres agricultoras/comerciantes do período colonial, pois é agricultora, comerciante, extrativista, artesã. O seu sistema de produção segue o modelo etnobotânico do povo descendente de africanos.

Ela possui uma área de 2 hectares para plantar, mas as plantas medicinais, ornamentais, produção de mudas, seleção de espécies, são cultivadas em volta da casa, sendo que o quintal é também um espaço de experimentação e observação, por isso a proximidade de casa o que facilita o manejo. “Esses espaços do entorno da casa, como mencionado inicialmente, em tempos remotos, deram origem ao que se denominou agricultura” (GOMES, 2012, p. 290).

A gestão do estabelecimento é compartilhada com o esposo, acresce que cada um tem a sua roça, uma demonstração clara da autonomia econômica da Valdira. Ela decide o que fazer com os recursos resultantes das vendas da sua roça, mas, todos do grupo familiar são beneficiados.

Outro sistema agrícola interessante é o de D. Zuleide, especialista em artesanato. O seu sistema agrícola em volta da casa é desenhado para produção de artesanato e alimentos. Ela plantou uma variedade de milho da palha roxa, pois

utiliza a espécie para fazer o artesanato. A avó de Dona Zuleide era bordadeira e a mãe era artesã. São saberes ancestrais de praticamente 150 anos de especialização de um conhecimento.

Muitos são os espaços dos pobres e negros que continuam unindo o que a natureza não fragmentou: a diversidade biológica-cultural e a magia. As plantas ladeiam as casas nas áreas rurais e urbanas sugerindo que o projeto de separar jardins de quintais dificilmente teve sucesso nos espaços da cultura negra, indígena nas hortas femininas (GOMES, 2012, p. 290).

Neste contexto, observei permanências em relação aos sistemas agrícolas das mulheres APW, essas permanências são importantes porque funcionam como estratégias de preservação e manutenção de práticas agrícolas conservacionistas.

Essa análise apresenta limites porque são sistemas novos. A idade média é de um a dois anos, mas apresentam traços de complexidade/diversidade, além de serem integrados ao bioma Cerrado. As mulheres que se dedicam ao artesanato conhecem uma grande variedade de espécies, práticas de conservação e os períodos de colheita para que possam fazer seu uso artístico. Esse conhecimento resulta da observação dos ciclos da natureza.

No APW, de 19 mulheres apenas duas mulheres possuem curso superior. Isso é resultado da luta dos movimentos sociais do campo, que se concretizaram em políticas públicas. Os agricultores, enquanto classe, entraram nas universidades há pouco tempo, média de 15 anos, principalmente a partir do PRONERA. Já no grupo das 24 mulheres do NFA, todas têm curso superior e um número significativo tem doutorado.

Se compararmos com o capital científico das mulheres do agronegócio, as desigualdades são alarmantes. Neste contexto, as avaliações de avanço da educação para as mulheres no campo devem ter outros parâmetros comparativos para um melhor planejamento das políticas públicas.

As mulheres assentadas, quando vão para a universidade, levam seus filhos. Essa experiência contribui para a formação do capital cultural e científico das crianças. Meu filho conheceu a universidade com 15 dias de idade, eu conheci pela primeira vez com 24 anos de idade, enquanto minha mãe nunca conheceu uma

universidade. As crianças assentadas, que passaram por essa experiência crescem sabendo que depois vão voltar quando estiverem maiores.

O acesso garantido à educação pode contribuir para redobrar as experiências anteriores, ou seja, o capital cultural, e, dessa forma, contribuir para a eliminação das desigualdades, contribuindo para superar a visão de que as mulheres assentadas são apenas criadoras de galinha, cuidadoras de quintal e cultivadoras de alimentos de subsistência.

As mulheres do APW são gestoras ambientais da biodiversidade do cerrado. O marco zero das mulheres do NFA é um território que está em cima do aquífero Guarani, fato que apresenta problemas ambientais. Essas mulheres são responsáveis por dois recursos fundamentais para a vida no planeta: a terra e a água.

Durante a pesquisa, constatei que as mulheres do APW têm o capital cultural que pode assegurar a manutenção das águas, da floresta e da terra. A matriz do conhecimento das mulheres é africana, “a matriz africana é a árvore e essa árvore foi invisibilizada pelo eurocentrismo, racismo e cartesianismo”. (GOMES, 2012, p.306)

Esse conhecimento que não está na universidade se materializa na aprendizagem através dos sentidos: ver, sentir, olhar, falar e do cheiro. Quando eu sinto o cheiro de capim santo, minha memória lembra de como fazer o chá de determinada enfermidade. Meu avô manipulava ervas medicinais, minha mãe também.

O conhecimento transmitido por meio da oralidade durante a infância e a juventude teve fundamental importância na maneira de algumas pessoas conviverem com as plantas mesmo em espaços urbanos, seja nos terreiros, quilombos ou nos quintais (GOMES, 2012, p.304).

As mulheres negras ganhadeiras possuíam um capital cultural diferenciado. São “ladinas”, termo que significa dominar a língua, entender matemática, compreender a agricultura, o comércio e agroindústria, ter a força física necessária para se defender e o conhecer o território, em suma, toda uma gama de conhecimento.

O mesmo capital cultural das mulheres negras do período colonial, que vi nas mulheres do APW, no período de acampamento, é o capital cultural das mulheres que organizam o território, não é o capital econômico dos homens, que são escassos.

As mulheres criam uma rede de solidariedade e de troca durante o período de acampamento, onde se troca de tudo, principalmente informação, gêneros alimentícios e conhecimento. Todos comem, pode não ser na quantidade desejada, mas é dessa forma que as mulheres sobreviveram 10 anos acampadas.

O capital cultural é tão importante quanto o capital econômico, para a superação das desigualdades. Constatei no APW que a maioria das mulheres tem o capital das suas avós, que eram agricultoras, e recordam que faziam farinha, biscoitos, beijus, uma infinidade de produtos da mandioca, além de práticas agrícolas conservacionistas.

Considerando que aprenderam com suas avós, depois com suas mães que também foram agricultoras, elas são a terceira geração de um grupo de mulheres negras agricultoras. Pode-se auferir de uma maneira empírica que são mais de 150 anos de conhecimento especializado em agricultura.

É certo que houve rupturas, porém, o capital cultural ou ancestral, transmitido pela família, não desaparece, quando há estímulos ele simplesmente surge na memória e no fazer. Esse capital cultural pode contribuir para a organização cultural e econômica do assentamento, pois ele pode se articular com estratégias do capital econômico, para assegurar a resistência das mulheres.

#### **5.4. As transformações do grupo familiar**

Uma transformação que chamou minha atenção foi a que aconteceu na família. A proposta de reforma agrária tem como centralidade a família monogâmica, limitando a capacidade de refração imposta pelas relações patriarcais, neste microcosmo.

Quando tinham acesso à terra, as mulheres negras constituíam as famílias de linhagem ou extensas, formadas por laços de sangue e laços ancestrais ou

espirituais, o que garantiu a sobrevivência do povo negro após a abolição da escravidão.

Funcionando como verdadeiras escolas, as comunidades-terreiros educam as novas gerações na cultura dos antepassados, na preservação da memória do grupo, na prática da solidariedade, na ajuda mútua, do respeito aos mais velhos, da tolerância religiosa e racial, da cura dos males do corpo e do espírito (THEODORO, 1996, p. 70).

A organização das nações foi a estratégia político-cultural dessas comunidades. Pesquisadores da questão racial reconhecem que a junção dos malês e iorubas que aconteceu na Bahia, seria uma identidade impossível na África, assim como o reconhecimento de uma identidade linguística entre os bantos no Rio de Janeiro, “criando-se uma cultura negra específica, que pode responder pela identidade cultural brasileira” (THEODORO, 1996, p. 62).

A família monogâmica do campo é um padrão determinado pelas entidades do campo econômico e cultural, onde a família que é constituída por 10 pessoas tem acesso à mesma área de terra que um casal ou um homem solteiro. O modelo de reforma agrária baseado na família inviabiliza o rompimento do modelo familiar patriarcal.

Essa noção se estruturaria em torno de uma família nuclear, na qual o homem é o principal ou o único provedor e a mulher é a responsável principal ou exclusiva pela esfera privada ou, no máximo, uma “provedora secundária” (LOMBARDI, 2009, p.140).

A organização das mulheres dos terreiros e das roças é determinada pelo campo cultural, neste contexto, religiosidade e cultura são elementos inseparáveis. “As práticas religiosas agregaram e mantiveram incontáveis agrupamentos afrodescendentes em torno dessas mulheres” (SCHUMAHER, 2007, p.107).

De certo, a família é considerada por pesquisadoras feministas, como o *locus* privilegiado de reprodução das relações patriarcais. Portanto, é fundamental o questionamento ao modelo de reforma agrária que tem por base a família monogâmica. O acesso à terra pelas famílias ricas no período colonial também tinha por padrão a família monogâmica.

No campo agrário o patriarcado permanece com a supremacia, os homens brancos e ricos controlam o campo econômico, no agronegócio eles representam as

organizações econômicas e política, esse estado de coisas é facilmente constatado por pesquisas, já o setor em que há o maior número de mulheres no controle da gestão é a pecuária. Nos outros setores não chegam a 2% como foi confirmado pela descrição anterior, como mostramos há entidades em que não se encontram mulheres no quadro de diretores.

Nas estruturas econômicas do agronegócio o patriarcado opera com uma rede de conceitos e controles, que associa a eficiência administrativa aos valores tipicamente masculinos, mesmo conceito adotado pelo NFA, por fim essa visão de mundo conforma um “adversário”, aquilo que representa o equívoco e o atraso são os antigos padrões de eficiência econômica da pecuária tradicional.

Ao propor um novo padrão para o sistema de criação animal, essas mulheres desafiam a primeira e a segunda geração dos patriarcas da pecuária. O NFA não questiona as estruturas sociais, como pode ser observado pela nomenclatura do núcleo “feminino”. Segundo Marcia Tiburi (2013) o feminino seria a criação dos ideais da masculinidade que pesam sobre as mulheres, enquanto que o feminismo passa pela desconstrução do feminino.

As ideias da masculinidade são valorizadas pelo núcleo, o seu papel é ser tão ou mais eficientes na administração do patrimônio familiar que os homens, são taxativas que o objetivo do grupo é ganhar dinheiro, trocar experiências e fazer negócios cada vez mais rentáveis. E para alcançar tal objetivo devem administrar os negócios com mão de ferro, ideais tipicamente masculinos.

O NFA não se considera feminista, suas estratégias tem veiculação com as ideias de igualdade e o fim da discriminação dentro do setor, pautas de lutas das feministas europeias no século XIX e fim do século XX no Reino Unido e nos Estados Unidos, mas elas reivindicam direitos contratuais e de propriedade privada, que ainda são controladas pelos pais, maridos e pelos filhos. O que dá a medida de que essa pode ser mais uma das diversas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina.

As resistências das mulheres no APW se manifesta na luta política pela posse da terra, neste contexto, a luta pelo direito a terra pelas mulheres não se restringem apenas pelo fator de produção e direito ao trabalho, a sua luta política reivindica a “terra expressão de cultura” (SAUER, 2010). O acesso à terra, enquanto possibilidade de reprodução social, constituição de identidade e moradia, as diferencia da relação estabelecida pelas mulheres do NFA, nesse caso é para fins de uma relação com a natureza apenas como meio de produção e geração de riqueza.

As mulheres agricultoras desafiam o patriarcado no campo econômico quando controlam, de acordo com o IBGE, 42, 4% da renda familiar, mas devem beneficiar todos os membros da família. Essas demonstram excelente capacidade de gestão da escassa renda das famílias assentadas, todas as crianças dessas mulheres vão para a escola calçadas, uniformizadas, portando materiais escolares e bem alimentadas.

Muitas relataram a fuga como estratégia de resistência, para escapar de violência doméstica, diante das imposições dos maridos algumas cantam outras ficam mudas, ato de recusa a ouvir insultos. Por vezes procuram apoio das vizinhas, por meio de trocas internas que ajudam a obter o que falta. Enfim, troca-se de tudo: informação, alimentos, roupas, remédios. Essas estratégias relatadas pelas as mulheres não alteram a estrutura das relações sociais, mas contribuem para a resistência e sobrevivência no interior desta. Importante relatar que durante um ano em que estive no APW não constatei nenhum caso de violência física contra as mulheres.

Desde a escolha do nome do assentamento se nota o viés de luta e de estratégia política interna das mulheres. Willian foi uma criança que morreu vítima de envenenamento no antigo acampamento em que o proprietário fazia uso abusivo de agrotóxico que veio a contaminar a água que as famílias usavam. A maioria dos assentamentos tem nome de revolucionários, o Pequeno Willian homenageia uma criança vítima do latifúndio.



A história desta criança também contribuiu para a decisão das mulheres em adotar a agroecologia como projeto político. Lá a matriz organizativa é a biodiversidade, cada grupo familiar faz uso de um hectare para a produção de alimentos, além disso existe uma reserva biológica de 4 hectares que fornece: frutas, lenha, matéria prima para o artesanato, sementes, sombra e funciona também como proteção para a Bacia do São Bartolomeu.

No APW observei que as mulheres se sentem mais seguras e confiantes, que em caso de separação dos cônjuges elas permanecem na terra, outro elemento importante é que elas participam mais das reuniões e das decisões que são tomadas, sabendo disso as instituições públicas preferem se relacionar diretamente com as mulheres. Quando as mulheres são titulares há mudanças nas relações de poder, no espaço privado, que se externa para o espaço público, as mulheres se sentem mais amparadas e por isso não se sujeitam a certas relações naturalizadas de poder e violência emanadas da supremacia masculina.

As mulheres do APW têm fragilidades e sofrem com as relações patriarcais principalmente, no campo econômico onde parte significativa da renda dos homens é destinada para o seu próprio lazer, beber, fazer churrasco, ir para festas. A sua contribuição para o grupo familiar não chega a um terço da sua renda total, o que não significa muito, tendo em vista que a renda das famílias não ultrapassa o valor dois salários mínimos.

Fritjof Capra (1983) afirma que os três elementos que haverão de serem superados para emergir uma nova organização social, política e econômica são: o patriarcado, construção de novos valores culturais e a dependência dos combustíveis fósseis, e isso passa necessariamente pela organização das mulheres nesse processo de transição. Discordo do autor quanto à defesa do sistema capitalista, que este pode conviver e ser controlado por taxaço.

Bourdieu defende a ocorrência de uma pressão do capital, sob os mais desfavorecidos, de modo que haveria uma relação dialética entre os agentes ou grupos sociais e a estrutura, tendo em vista que quanto maior a pressão da

estrutura, na mesma proporção será a negação da imposição das estruturas pelos agentes, principalmente dos mais pobres. Assim é em abstrato o processo de resistência histórica. A capacidade de resistência das mulheres do APW, será inclusive maior que das mulheres que tem uma posição privilegiada na estrutura. A estratégia das mulheres do agronegócio é a oposição masculina e feminina.

Bourdieu (2002) defende que a luta das mulheres deve ser pela defesa do Estado social, mas não se resume a isso, o capitalismo, o racismo e o patriarcado são as bases da exploração da sociedade brasileira. Algo em que concorda Suely Carneiro, a luta das mulheres deve articular a luta contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo de maneira que a defesa do Estado social seja o resultado da luta contra esses elementos. Porém, as suas estratégias se para manter ou transformar vão depender da sua posição na estrutura.

## CONCLUSÃO

Os sistemas de criação e de cultivo para o mercado interno no período colonial foram atividades consideradas, secundárias que tinham por objetivo apoiar as atividades centrais, a monocultura da cana e a mineração. As mulheres negras se dedicavam ao cultivo, criação de pequenos animais e ao processamento de alimentos, atividades que elas praticavam antes em seus territórios de origem. As mulheres brancas e estrangeiras de acordo com o censo de 1872 dedicavam-se à atividade pecuária (Tabela 3).

Tabela 3 - Especialização das mulheres no séc. XIX.

Mulheres negras agricultoras	Mulheres criadoras estrangeiras	Mulheres criadoras brasileiras
304.657	976	57.763

Fonte: IBGE (Recenseamento geral de 1872).

De acordo com o censo agropecuário de 1872, é possível observar que as mulheres negras escravizadas tendiam à especialização no cultivo, eram cerca de (43,17%) e as mulheres abastadas no sistema de criação de animais, aproximadamente (1,43%) mulheres brasileiras criadoras e de (0,83%) mulheres criadoras estrangeiras, do mesmo modo essa tendência é observada nos tempos atuais. As mulheres pobres dos assentamentos em sua grande maioria são produtoras de alimentos e as mulheres ricas atuam na criação. E a composição do NFA é de mulheres de origem estrangeira, comparando os dados do censo de 1872, com o censo de 2006 houve um aumento (48%) das mulheres negras e afrodescendentes, na agricultura e das mulheres abastadas em sua maioria brancas na pecuária atualmente são cerca de 6% no período colonial não chegavam a 2%.

Essas mulheres pecuaristas começaram a perder essa área de atuação depois da chegada da família real, com aumento do consumo de carne e, a partir do século XX com a expansão da pecuária para o interior, elas praticamente

desaparecem dessa atividade, com a valorização da pecuária os homens se apossaram dessa atividade e elas perdem o controle.

As mulheres pecuaristas retomam a estratégia de controle da pecuária, a partir dos anos de 1990, atualmente são cerca de 6% que dirigem os estabelecimentos e dominam a cria, recria e engorda e o melhoramento genético de raças importantes para produção de carne com o objetivo de atender ao mercado externo.

A área de atuação das mulheres assentadas, a produção de alimentos, deve ser observada como *locus* de resistência às relações patriarcais no campo agrário, não apenas como uma forma de dominação e exploração das mulheres, paradigma que norteia os estudos sobre as essas mulheres. Afinal, quando as mulheres assentadas perdem o controle da produção de alimentos elas vão para a cidade trabalhar como empregada doméstica, duplicando sua carga de trabalho, porque trabalham como domésticas e são responsáveis também pelo trabalho no lote.

Nas análises feministas, observa-se uma forte crítica ao espaço de atuação das mulheres no campo agrário, entendo que a produção de alimentos é um *locus* de dominação e exploração. Mas é imprescindível que todos e todas se conscientizem de que, a produção de alimentos para o mercado interno são também espaços de resistência e enfrentamento ao patriarcado no campo agrário pelas as mulheres.

A produção de alimentos é a estratégia de resistência e sobrevivência ao patriarcado, porque é nesse espaço que as mulheres do APW conseguem juntar pequenas economias para suprir as suas necessidades materiais e espirituais, a fim de comprarem roupas, cosméticos, nossas roupas íntimas, pagar a energia elétrica, material escolar para os nossos filhos e todas as pequenas coisas que nos mantém dignamente.

As mulheres que vivem no meio rural consideram falta de autonomia quando não conseguem comprar os materiais de higiene e roupas íntimas, isso é visto como algo humilhante, o mesmo para pedir dinheiro aos homens para comprar

esses objetos. Outro importante campo de resistência são as trocas, troca-se de tudo, plantas, sementes, comida, favores, cuidados, conhecimentos, receitas. São essas estratégias que contribuem para que 34,1% das mulheres que não tem rendimento sobrevivam no campo agrário.

A questão central são as condições materiais para o exercício do trabalho das mulheres pobres e negras nos assentamentos, cerca de um terço não recebe nenhum tipo de remuneração. Sabemos que autonomia das mulheres é muito dificultada numa sociedade capitalista, racista e patriarcal, por conseguinte o direito ao trabalho e a melhoria em suas condições pode ser construída, sem, contudo, se eliminar os sistemas exploradores e opressores.

As permanências dos sistemas de produção dialoga portanto com as resistências, porque eles estão vinculados a outros elementos culturais, como a história das mulheres. As permanências devem ser analisadas historicamente para que se possa encontrar as convergências de resistência contra a dominação e exploração patriarcal. A organização dos sistemas produtivos das mulheres no APW apresenta conexões com a ancestralidade de forma integrada com os conhecimentos repassados por suas mães, avós e bisavós.

Em virtude dos fatos mencionados, os sistemas produtivos das mulheres nos assentamentos de reforma agrária devem ser investigados, como *locus* de saberes e conhecimentos ancestrais e que podem ser replicados, porque apresentam como matriz a diversidade de espécies e a sustentabilidade dos recursos naturais além de contribuir para uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos. A matriz produtiva dos sistemas agrícolas das mulheres no APW pode contribuir também para a transição de sistemas agroecológicos, porque estes são baseados nas dinâmicas da natureza, ou seja, a seleção natural e que, propicia a recuperação dos solos, além disso elas não fazem uso de fertilizantes minerais e agrotóxicos.

O patriarcado historicamente opera com uma rede de conceitos e controles articulados ao sistema simbólico: os mitos, os símbolos, as ciências, arte, língua para justificar a supremacia dos homens. A força é um atributo masculino, a

fraqueza representa o feminino, na realidade aqui estudada esses valores são questionados, no APW as mulheres trabalham tanto quanto os homens.

As mulheres negras e pobres que vivem nos assentamentos são as dos mais precários recursos financeiros e exploradas, entretanto elas resistem, os seus sistemas simbólicos historicamente apresentam padrões de resistência, porque a sua posição não é favorável na estrutura social, diferente das mulheres do NFA, cuja posição na estrutura é favorável. Aquelas não pretendem a destruição da estrutura, da mesma forma, a estratégia de enfrentamento ao patriarcado é a de demonstrar a importância das qualidades femininas e de gestão para o avanço econômico. Similarmente não posso afirmar que todas as mulheres do campo agrário apresentam estratégias de resistência, considero que umas têm, mais outras menos.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **O perigo de uma única história**. 2009. TED global. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br) . Acesso em 21 de agosto de 16.

AGUIAR, N. Perspectivas feministas e conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, N. (Org.), **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, pp.161-191.

----- **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Soc. estado. vol.15 no.2 Brasília Jun/Dec. 2000.

ALMEIDA, A. M. F. **A noção de capital cultural é útil para se pensar o brasil?** Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

BERNARDO, T. **Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_ **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

\_\_\_\_\_ **Os três estados do capital cultural**. In: ALICE, M. e CATANI, A. (orgs). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2º edição. pp. 71-79.OK

BROSLER, D. T.; FERRANTE, V. L. S.B. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. **Retratos de assentamentos**. Araraquara. Vol. 16, n.1, 2013, p. 181-198.

BRUNO, R. **Movimento sou agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio**. 36º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro 2012.

BURKE, P. **A escola do Analles 1929-1989: A revolução francesa da historiografia**. ODALIA, N.(trad.). 2ºed. Editora UNESP, 1992.

CAIRES, D. R. A imperfeição do sexo: questões de gênero nos relatos de Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville. **Revista de História**, 4, 1 (2012), pp.32-43.

CALASANS, J. **No tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador: Livraria Progresso / Universidade da Bahia, 1959. pp. 7-23.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. Entrevista. (09 de abril, 2012). São Paulo: Globo News Milênio. Entrevista concedida a Elizabeth Carvalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nj72c4ragyc>

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA (Org.) **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003, pp. 59-58.

CARVALHO, H. M. de. Uma ressignificação para a reforma agrária no Brasil Texto I Teses. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da Reforma Agrária na década de 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 8, 2013, pp. 127-140.

CASSIMIRO, H. L. Echos do Sertão: Falas de Mulheres em Goiás no Séc. XIX. In: CAVALCANTE, M. do E. S. R. (org). **Mulheres em narrativas, Goiás Séc. XIX**. Goiânia: PUC-GO, 2011, pp.67-94

CAVALCANTE, M. do E. S. R. & LONGO, C. As Mulheres Sertanejas e sua inserção nas Fazendas de Criar Gado em Goiás no Séc. XIX. In: CAVALCANTE, M. do E. S. R. (org). **Mulheres em narrativas, Goiás Séc. XIX**. Goiânia: PUC-GO, 2011, pp.45-66

CUNHA, M. A. de A. O conceito "capital cultural" em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. Florianópolis. **Perspectiva**, v. 25, n. 2, jul./dez. 2007, pp. 503-524.



DEBRET, J. B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**, São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, X Edição, 1972.

DEERE, C. D.; LEON, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp.173-178.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, (org.); BASSANEZI, C. (coord. textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004, pp.78-144.

DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

----- Mulheres sem história. **Revista de História**. Universidade de São Paulo, 1983, n. 114, pp. 31-45.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI C. (coord. textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo : Contexto, 2004, pp.223-240.

EMATER/DF. **Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Pequeno Willian**. Brasília. 2013.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (org.); BASSANEZI (coord. textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo : Contexto, 2004, pp.141-188.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 144-149.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 48ª ed. São Paulo, Global, 2003.

GOMES, A. M. da S. Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da Grande Belo Horizonte: Terreiros e quintais. In: SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis, RJ; Brasília, DF: ABPN, 2012, pp.276-309.

GONZÁLES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GRAHAM, M. **Diário de uma Viagem ao Brasil**. São Paulo: Edusp Itatiaia, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: STEDILE, J.P. (org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da reforma Agraria na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 69-84.

GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / 2. ed.**—São Paulo: Expressão Popular, 2011, 35-77.

HAHNER, J. E. **A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. Ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

IBGE, **Recenseamento geral do Brasil em 1872**. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brazil 1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em 15/01/2016.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3ª edição. São Paulo. Proposta Editorial, 1980.

\_\_\_\_\_.CAPITULO V: O caráter capitalista da agricultura moderna. In: Escola Nacional Florestan Fernandes. **Coletânea de textos nº 3**. São Paulo. 2010. pp. 49-110.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª edição, 1998.

**LA SOCIOLOGIE EST UN SPORT DE COMBAT (Documentário)**. Direção: Pierre Carles. Produção: Véronica Frégosi, Annie Gonzalez (139 min). 2001. Versão

legendada em português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=41W3RapeK5Q>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

LEITÃO, L. R. **O campo e a cidade na literatura brasileira**. Veranópolis-RS: ITERRA, 1ª edição, 2007.

LENIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação de mercado interno para a grande indústria. In: Escola Nacional Florestan Fernandes. **Coletânea de textos da ENFF nº3**. São Paulo, 2010, pp. 111-144.

LOMBARDI, M. R. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: DI SABBATO, A.; Melo, H. P.; Faria N.; Butto A. (org). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília : MDA, 2009. pp. 125-163.

LOPES, H. T. Mito e espiritualidade: Mulheres Negras. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1996.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. Elementos fundantes de uma concepção materialista da história. In: NETTO J. P. (org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. Capítulo XXIV. O capital - Tomo I. In: Escola Nacional Florestan Fernandes. **Coletânea de textos da ENFF nº3**. São Paulo, 2010, pp.3-48.

MELO, H. P.; DI SABATO, A. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, A. L.; BUTTO A. (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008, pp.155-181.

MELO, H. P. ; DI SABATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Di SABBATO, A; DE MELO, H. P; BUTTO, A. (org)**. Brasília: MDA, 2009.

MOTTA, M. M. M. Os “sem terra” e os minifúndios em face à crise do trabalho escravo. In: SILVA, J.; BIRMAN, P. (orgs.) **Cativeiro e Liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MURARO, R. M. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

OLIVEIRA, E. Epistemologia da Ancestralidade. **Entrelugares**. Vol., 1, Nº 2, mar/ago 2009.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PANTOJA, S. Da kitanda à quitanda. **Revista de História**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/da-kitanda-a-quitanda>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

PIEIDADE, L. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)**. 2. ed. Salvador: Portfolium, 2002.

PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STEDILE, J. P. (org.), **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp.79-87

\_\_\_\_\_ **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, R.; BUARQUE DE HOLLANDA, H. Matriarcas do Ceará - Dona Federalina de Lavras. **Papéis avulsos**, n. 24, Rio de Janeiro: CIEC-UFRJ, 1990. Disponível: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/matriarcas-do-ceara-d-federalina-de-lavras/>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

QUERINO, M. O colono preto como fator de civilização brasileira. **Afroasia**, n. 13,1980, pp. 143-158.

\_\_\_\_\_ **A arte culinária na Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

RAGO, M. **As mulheres na historiografia brasileira**. In: SILVA, Z. L. (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995, pp. 81-91.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE M. (org.); BASSANEZI C. (coord. texto). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. - São Paulo : Contexto, 2004, pp.11-44.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira – 1957-1986. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp.171-229.

ROCHA, A. L. C.; ECKRET, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J. & GUAZZELI, C. B. **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, pp.9-24.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, jan/jun 1997, pp. 59-79.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classe: mito ou realidade**. 3º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectiva da Reforma Agrária na década de 2000**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp.167-187.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Humano; São Paulo: Senac, 2007.

SILVA, A. da C. **África: passado e presente**. Conferência de 31/08/2011 em comemoração aos 25 anos da Editora Companhia das Letras. Vídeo Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gJVnA8Va1is>. Acesso em 01 de agosto de 2015.

SILVA, T. M. G. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008, p. 223-231.

SIQUEIRA, M. L. **Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares**. In: Secretaria de Educação da Bahia. Junho de 2014. Disponível em: <http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf> . Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

SOARES, C. C. M. **Mulher Negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006.

SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil – 1962. In: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / 2. ed.** - São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp.111-125.

SOUZA, A. F. **Mulheres da reforma agrária do assentamento Pequeno Willian**: utilizando práticas agroecológicas. Disponível em: <https://matrizesprodutivasdauidanocampo.files.wordpress.com/2014/12/mulheres-da-reforma-agrc3a1ria-do-assentamento.pdf>. Acesso em: 6 de janeiro 2016.

STEDILE, J. P. Questão agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp. 641-646.

STEDILE, J. P. Introdução. STEDILE, J. P. (org). In: **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980 --2. ed.** - São Paulo: Expressão Popular, 2012, pp.15-31.

TIBURI, M. **A diferença entre feminismo e feminino**. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/10/a-diferenca-entre-feminismo-e-feminino/> Acesso em: 25 de agosto de 2015.

TILLY L. A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu, n.3, 1994, pp. 29-62.

VELHO, G. O observando o familiar. In: NUNES, E.O. **A aventura sociológica**. Rio de janeiro, Zahar, 1978.

**VENENO está na mesa II** (Documentário). Direção: Silvio Tendler. (70min). 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fyvoKljtvG4>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

VIANNA, F.J.O. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

\_\_\_\_\_. Populações meridionais do Brasil. In: SANTIAGO S. (coord). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, pp. 997-1014.

VILLAS BÔAS, R. L. **Questão agrária e questão racial: impasses e potencial conexão de dois elementos constituintes da forma de exploração brasileira**. 2010.

Biblioteca digital da Questão Agrária. Disponível em:

<http://www.mstemdados.org/biblioteca/artigo-e-ensaio/quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-e-quest%C3%A3o-racial-impasses-e-potencial-conex%C3%A3o-de-dois-ele>. Acesso em 25 de agosto de 2015.

VINAGRE, M. **Costume: forma de expressão do direito positivo**. Revista de Informação Legislativa, v. 25, n. 99, pp. 109-126, jul/set 1988. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181861>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

WACQUANT L. J. D. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 19, Nov. 2002, pp. 95-110.

WERNECK, J. **De Ialodês e Feministas**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>.

Acesso em 19 de janeiro de 2016.